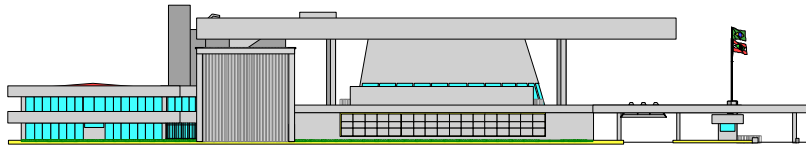


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE MARÇO DE 1999

NÚMERO 4.608

14ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulo Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Herneus de Nadal

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Sandro Tarzan

COMISSÕES PERMANENTES

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO DE LEIS**
Onofre Santo Agostini – Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Nilson Gonçalves
Jorginho Mello
Herneus de Nadal
Rogério Mendonça
Ivan Ranzolin
Francisco de Assis Nunes

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
João Rosa – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Sandro Tarzan
Wilson Wan-Dall
Paulo Bornhausen
Ronaldo Benedet
Joares Ponticelli
Valmir Comin
Volnei Morastoni

**AGRICULTURA, COOPERATIVISMO,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA**
Gelson Sorgato – Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Moacir Sopelsa
Nelson Goetten de Lima
Milton Sander

**DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO
CONSUMIDOR**
Ronaldo Benedet – Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
João Rosa
Narcizo Parisotto
Odete do Nascimento
Neodi Saretta

**TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E RURAL E TURISMO**
Ciro Rosa – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Altair Guidi
João Itamar da Silveira
Moacir Sopelsa
Valmir Comin
Francisco de Assis Nunes

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Joares Ponticelli – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Paulo Bornhausen
Cesar Souza
João Itamar da Silveira
Manoel Mota
Milton Sander

SAÚDE E MEIO AMBIENTE
Volnei Morastoni – Presidente
Sandro Tarzan – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Ivo Konell
Ronaldo Benedet
Odete do Nascimento
Joares Ponticelli

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE
SERVIÇO PÚBLICO**
Reno Caramori – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Rogério Mendonça
Luiz Roberto Herbst
Wilson Wan-Dall
Nelson Goetten de Lima

**FISCALIZAÇÃO, CONTROLE
E EFICÁCIA LEGISLATIVA**
Jaime Mantelli – Presidente
Valmir Comin – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Narciso Parizotto
Gelson Sorgato
Altair Guidi
Ideli Salvatti

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VIII - **NÚMERO 1002**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 012ª Sessão Ordinária
realizada em 10/03/1999..... 2
Ata da 013ª Sessão Ordinária
realizada em 11/03/1999..... 12
Ata da 014ª Sessão Ordinária
realizada em 15/03/1999..... 17

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 26

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente
..... 27
Decreto Legislativo..... 27
Edital..... 27
Ofícios 28
Projetos de Lei 28

PLENÁRIO**ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA****EM 10 DE MARÇO DE 1999****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL**

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

OFÍCIO Nº:

0386/99, do Sr. Oficial-de-Gabinete da Casa

Civil - PR, Presidência da República, acusando o recebimento do Telefax nº TE/0017.0/99 e informando o encaminhamento do mesmo ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença nas galerias deste Poder da ilustre Vereadora Regina; do Eugênio, Secretário Municipal de Agricultura, e da Terezinha, todos do Município de Tangará, que, juntamente com o Prefeito, vieram reivindicar benefícios para aquele próspero Município.

Faço este registro com muita alegria, porque, além da amizade que tenho com todos eles, posso informar que são pessoas efetivamente preocupadas não só com o setor da educação (a Regina é diretora de escola) mas com todos os segmentos daquele prosperoso

Município, que se desenvolve na região do Vale do Rio do Peixe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença das pessoas nominadas pelo Deputado Onofre Santo Agostini.

Inscrita a Deputada Ideli Salvatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho uma comunicação a fazer aos demais Parlamentares na linha de consequência da rolagem da dívida do nosso Estado.

No ano retrasado, tivemos um debate na Assembléia Legislativa sobre a questão da rolagem da dívida, o projeto de lei acabou sendo aprovado por esta Casa, mas aprovado, sempre faço muita questão de registrar, sem os votos da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque entendíamos que essa rolagem da dívida iria trazer perda de poder político e de patrimônio para o nosso Estado, porque estava embutido nesse processo o compromisso do Governo do Estado com as questões das privatizações. E conforme os dias vão passando, vamos confirmando aquilo que já tínhamos clareza que iria acontecer.

Srs. Deputados, cerca de quinze mi-

nutos atrás, recebi a visita de representantes da Associação Cultural e Recreativa da Cohab, a nossa querida companhia de habitação do Estado, da qual eu, inclusive, sou mutuária. E vieram trazer ao conhecimento desta Casa mais uma das consequências do contrato de rolagem da dívida do nosso Estado.

V.Exas. sabem muito bem que, para que o Governo Federal concordasse com a assinatura, com a rolagem da dívida, todos os Estados se comprometeram a pagar 20% do montante da dívida, e o pagamento poderia ser feito de diversas formas. Santa Catarina se comprometeu a vender parte das ações da Celesc neste processo da rolagem da dívida, e o pagamento, que já venceu em novembro de 98, foi prorrogado por mais um ano e será efetuado no mês de novembro de 99.

Outra coisa que poderia ser utilizada como pagamento dessa parcela da dívida, que tinha que ser feita no ato, era a transferência de créditos imobiliários do Estado, como são os créditos da Cohab. Ou seja, as prestações que os mutuários da Cohab deviam deixaram de ser devidas à Cohab e foram transferidas para a Caixa Econômica Federal.

Por exemplo, a prestação do meu apartamento não é mais paga à Cohab, há alguns meses que já vem o folhinho da Caixa Econômica.

O que ocorreu no dia de ontem? Com base nessa transferência dos créditos imobiliários da Cohab para a Caixa Econômica, quem passa a ter o poder da administração, da cobrança e da fiscalização dos contratos é a Caixa Econômica, que até este mês vem pagando à Cohab 15 reais por crédito, ou seja, por imóvel, por mutuário, digamos assim, totalizando 375 mil reais por mês, que é uma receita absolutamente fundamental para a manutenção da Cohab.

Pelo que eu pude entender da explanação dos representantes da Associação Cultural e Recreativa da Cohab, essa perda faz parte de 50%, aproximadamente, da arrecadação da Cohab, que inclusive paga o salário dos seus 145 funcionários.

A Cohab é uma das companhias de habitação mais enxutas do nosso País, e ontem esses representantes foram informados que o serviço que os funcionários da Cohab realizam, pelo qual a Cohab recebe 15 reais por mutuário, foi terceirizado, foi feita uma licitação. Inclusive, essa licitação foi feita no Rio Grande do Sul, e quem vai passar a fazer esse serviço será uma empresa daquele Estado. A Cohab de Santa Catarina não terá mais nada a receber deste valor pago pela administração dos contratos.

Portanto, a Cohab, que já perdeu muito da sua função, passa a perder mais uma. Terá uma perda de aproximadamente 50% da sua arrecadação, colocando em risco, obviamente, a permanência desses 145 funcionários no órgão.

Vejam, Srs. Deputados, que isso foi feito através de um processo junto à Caixa Econômica, que terceirizou esse serviço, que poderia, inclusive, ter aberto a licitação em nosso Estado. A Cohab, sendo aqui em Santa Catarina, poderia ter se habilitado para continuar exercendo essa função, mas foi impedida devido à licitação ter sido feita no Rio Grande do Sul.

Estamos perdendo espaço político, Srs. Deputados! Na privatização da Eletrosul, aproximadamente 500 funcionários da Gerasul, empresa que absorveu uma parcela significativa da Eletrosul, estão sendo ameaçados de demissão. E a grande maioria deles, quase 90%, é de Florianópolis.

Portanto, isso significa uma repercussão significativa na economia da nossa cidade, da nossa Capital. Ou seja, Santa Catarina está gradativamente perdendo o seu poder, as suas ações econômicas, porque estão sendo transferidas, através do processo de privatização, de rolagem da dívida, para empresas ou do Paraná ou do Rio Grande do Sul.

Então, nós perdemos emprego, per-

demos poder político e perdemos atuação econômica. E isso tudo é consequência, obviamente, desse processo de privatização que está implantado, fruto da política adotada pelo Governo Federal, que, infelizmente, tem tido apoio e respaldo absoluto no Congresso Nacional das diversas Bancadas, como pudemos assistir ainda ontem na questão da votação da CPMF.

Então, trago este assunto porque, como é uma questão relacionada à Caixa Econômica Federal, precisa de uma intervenção em nível federal. Entramos em contato com a Bancada Federal do PT, acionamos o Deputado Carlito Meres e a Deputada Luci Choinaski, e esperamos que os demais Partidos tomem as mesmas providências, ou seja, acionem as suas Bancadas.

Quero, em especial, alertar o PFL, eis que o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense é o Deputado Gervásio, para que o Fórum possa ter alguma interferência imediata neste caso junto à Caixa Econômica Federal.

Muita obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché). Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, gostaria de completar o pronunciamento que iniciei ontem, pois, como o tempo foi por demais exíguo, não foi possível transmitir as informações que gostaria de passar para V.Exas.

Havia falado que acompanhei, no dia 08 de março, o Secretário Estadual de Saúde a Chapecó, onde visitamos vários serviços da Regional de Saúde, o Hospital Regional de Chapecó, tendo participado de uma audiência pública com o Movimento das Mulheres Agricultoras e com outras entidades, quando foi tratada uma pauta de reivindicações sobre as questões da Saúde.

Ontem já manifestei o meu contentamento por ver que o Movimento das Mulheres Agricultoras e as demais entidades desse movimento social escolheram, no Dia Internacional da Mulher, a Saúde como tema central para as reivindicações. Também fiquei contente em saber que enquanto eu estava em Chapecó participando dessas atividades, nesta Casa acontece uma sessão especial, proposta pelas Deputadas Ideli Salvatti e Odete do Nascimento, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, quando foram abordadas questões relacionando a Aids e a mulher, haja vista que hoje, além de termos uma incidência cada vez maior de Aids em crianças e jovens, há um aumento considerável de Aids em mulheres, bem como nas camadas mais pobres da população (pauperização da Aids).

Srs. Deputados, continuando sobre a pauta de reivindicações apresentada nessa audiência pública, como Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa quero servir de testemunha e cobrar do Governo do Estado, através do Secretário de Saúde, os compromissos lá assumidos.

Uma das reivindicações diz respeito ao financiamento da Saúde, e hoje li nos jornais que o Secretário comprometeu-se em defender que 10% do Orçamento do Estado venha para a Saúde.

Aliás, isso está tramitando no Congresso Nacional através da Proposta de Emenda Constitucional nº 169, que propõe recursos fixos para a Saúde. Assim como há os recursos fixos constitucionais para a Educação, que também os tenhamos para a Saúde, porque quando há necessidade de cortes, a Saúde sempre é uns dos setores mais sofridos, e se ressentido desses cortes.

Então, o que se está propondo é que 10% dos recursos arrecadados de impostos pela União, pelos Estados e Municípios sejam destinados para a Saúde, mais 30% do orçamento da Seguridade Social.

Para o próximo mês está prevista uma grande mobilização nacional de Prefeitos em Brasília, inclusive em defesa da PEC 169. E esta

Casa, as demais Assembléias Legislativas deste País e o Congresso Nacional precisam dar apoio a essa reivindicação de garantir recursos fixos para a Saúde, como propõe a PEC 169.

Então, que se tenha este compromisso no nosso Estado de já garantir esses valores no momento em que discutirmos a LDO.

Eu tenho apresentado, há três anos consecutivos, deste a Legislatura passada, uma proposta de se garantir os 10% para a Saúde na LDO, mas, infelizmente, essa proposta nunca foi aprovada, sob a alegação de não poder haver essa vinculação de recursos desta forma. Porém, independentemente dessa questão legal, é uma questão de vida ou morte para a Saúde, que precisa ser tratada com atenção especial.

O movimento reivindicatório, nesta audiência pública, colocou essa questão como primeiro ponto, e o Secretário assumiu publicamente o compromisso de encaminhar, via Governo do Estado, um apelo aos Senadores que compõem a base de sustentação do Governo Estadual e ao Fórum Parlamentar Catarinense no sentido de que possam, efetivamente, comprometer-se com a aprovação da PEC 169.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Deputado Volnei Morastoni, este é um assunto extremamente importante, e aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela iniciativa de abrir um debate com relação a este tema.

É fundamental a discussão sobre a questão da Saúde, porque atinge a todos, do menor ao maior. E nada mais justo do que se destinar 10%, seja da Nação, dos Estados ou dos Municípios, para a coisa mais essencial ao ser humano, que é a sua saúde.

E não só precisamos escrever na Constituição esses 10% como, também, precisamos ter o gerenciamento pleno desses 10%, para que possamos atender cada caso, cada região, de acordo com as necessidades.

Eu sou seu companheiro nessa luta.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, Deputado, por estas considerações.

Um outro ponto abordado foi a recuperação do caráter público dos hospitais regionais, dando prioridade do atendimento aos pacientes do SUS.

Vivemos hoje uma situação em nosso Estado em que vários hospitais de propriedade do Estado, hospitais públicos, construídos com recursos públicos, foram terceirizados para administrações, para entidades. E temos a experiência única de ter o Hospital Regional de Chapecó terceirizado por um consórcio intermunicipal.

O consórcio intermunicipal é importante, só que não dessa forma nem por essa via, como aconteceu em Chapecó no Governo passado. Temos que rever essa forma de consórcio intermunicipal, porque tem que ficar muito claro qual é a parcela de responsabilidade do Estado e dos Municípios.

Quem paga a conta, se houver problemas como os que acontecem ainda hoje no Hospital Regional de Chapecó? No Hospital Regional de Curitiba, a auditoria mostrou um furo de mais de cinco milhões na sua administração; no Hospital de Araquari, quase um milhão de reais. E agora, o governo de Joinville devolve para o Estado o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Santa Catarina não pode mais protelar o debate sobre o destino dos seus hospitais regionais, que atendem parcelas consideráveis da população. Muitos foram terceirizados ao longo de vários Governos, mas não se criou nenhum mecanismo de controle. Por isso que uma outra reivindicação apresentada ao Secretário foi a criação de canais de participação da comunidade, para fiscalização e acompanhamento dos hospitais regionais.

Agora é só uma questão de se colocar isso em prática, porque muitos desses documentos que terceirizaram os hospitais prevêem conselhos de participação microrregionais. A Maternidade Marieta Konder Bornhausen, o Hospital São Paulo, de Xanxerê, o Hospital Regional de Araranguá foram terceirizados através de leis, dando direito de cessão real de uso. Essas leis já prevêem conselhos com a co-participação da sociedade, mas estes conselhos nunca foram implementados.

Então, são administrados por terceiros, e quando os problemas, os prejuízos, os rombos acontecem, aí a conta vem para o erário público. E a comunidade, que também tem interesse nessa saudável administração dos hospitais, não participa. Nem os Conselhos Municipais de Saúde participam nem o Conselho Estadual...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, dei entrada nesta Casa a um requerimento que trata da criação da nucleação das escolas. Foi uma iniciativa inteligente, mas ao implantá-la nos pequenos Municípios, surgiram diversos problemas, que ainda hoje estão trazendo uma dificuldade muito grande aos pais.

A grande maioria dos Municípios do interior não tem uma empresa especializada para prestar o serviço de transporte, e isso fez com que as Prefeituras comprassem veículos para tal fim. E como essas Prefeituras têm escassez de recursos, compram o que há de mais barato no mercado. Portanto, entendemos que o lixo de ônibus que existia neste País acabou nas Prefeituras do interior deste Estado!

Imaginem aí o problema quanto à manutenção desses veículos, a condição de transporte escolar que estamos oferecendo aos alunos. Imaginem implantar uma nucleação num Município como Santa Terezinha, que tem mais de mil quilômetros de estrada de chão. E a maioria dos Municípios do interior tem estradas nas mais precárias condições.

Portanto, chamamos para o debate a respeito dessa nucleação, porque hoje, pela ansiedade de um Município ter mais R\$500,00 por aluno, há alunos que acordam às 5h para ir para a beira da estrada esperar o ônibus que vai levá-lo para a escola, voltando para casa às 14h.

Estamos chamando a atenção da Secretaria da Educação para este fato. Mesmo entendendo que essa é uma questão gerencial, local, do Município, estamos sugerindo que se busque, através da Secretaria da Educação, um financiamento para que esses Municípios tenham ônibus e estradas em condições reais de transporte, caso contrário o tempo gasto até a escola se alonga muito e a depreciação desses veículos é uma coisa extraordinária.

Então, como não há recursos nos Municípios para resolver este tipo de problema, que é grave, trazemos o assunto para debate.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Nobre Deputado, é muito importante a preocupação de V.Exa sobre a nucleação. Acompanhamos vários Municípios que optaram pela nucleação, os quais contavam com o convênio celebrado com o Governo Estadual, mas no Governo passado o convênio não foi repassado.

Então, além de os ônibus estarem em estado precário, temos o problema do não-repasse do convênio pelo Governo anterior e pelo atual.

Muitos Municípios estão passando por esse problema. Alguns até suspenderam o

transporte escolar, porque a população não consegue pagar. As salas de aula foram desativadas e o aluno não consegue ir até a sede do Município para estudar.

O Sr. Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Caro Colega, quero dizer que sou de um Município pequeno com uma extensão de estrada muito grande. Tenho visto esse problema nos Municípios da Região Serrana, portanto sua preocupação tem muita procedência.

Estarei com V.Exa. nessa luta, que, sem dúvida nenhuma, vem ao encontro da criança do interior. Já fui superintendente do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência nos anos 90 e 91, por isso conheço esse problema e sei da necessidade que as crianças têm de estudar para que possam ter condições mínimas necessárias de enfrentar o seu futuro.

V.Exa. traz um assunto de suma importância para o Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Temos acompanhado de perto esse problema e sabemos que a maioria dos Deputados também tem se preocupado com essa questão.

Quanto à questão pedagógica, entendemos que foi excelente o resultado da nucleação. Não discutimos a questão pedagógica, porque foi proveitosa, mas não houve então a preocupação com a qualidade das estradas dos Municípios do interior, com a condição financeira desses Municípios, em saber se podiam adquirir veículos que oferecessem um bom transporte.

Há Municípios gastando 52% do que arrecadam com a educação. Daqui a quatro anos, onde irão encontrar recursos para renovar uma frota de 12 ônibus?!

O Sr. Deputado Ciro Roza - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Ciro Roza - Caro Colega, cumprimento-o pela sua preocupação.

Com relação à nucleação, talvez eu tenha um pensamento contrário ao seu. Acho que a nucleação, na prática, provou que foi o caminho pior que poderíamos tomar. Em Brusque e em outros Municípios da minha região, escolas foram fechadas olhando-se o lado econômico. E dois setores que não se pode prejudicar olhando-se o lado econômico são os da saúde e da educação.

Se a nossa preocupação é fazer com que nossos jovens tenham a garantia de frequentar escolas, temos que, através de uma discussão mais para o lado econômico do que técnico, implantar então essa nucleação.

Em muitos lugares, o aluno acorda às 5h e o ônibus não passa naquele dia. Vários alunos já desistiram de estudar exatamente pela questão do transporte, ou porque têm que acordar muito cedo e chegam tarde em casa. Sabemos que da 4ª série em diante muitos jovens já trabalham, e não dá para conciliar as duas coisas.

Então, acho que não se deve olhar o lado econômico, mas levar a escola à comunidade, para que os nossos jovens possam, realmente, ter a garantia de concluir, pelo menos, o estudo fundamental.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Obrigado pela sua contribuição, Deputado.

Quero deixar bem claro que na questão pedagógica eu concordo com V.Exa. A preocupação que levantamos aqui foi que a despesa não está ajudando no pedagógico.

Não há despesa na estrutura para se desenvolver a questão educacional, mas há uma despesa exagerada por não haver uma estrutura de transporte ou de equipamento.

Portanto, concordo plenamente com o que disse o Deputado Ciro Roza. Não há investimento mais barato, por mais caro que seja, do que na educação.

O Sr. Deputado Clésio Salvaro - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Clésio Salvaro - Deputado, parabeno-o por abordar um assunto de tanta importância, mas, na minha opinião, a nucleação das escolas é, na verdade, uma municipalização disfarçada. Isso sem contar o grande desperdício dos prédios públicos, que estão sendo tomados pelos matos onde as escolas foram desativadas.

É importante levar isso ao conhecimento da nossa Secretária, para que esses prédios onde funcionavam as escolas sejam passados para os Municípios ou para as associações de moradores, para que ali sejam implantadas algumas indústrias.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Agradeço o aparte dos Companheiros, e acredito que todos nós compartilhamos do mesmo pensamento. Nosso objetivo é contribuir para fazer o melhor pela educação em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Milton Sander, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje pela manhã, conversando com o Deputado Ivan Ranzolin, nosso Líder, que fará um oportuno pronunciamento sobre a construção do gasoduto em Santa Catarina, ponderei a ele que gostaria de fazer uma intervenção no dia de hoje com relação a esse investimento, posto que nós, do Oeste catarinense, pretendemos que chegue até lá esse gasoduto.

Nós, que temos a economia baseada na produção primária, cujo componente econômico está fundamentado em muito na exportação, seja de grãos, seja de pequenos animais industrializados, estamos sendo advertidos pelos países mais evoluídos, que são os compradores em potencial da nossa produção, que por volta de 2003 em diante teremos barreiras severas, se não intranponíveis, na questão da implementação do ISO 9.002, fato que fará com que a produção industrializada da nossa região deixe de ser exportada, se não for mudada a sua forma de produção.

Hoje, as nossas indústrias usam lenha e, em alguns casos, carvão ou óleo diesel para industrializarem a produção primária, que é exportada em grande parte. Com o advento do ISO 9.002, a alternativa que tem o Oeste catarinense é que seja levado o duto de gás industrial até aquela região, até o Extremo Oeste, sob pena de, em pouco tempo, sofreremos uma pesada ou talvez irreversível queda da nossa produção econômica, já que estaremos proibidos de exportar.

Pretendo trazer, em outra oportunidade, uma documentação completa sobre esse empreendimento, que já está em estudos pela Santa Catarina Gás e sobre o qual nós, Deputados, precisamos ficar atentos. Se essa obra do gás industrial levar o mesmo tempo que está levando a duplicação da BR-101, a sua conclusão, com certeza o baque econômico será irreversível na nossa região.

O gás industrial importado hoje da Bolívia é de baixíssimo custo e de nenhuma consequência ambiental, por isso as regiões que

precisam acompanhar o desenvolvimento, como é o caso da região Oeste de Santa Catarina, não poderão prescindir desse investimento energético do próximo século.

Agradeço a atenção de V.Exas., e em breve estarei trazendo a documentação pertinente para, depois de apreciada, podermos fazer, juntos, um trabalho neste sentido.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros quatorze minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, também era o meu objetivo vir aqui falar sobre os problemas do Estado de Santa Catarina e procurar caminhos para resolvê-los. Mas, lamentavelmente, tenho que vir aqui rebater uma crítica maldosa, irresponsável, inconsequente, feita pela Deputada Ideli Salvatti ao jornal Diário Catarinense

Eu vou adotar, aqui, Deputada Odete do Nascimento, a filosofia que há poucos dias ouvi de V.Exa.: não se atira pedra em árvore que dá frutos. Mas tudo tem limite! A má educação também tem limite, porque ofender a honra e a dignidade dos outros é muito fácil.

Por isso, vou requerer à Presidência desta Casa que tome providências, para evitar que pessoas irresponsáveis, inconsequentes e, acima de tudo, mal-educadas joguem pedra e ofendam aqueles que trabalham por Santa Catarina. Eu tenho um nome a zelar; represento 30.553 catarinenses, e também represento aproximadamente isso os ilustres Deputados Ciro Roza, Jaime Mantelli, Jorginho Mello e João Rosa.

Não é justo, não é direito falar a um jornal infâmias e calúnias. Eu disse ontem, e vou repetir duzentas mil vezes se for necessário, que faria tudo de novo o que fiz no processo de *impeachment*, porque fiz o que a minha consciência mandou. Não é a vontade de meia dúzia, não é a vontade da Deputada que vai me fazer mudar de opinião! Eu não sou obrigado a votar conforme pensa a Deputada. Ela tem que saber respeitar os outros, e não fazer esses comentários maldosos!

Eu não valho quanto peso, não! E não vim aqui dirigir ofensa contra ninguém! Nenhum Deputado, nesses oito para nove anos, pode vir aqui afirmar que eu dirigi alguma ofensa de ordem pessoal a qualquer Colega meu! Eu tenho, por princípio e educação, respeito à opinião dos outros.

Eu posso discordar, Deputado Heitor Sché, no caminho das idéias, como discordei de muitos Companheiros meus, como discordei de grandes líderes, de pessoas de oposição ferrenha, mas tenho por princípio, Srs. Deputados, jamais duvidar da honestidade dos outros, tenho por princípio jamais jogar lama na honra dos outros.

Senhor Deus, eu tenho um nome para zelar! Eu tenho uma família! Tenho filhos! Eu tenho dignidade, Srs. Deputados! Não vou aceitar mais que gente mal-educada, que não sabe respeitar os outros, venha aqui tecer críticas e ofensas a mim! Não aceito mais!

O ilustre Deputado Francisco Küster, num desafeto com a Deputada, chamou-a de mal-amada. Não vou fazer isso, porque a respeito como cidadã, como mulher, como Deputada. Não vou chamá-la, como chamou o jornalista Moacir Pereira, de biruta de aeroporto, porque ela merece o meu respeito.

Mas, ofender a dignidade dos

outros, a honestidade dos outros... Será que eu sou obrigado, Srs. Deputados, a votar conforme a Deputada quer que eu vote? Será que eu sou obrigado a fazer o que ela quer?

Ora, S.Exa. devia chamar a atenção do seu Partido, que votou em mim! Devia ter chamado a atenção dos seus Companheiros, e não ofender os Deputados Ciro Roza, Jorginho Mello, Jaime Mantelli e João Rosa!

Por isso, Deputada Odete do Nascimento, V.Exa. tem razão quando diz que não se deve atirar pedras em árvore que dá frutos. Árvore que dá frutos ou que tenha uma boa sombra está sujeita a esse tipo de crítica.

Meus Deus, que Parlamento é este? O que estamos fazendo aqui?! Ao invés de procurarmos soluções para os problemas que afligem o nosso povo, viemos aqui dirigir ofensas a Deputados?! Viemos aqui trazer assuntos de ordem pessoal?! E, recentemente, foi aqui criticado de maneira severa o ilustre Deputado Paulo Bornhausen.

Srs. Deputados, nós podemos discordar no caminho das idéias, nos nossos princípios, na nossa ideologia, mas sem ter o direito de ofender, de dizer aqui que as Comissões Permanentes de Finanças, de Justiça, de Fiscalização e de Transporte vão trazer conseqüências complicadas à Assembléia. Ou vai ser reativado o vale quanto pesa?! O que há, Srs. Deputados? Será que nós temos que nos sujeitar à falta de educação?!

Sr. Presidente, estou requerendo que este Poder, que esta Mesa tome providências. Que faça a Deputada Ideli Salvatti comprovar; caso contrário, ela que tome medidas de retratação no jornal, porque eu não me presto mais para ouvir desafeto de pessoa mal-educada!

O Sr. Deputado Heitor Sché - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Heitor Sché - Sr. Deputado, eu queria, pois não tive oportunidade de fazê-lo ontem, cumprimentar V.Exa. por ter sido indicado, acredito, por todos os Deputados desta Casa para a Presidência da Comissão de Justiça. Esta Casa estará muito bem servida com a capacidade de V.Exa. na Presidência da referida Comissão.

Quero também me solidarizar com V.Exa., dizendo que V.Exa. é um dos Deputados que admiro muito nesta Casa, pois conheço a sua trajetória política e sei que é um Deputado que tem posições definidas, um Deputado que vota com independência, um Deputado que vota com coragem, portanto, um Deputado que tem toda a minha admiração.

Por isso, Sr. Deputado, espero que V.Exa. continue nesta sua trajetória, agindo como sempre agiu aqui, no Plenário desta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Onofre Santo Agostini, eu que conheço V.Exa. já desde 1992, quando estive aqui como Deputado suplente e fiquei dois anos na Assembléia Legislativa, conheço muito bem o seu trabalho, a sua luta, a sua dedicação às necessidades do povo de Santa Catarina.

Tenho a certeza de que V.Exa. à frente da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis fará um grande trabalho, como já tem feito, e o povo catarinense tem demonstrado isto nas urnas.

Esta é a grande verdade: V.Exa. sempre vem fazendo uma votação maior do que a anterior. E isso demonstra que o povo de Santa Catarina confia em V.Exa.

Quero deixar aqui, Deputado Onofre Santo Agostini, o agradecimento pela deferência que me fez ontem, ao indicar o meu nome para a Vice-Presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o que eu não esperava. Na verdade, foi uma surpresa e uma responsabilidade muito grande, porque eu já havia participado, na primeira vez que estive aqui, na Assembléia, da Comissão de Saúde, da qual agora venho a ser o Vice-Presidente.

Tenha a certeza que eu terei de fazer um bom trabalho nesta Comissão e, mais uma vez, solidarizo-me com V.Exa., porque o seu trabalho o povo de Santa Catarina conhece.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço ao Deputado Sandro Tarzan e concedo, agora, um aparte ao Deputado Wilson Wan-Dall.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Deputado Onofre Santo Agostini, foram alguns dias de conversação, tanto para a Mesa da Assembléia como agora para as Comissões. Mas V.Exa. em nenhum momento deixou qualquer coisa para que um Parlamentar pudesse fazer esse comentário absurdo no jornal referente a V.Exa.

Eu acho que quando se atira uma pedra em alguém, temos que ter o cuidado para a pedra não voltar a qualquer momento.

Eu quero aqui, em nome do PFL, trazer o nosso apoio e a nossa solidariedade ao seu nome, até porque foram eleitos por unanimidade tanto V.Exa. como o Deputado Jaime Mantelli, o Deputado Jorginho Mello e o Deputado Ciro Roza.

Então, realmente eu concordo. Se tiverem que reclamar, que reclamem para a sua Bancada, que votou. Mas não venham ofender a moral, a dignidade de um Deputado. Desde o início, quando V.Exa. lançou o seu nome como candidato a candidato à Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, foi buscar, sim, em todos os Partidos o apoio. Isto é normal, é normal buscar o apoio dos seus Pares nesta Casa.

Agora, no outro dia, depois de uma eleição maravilhosa e por unanimidade, abrimos os jornais e encontramos pessoas difamando o próprio Companheiro Parlamentar desta Casa. Eu acho que isso tem que acabar, temos que exigir, no mínimo, a retratação.

O PFL está solidário a V.Exa. como está solidário aos demais Companheiros de todos os Partidos que foram eleitos no dia de ontem, tanto do PT, do PMDB, do PPB, do PFL e do PSDB. Todos os Partidos foram eleitos por unanimidade, dentro de um consenso, e não cabe aqui pessoas fazerem prejulgamento ou algum julgamento sem ter noção daquilo que aconteceu.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço ao Deputado Wilson Wan-Dall e concedo um aparte ao Deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Onofre Santo Agostini, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis deste Parlamento, eu só quero aqui renovar as minhas declarações e reiterar a minha intenção, o meu sentimento, já expressos no jornal de hoje, de que a eleição das Comissões Permanentes desta Casa, da forma como foram realizadas, dá a este Poder

a independência e a autonomia necessária para a análise das matérias que aqui vão aportar para que sejam discutidas e deliberadas.

Causou-me, Sr. Deputado, extrema estranheza a manifestação da colega Parlamentar na coluna do Diário Catarinense, até porque foi um processo do qual todos os Partidos participaram, onde os espaços, onde a Presidência das Comissões foram amplamente discutidas, e procuramos constitui-las da melhor forma possível.

Nós precisamos, de fato, ter cuidado para que motivações que nos levem a fazer afirmações não criem esse desconforto, esse constrangimento aos Srs. Deputados, que estão aqui representando os seus eleitores, a sua população, para que Santa Catarina possa viver melhor.

O Sr. Deputado **Ciro Roza - V.Exa.** me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO **ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Pois não!

O Sr. Deputado **Ciro Roza** - Em primeiro lugar, quero parabenizar o Sr. Deputado **Onofre Santo Agostini** por passar a presidir a Comissão de Constituição e Justiça.

V.Exa. já tem provado nesta Casa que é um homem competente e vai com certeza engrandecer ainda mais o trabalho Legislativo.

Por outro lado, gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar o Senador **Jorge Bornhausen** e também o Governador **Esperidião Amin**, por audiência que tiveram com o Sr. Presidente, onde tiveram a confirmação de que o serviço ou a conclusão da BR-101 dar-se-á ainda em 1999, quer dizer, garantindo recursos para a continuidade do trabalho.

Eu acho que fazer política, Deputado, é ter prestígio, é lutar pelos interesses do Estado através de suas ações.

Infelizmente, alguns Deputados, especialmente a Deputada **Ideli Salvatti**, parece-me que têm a necessidade de estar sempre nos jornais e, na maioria das vezes, criticando um Companheiro, falando mal de determinadas pessoas.

Então, acho prudente, e se faz necessário, Sr. Presidente, que se tome a devida providência, que haja pelo menos a retratação.

Eu, apesar de todas as críticas, das posições que tomamos nesta Casa de acordo com a nossa consciência, coloquei o meu nome à apreciação do povo catarinense, retornei respaldado pelo voto popular e não vou admitir que pessoas mal-intencionadas, malcriadas ou mal-educadas, como diz o Deputado **Onofre Santo Agostini**, venham querer denegrir os Deputados que aqui trabalham. Os Deputados estão sempre ao lado do povo.

Por outro lado, também, quero dizer que esta Deputada muitas vezes ocupa os microfones para falar dos ex-administradores deste Estado.

Se o nosso Estado...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado **Heitor Sché**) - Esta Presidência gostaria de registrar com satisfação o aniversário do Sr. Vice-Presidente desta Casa, o Sr. Deputado **Pedro Uczai**, desejando-lhe muitas felicidades.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está destinado ao PT, por dez minutos.

Com a palavra a Sra. Deputada **Ideli Salvatti**.

A SRA. DEPUTADA **IDELI SALVATTI** -

Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar quero agradecer ao Deputado **Pedro Uczai**, porque o horário do Partido era dele. Ele estava preparado para o seu pronunciamento e presenteou-me; no dia de seu aniversário quem recebeu o presente fui eu, até porque, não poderia deixar de vir à tribuna responder ao que aqui foi dito.

Em primeiro lugar, eu queria registrar, Sr. Presidente, que no *clipping* da Assembléia não tem mais as matérias do Diário Catarinense, porque, pelo que sei, a Casa não está com o contrato renovado; portanto, a nossa Assessoria de Imprensa não o recebe e também os gabinetes não o estão recebendo.

Eu vou falar em cima de algo que não li, porque não li o Diário Catarinense do dia de hoje, porque inclusive no próprio *clipping* da Assembléia ele não se encontra. Eu vou falar em cima daquilo que o Sr. Deputado **Onofre Santo Agostini** se pronunciou aqui, nesta tribuna.

Eu tenho uma personalidade indiscutivelmente polêmica, tenho orgulho dela, tenho orgulho da maneira como eu faço política, porque faço política com paixão. Ninguém larga e coloca em segundo plano a sua família, a sua vida pessoal e seus filhos, se não for para fazer com paixão a atividade política.

Então, exerço a política como aquilo que há de mais profundo na minha alma, no meu coração, no entendimento que eu tenho do que é ético, do que é justo e do que é correto. E por fazer a política com paixão, eu falo, sim, o que vem à minha alma.

Muitas vezes já falei e, infelizmente, nas vezes em que falei acabei acertando, acabei fazendo prenúncios de coisas que depois vieram a se confirmar - coisas que amargaram a vida política de Santa Catarina, de forma indelével, porque tivemos um episódio que manchou a história do nosso Estado por uma ação do Executivo, aquele episódio até hoje não devidamente apurado até as últimas consequências, inclusive, na punição aos responsáveis, que foi o episódio das Letras.

O que aconteceu no episódio das Letras não manchou apenas o Executivo de Santa Catarina, o Governador **Paulo Afonso** e as pessoas que o assessoraram naquele procedimento. Não, o episódio das Letras e do *impeachment* também manchou este Parlamento. Isto é voz corrente, isto é indiscutível!

Perguntem a qualquer pessoa da população por que o processo de *impeachment* não passou nesta Casa. Por quê? Porque tivemos Parlamentares nesta Casa que mudaram o voto, que mudaram o que assinaram, que mudaram uma porção de coisas que estavam publicamente colocadas. E as mudanças de posição e de coisas assinadas nunca foram devidamente explicadas à população, nunca foram!

Houve colocações no sentido de que aqui na Casa muitas conversas - muitas conversas - foram feitas para dar o que não deu o processo de *impeachment* do Governador.

Eu já fui sondada, e na época não quis, mas talvez merecesse escrever um livro dos bastidores do processo tanto da CPI quanto do *impeachment* aqui, nesta Casa.

Se não fosse esta Casa... Basta ver o que acontece nos Paramentos brasileiros, inclusive no Congresso Nacional, para saber o que é o cotidiano das negociatas de bastidores para aprovar as coisas, para aprovar emendas de reeleição, para saber que o que falamos é algo tão etéreo, tão longe, tão irreal, tão absolutamente irreal.

Eu não sei o que está escrito, eu não li o Diário Catarinense. Vou reproduzir na

tribuna qual foi a minha linha de raciocínio feita com os jornalistas do Diário Catarinense.

O racha aposto no PFL! Que está rachado, eis que tem um Líder de Governo que não lidera, tem um Líder de Bancada que não lidera! Está posto o racha, e está público, está notório! E a partir deste racha de Parlamentares do PFL, com adesão de outros Parlamentares que têm muito a ver com o episódio, porque o episódio do *impeachment* não está encerrado, ele continua até hoje, está rendendo; está rendendo, inclusive, pagamento de favores que determinados Parlamentares fizeram naquela época...

Aos jornalistas referi-me a esse bloco de Parlamentares que passam a ter nesta Casa um poder decisivo - não por presidirem as Comissões pura e simplesmente de Justiça, de Finanças, disso ou daquilo, não! - porque passam a ser os votos decisivos na aprovação de todo e qualquer projeto que vier para esta Assembléia, os projetos que vierem para esta Casa...

Deputado **Ivan Ranzolin**, veja a minha preocupação, eu não deveria estar preocupada com o Governador **Esperidião Amin**, porque ele não é do meu Partido, mas eu coloquei e volto a colocar que o Governador **Esperidião Amin** passa a ser refém de um determinado grupo de Parlamentares aqui dentro da Casa, que ele vai ter que negociar a aprovação de projeto a projeto, como faz o Sr. **Fernando Henrique** no Congresso Nacional, que negocia projeto a projeto para vê-los aprovados.

E as negociações, nós sabemos muito bem que têm peso, que têm valor, ou não sabemos? Ou é um problema da malcriação da Deputada **Ideli Salvatti**, isto? Estou falando o quê? Ou acreditam em **Papai Noel**, ou acham que a emenda da reeleição passou porque não sei quantas centenas de Deputados gentilmente entenderam que era importante recolocar o Sr. **Fernando Henrique**? Ou aqueles 200 mil pagos por cada voto, que não foram apurados até hoje, nós esquecemos? Borrachinha na nossa cabeça!

É disso que nós estamos falando, é de voltar...

O Sr. Deputado **Onofre Santo Agostini** (Intervindo) - Sr. Presidente, eu não...

A SRA. DEPUTADA **IDELI SALVATTI** - Eu não concedi aparte! Espero que a Mesa me garanta a palavra e corte o microfone de partes, porque eu não fui ao microfone de partes!

O SR. PRESIDENTE (Deputado **Heitor Sché**)(Faz soar a campainha) - A palavra está assegurada à Deputada **Ideli Salvatti**, que tem três minutos ainda dentro do horário destinado ao Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA **IDELI SALVATTI** - Agradeço ao Presidente da Casa. E quero dizer de forma inequívoca que espero, sinceramente eu espero, não estar certa mais uma vez.

Quanto à minha dita malcriação ou à minha "mal-amadice", como o Deputado **Onofre Santo Agostini** se referiu ao ex-Deputado **Francisco Küster** - aliás, eu nunca ouvi o Deputado **Francisco Küster** me chamar de mal-amada, até porque se ele me chamasse de mal-amada, imediatamente eu lhe daria um beijo na face -, eu gostaria de dizer que se tem alguma coisa que sou é uma pessoa extremamente afetiva e bem resolvida, ouviu, Deputado **Onofre Santo Agostini**?

Quanto à questão da biruta de aeroporto, foi um artigo que o Sr. **Moacir Pereira** fez, referindo-se ao Partido e não à minha pessoa especificamente. E isso foi devidamente respondido à altura da bobagem que ele estava dizendo naquele artigo.

Então, quero dizer de forma inequívoca

ca que eu espero, sinceramente eu espero - viu, Deputado Ivan Ranzolin -, mesmo sendo Oposição ferrenha ao Sr. Esperidião Amin Helou Filho aqui nesta Casa, que a minha previsão, que o meu *feeling* esteja errado, pelo menos uma vez, e que o Sr. Esperidião Amin não seja refém, que ele não tenha que fazer a negociação projeto a projeto, como eu estou renunciando que vai acontecer.

E V.Exa. sabe do que eu estou falando! V.Exa. sabe! V.Exa. vivenciou aqui, entende?! As pessoas que estiveram aqui no processo de *impeachment* sabem do que eu estou falando. Talvez os novos não saibam, talvez a Deputada Odete do Nascimento não saiba, talvez os Deputados Valmir Comin e Sandro Tarzan não saibam. Mas quem esteve aqui sabe do que estou falando; quando falo em peso e quando eu falo em vale, todo mundo sabe!

Eu espero sinceramente estar errada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço é destinado ao PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Jorginho Mello, por seis minutos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não pretendia usar a palavra, mas o assunto passou a ser interessante.

Ninguém mais do que eu, por um bom tempo, Deputado Onofre Santo Agostini, ocupou espaços jornalísticos em Santa Catarina, por jornalistas que entendem que o Deputado deve fazer o que ele pensa, que o Deputado deve se pautar pelas idéias dele, pelo que ele decide ou por aquilo que ele quer que o Deputado faça.

Sempre tive coragem também, Deputados Onofre Santo Agostini e Ciro Roza, de assumir posições. E voltei para esta Casa, e muitos achavam que não, com uma votação bem ampliada. E isso demonstra que muitas pessoas têm a língua afiada, gostam muito de falar dos outros, mas a população sabe o que faz, sabe julgar e julgou.

Esta história do *impeachment* tem rendido. Quando alguém não tem o que falar volta a reesquentar a história do *impeachment*.

Espero que, efetivamente, Srs. Deputados, esta Casa comece a trabalhar, a produzir, que esqueçam essa história do *impeachment*, pois a população já julgou.

A Deputada Ideli Salvatti, como ela mesmo diz, tem uma personalidade forte, e isto é muito dela, então, que ela se entenda com a sua Bancada. Parece-me que ela não está bem resolvida com a Bancada dela, parece que foi considerada de direita, não sei.

Quero dizer a todos os Srs. Deputados que desejo contribuir com este Parlamento, pois faço parte da Comissão de Constituição e Justiça. Disse ao Deputado Onofre Santo Agostini que ele teria o meu voto para ser o Presidente e sei que contribuí muito com isso, sei que ele fará um bom trabalho, estarei na Comissão de Justiça como está na Comissão de Finanças o Deputado João Rosa, e também já estão dizendo que por tabela o Deputado João Rosa tem a ver alguma coisa com o Deputado Jorginho Mello.

Estarei lá, sim! Dando parecer, votando em todos os projetos que passarem pela Comissão, com grandeza, com dignidade, ajudando Santa Catarina, não sendo guiado por ninguém, fazendo aquilo que efetivamente a minha consciência manda.

Cumprimento o Deputado Onofre Santo Agostini pela coragem. É isso mesmo, Deputado,

tem que botar fim nessa história de qualquer recaída, qualquer dor de barriga alguém vai para a imprensa falar em *impeachment*, que agora se criou um novo bloco, que vão mandar no Governo, que vão barganhar.

Cada um de nós que está aqui tem a responsabilidade da sua região, dos seus eleitores, em fazer aquilo que a população lhe deu procuração. E um mandato é uma procuração em branco que as pessoas delegam a cada Parlamentar, e ninguém renova um mandato se não tiver a confiança do seu eleitor, da sua base, em cima daquilo que fez. Tem-se que trabalhar mais com ações, ajudar Santa Catarina, do que bater com a língua nos dentes.

Cumprimento o Deputado Onofre Santo Agostini e todos os Deputados que se pronunciaram aqui na defesa deste Parlamento e na defesa da honra de cada Deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos continuar na esteira do que vem sendo falado nesta tribuna a respeito das declarações da Deputada Ideli Salvatti.

Evidentemente temos que colocar - e eu até lamento que ela não se encontre em Plenário, pois não teve coragem suficiente para aqui permanecer - que a opinião dela não tem o menor sentido (sobre o que ela acha ou deixa de achar) sobre qualquer posicionamento meu ou de quem quer que seja a respeito do mandato passado.

Eu quero aqui, antes de mais nada, fazer minhas as palavras dos Deputados Onofre Santo Agostini, Ciro Roza e Wilson Wan-Dall.

(A Deputada Ideli Salvatti adentra ao Plenário.)

Criou coragem de novo, Deputada, isso é importante.

(Falas paralelas fora do microfone)

Quero fazer minhas as palavras de todos os Deputados que se pronunciaram nesta esteira, para dizer algumas coisas, rapidamente.

Só a opinião de duas mulheres no mundo me interessa: a da minha mãe e a da minha esposa, Nena. Depois, de todas as mulheres do mundo, evidentemente que a opinião da Deputada Ideli Salvatti deve ser uma das últimas. Não tem nenhum sentido.

Gostaria de dizer também que com relação ao meu passado, já prestei contas aos meus eleitores. E é mentira o que a Deputada disse, aqui, ou seja, que se pode sair na rua e perguntar quem é que manchou o Estado de Santa Catarina no episódio do *impeachment*.

Os meus eleitores disseram que não fui eu. Disseram que quem manchou a história do *impeachment* foram os Deputados que tagarelaram muito aqui e não conseguiram se reeleger e outros que se reelegeram não sei como.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Veja a incoerência da Deputada. Foi o PT que apoiou Paulo Afonso no segundo turno. Foram eles que elegeram Paulo Afonso e agora vêm tecer crítica aos outros.

Eu nunca mudei de opinião, nunca! Desde o primeiro dia disse que não votava e não votei. Não devo satisfação à Deputada Ideli Salvatti. Ela tem que saber respeitar.

Eu a respeito como pessoa, como ser humano, tenho até admiração por ela. Mas ela

tem que saber respeitar os outros, o sentimento, a dor dos outros. Afinal de contas ela não é a infinita, ela não é a perfeita, não é só ela que sabe das coisas e que só a opinião dela tem valor. Não!

Vamos respeitar. Vamos saber respeitar. Eu posso discordar no campo das idéias, na ideologia, eu posso discordar, Deputado, como discordo de muitos, mas sei respeitar.

Eu nunca disse, nunca! V.Exa. é testemunha, e todos os Deputados que estão aqui também, de que jamais levantei dúvida da honestidade de quem quer que seja.

Eu fiz, já disse, e vou repetir: se precisar fazer mil vezes a minha posição no processo de *impeachment*, faça-a de novo, porque fiz com a consciência tranqüila; eu fiz aquilo que a minha consciência mandou fazer.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Muito obrigado, Deputado!

Eu até quero dizer mais: a própria Deputada Ideli Salvatti, na questão da CPI das Letras, é testemunha do trabalho que este Parlamento desenvolveu. Ela é testemunha! E duvido que ela venha aqui fazer qualquer reparo sobre a minha participação na CPI das Letras, que ela foi uma das pessoas de maior destaque. Eu duvido, está desafiada!

Então, não vem aqui fazer gororoba, porque não tem toda essa moral para fazer qualquer questionamento.

Com referência aos meus posicionamentos, disse antes, no *impeachment*, fora do *impeachment*, seja o que for, faça-os novamente sempre que tiver oportunidade.

Com referência ao posicionamento futuro, com relação ao risco que o Governador Esperidião Amin corre, quero dizer que a Deputada não precisa se preocupar, porque da mesma forma que agi no passado vou agir hoje e vou agir no futuro.

Jamais vai aparecer alguém, que se diga líder político, que venha dizer para mim o que tenho que fazer. Vou decidir com a mesma independência, com a mesma coragem e com a mesma determinação.

Se um dia Santa Catarina tiver a sorte de ver o seu futuro definido com um voto meu, o cidadão catarinense poderá dormir feliz, porque decidirei com a minha consciência, com a minha lucidez e com a minha serenidade. Não tenham dúvidas disso. E o Governador Esperidião Amin será contemplado nesta questão, porque eu jamais vou me deixar envolver por qualquer pressão.

Eu queria registrar que agora a Bancada do PT também tem uma bruxa, que sabe do futuro, que sabe adivinhar, que faz leituras do que pode acontecer no futuro.

Só tenho uma coisa para encaminhar em nível de Bancada, para dizer, literalmente, o seguinte: primeiro ponto, o acordo com o PDT, através desse Líder, assumiu em relação ao ano que vem, na composição das Comissões - Deputado Jaime Mantelli e, tenho plena convicção, o Deputado Afonso Spaniol também cumprirão literalmente. Só que a partir de hoje tem uma ressalva: desde que não passe pelo nome da Deputada Ideli Salvatti. Se a pessoa que vier fazer parte do contexto for a Deputada Ideli Salvatti, o Deputado Jaime Mantelli vai ficar isento de cumprir aquele compromisso. Não tem condições.

A partir de agora o Deputado Jaime Mantelli não discute mais, não discute mais com o PT qualquer questão que passe pela Deputada Ideli Salvatti, porque passou da medida, está insuportável. Isso não é relacionamento de quem quer construir um Estado brilhante.

Outro particular que devo deixar aqui muito claro é agradecer o voto que recebi da Deputada Ideli Salvatti para Presidente da

Comissão de Fiscalização e Controle.

V.Exa. teve a grandeza, num momento de tranquilidade, de votar no Deputado Jaime Mantelli para presidir a Comissão de Fiscalização e Controle. Deputada Ideli Salvatti, pode ter certeza absoluta, a exemplo de todo cidadão catarinense, de que terá orgulho de ter confiado o voto neste Parlamentar, que irá mostrar que V.Exa. não votou em nenhum biruta de aeroporto nem em nenhum pobre coitado, que votou, sim, em um homem de personalidade, de coragem e de competência para presidir aquela Comissão e gerenciar os destinos da gente catarinense com decência e perseverança, mas sobretudo com serenidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos doze minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta tarde nós ouvimos uma série de manifestações acerca do passado, acerca da Legislatura passada, quando aqui nós deparamos com um dos processos mais terríveis que passaram por esta Casa.

Foi um processo difícil, um processo que realmente deu muita dor de cabeça e que realmente prejudicou o Estado de Santa Catarina, como todos nós sabemos. Está tudo documentado. Existem mais de dez ações tramitando na Justiça Federal e na Justiça catarinense contra aqueles que foram os autores dessas medidas.

Tivemos aqui as nossas posições, sendo que as minhas, tanto como Presidente da Comissão de Justiça, como Líder de Bancada e como integrante da minha Bancada, foram claríssimas. E deixamos tudo aqui registrado nos Anais da Casa.

Chegando ao início desta Legislatura, entendemos tirar da nossa cabeça e da nossa ação, aqui na Assembléia Legislativa, a questão do *impeachment*, porque nós mesmos, na nossa Bancada, temos ações tramitando na Justiça e temos advogados tratando delas.

O Ministério Público atuou e está atuando, existe uma ação no Ministério Público. E também na esfera federal temos um encaminhamento hoje com denúncia, inclusive, contra o ex-Governador, uma denúncia pesada e reconhecida pela dilapidação do patrimônio público.

Agora, começamos a viver uma nova época. Nós elegemos o nosso Governador Esperidião Amin, que se elegeu fruto de uma composição de vários Partidos, e durante a campanha assumimos o compromisso de falar muito pouco do *impeachment*, porque a população sabe, tomou conhecimento, e seria repetitivo para nós buscarmos um Governo falando de uma desgraça pela qual Santa Catarina passou.

Tínhamos uma bandeira - e queremos levá-la para a frente -, que foi a bandeira da nossa campanha, de recuperar a imagem, de recuperar as finanças de Santa Catarina e de fazer com que o Estado voltasse a crescer. Este é o nosso objetivo.

Com relação às questões que passaram por esta Casa, queremos deixar, agora, nas mãos da Justiça. Ninguém pode atirar a primeira pedra, todos cometemos erros. O que tínhamos que colocar já colocamos de uma forma genérica. Aqui procuramos não colocar nada pessoal contra qualquer pessoa, nem mesmo contra o Governador do Estado, que foi o grande Líder daquele desastre. Não

atacamos a sua pessoa nem atacamos ninguém, porque entendemos que precisamos, acima de tudo, ter a serenidade para realizar um bom trabalho.

A colaboração que trago a esta tribuna é no sentido de deixarmos as questões passadas para a Justiça e buscarmos, como fizemos até agora, o entendimento para que a Casa possa realmente continuar o seu trabalho.

Tivemos o episódio da Mesa, e na oportunidade foi eleito o Presidente em uma situação um pouco conturbada, na qual o próprio Presidente foi buscar o entendimento, e conseguimos consolidar uma Mesa participativa. Eu mesmo estive presente em todas as Bancadas para que elas indicassem o seu representante.

Passado isso, tivemos um problema com relação à constituição das Comissões, tivemos até problemas pessoais, problemas de Partido, mas fomos evoluindo, conversando, analisando e acabamos chegando a um denominador comum, e conseguimos, também nas Comissões, trazer para a participação todos os Partidos, inclusive, em um primeiro momento o nosso Partido e o PT, que estavam um pouco afastados das negociações, acabaram se integrando.

Ontem, no final da manhã, em uma reunião de Líderes, acabamos consolidando o acerto que só pode trazer benefícios. Todos participaram, todos votaram e não houve nenhum senão contra a indicação dos Presidentes, dos Vice-Presidentes e da composição das Comissões.

Gostaria de dizer a todos os integrantes desta Casa que aqui falaram - os nomes que foram para o jornal, a própria Deputada Ideli Salvatti -, que agora, Deputado Ciro Roza, nós precisamos da convivência, e se alguém tem alguma questão do passado, ou está na Justiça ou está consigo próprio.

Quero deixar claro que a nossa Bancada só tem um mister nesta Casa e uma definição: buscar parceiros pelo desenvolvimento de Santa Catarina e pela retomada do poder.

Não vamos ficar a vida toda nos queixando que o Governo passado quebrou o Estado e que o deixou em grave situação, não vamos ficar aqui dizendo que foi a questão do processo do *impeachment*, disto ou daquilo, que deixou o Estado no estado em que está.

Quando o nosso Partido, juntamente com os Partidos que formam a Aliança Mais Santa Catarina, entendeu em lançar uma campanha para buscar o Governo, sabia o que esperava, só que a sociedade catarinense tem que saber exatamente como estão as coisas: que o Executivo está providenciando - inclusive, dentro de poucos dias deverá sair na imprensa e vir a esta Casa - um relatório completo da auditoria que está sendo realizada.

Agora, nós assumimos o dever e a responsabilidade de colocar novamente Santa Catarina nos trilhos. E essa é a nossa responsabilidade. Para isso temos os nossos parceiros e temos que aceitar a Oposição que, hoje, está nas mãos da maior parte do Partido que estava no Governo.

Se não soubermos respeitar a Oposição e não nos respeitarmos nesta Casa, não daremos o bom exemplo para Santa Catarina.

Gostaria de dizer aos Deputados que foram falar à imprensa, à própria Deputada Ideli Salvatti, que é uma Deputada atuante, que talvez esta seja a última sessão em que se falou em questões pessoais. Nós precisamos, sim, é trabalhar, é ir à luta.

Quero deixar claro, e inclusive repetir, que a posição, que o meu pensamento sobre este episódio deixei claro e cristalino nesta tribuna e nos Anais desta Casa por diversas vezes.

Agora, precisamos de paz para trabalhar, de muita força para buscar os resultados, porque o Brasil e Santa Catarina precisam da união de todos nós.

Não poderemos deixar de fora, Deputado Ciro Roza, nenhum Deputado, porque precisamos nos unir exatamente para enfrentar esta globalização, para enfrentar essa situação do câmbio, para enfrentar aqueles que com o capital especulativo vêm levar o nosso dinheiro e para enfrentar situações como a que hoje vou mostrar aqui, que está colocando em risco toda a população da Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Ciro Roza - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Ciro Roza - V.Exa. foi testemunha do esforço do PFL na busca do consenso. Nós, que fizemos parte da chapa Mais Santa Catarina, temos um compromisso para com a sociedade, no sentido de dar governabilidade, a fim de que o Governador possa colocar em prática aquilo que pregou em palanques.

A Bancada do PFL, e quero falar em defesa da Bancada e do nosso Líder, como afirmava a Deputada Ideli Salvatti, na tribuna, está dividida, está rachada. Não é verdade! S.Exa. afirmava também que o PFL não tinha liderança, quer dizer, que a Bancada do PFL tinha um Líder que não liderava. Não é verdade!

O nosso Líder, Deputado Wilson Wan-Dall, já mostrou e comprovou para esta Casa - inclusive, já foi Líder de outros Partidos e do PFL, no ano passado - que tem competência.

O Deputado Paulo Bornhausen, como Líder do Governo, também está desempenhando o seu papel, esforçando-se no sentido de contribuir para que possamos, sim, dar respaldo ao Governo do Estado, para que Santa Catarina possa vir a ganhar com isso.

Claro que o PFL é um Partido democrático e que discute na sua Bancada suas posições; cada qual tem a oportunidade de defender as suas posições. Agora, não posso falar o mesmo da Bancada do PT. Nós não recebemos orientação nem de Brasília nem de Cuba para votar, nós discutimos e decidimos na Bancada.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que o tema que eu trouxe hoje para a tribuna vou fazer apenas o registro, porque vou retornar, é um tema que trata da questão do gasoduto que está passando por Santa Catarina.

A empresa que está realizando as obras está fazendo-a fora dos parâmetros previstos pelo meio ambiente do próprio contrato. Está com 45 quilômetros de uma verdadeira estrada na serra, e esta estrada está assorriando todos os rios, inclusive, tenho aqui o relatório da Casan.

Esta obra está ocasionando um problema gravíssimo no que se refere à distribuição de água na Grande Florianópolis. São 500 mil pessoas que estão na iminência de perder...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedit, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós, novamente, vamos trazer a esta Casa um tema de interesse dos catarinenses.

Infelizmente, o que atrai a atenção da maioria dos Parlamentares talvez sejam questões

como estas que foram colocadas aqui, hoje, nesse debate acalorado. E eu gostaria de colocar, em primeiro lugar, que este Deputado, dentro do PMDB, foi um membro não-alinhado ao ex-Governador Paulo Afonso.

Queremos dizer que o povo catarinense, infelizmente, julgou-nos e deu-nos a maior derrota da história de Santa Catarina. O nosso pecado, se ele existiu, causado por um ou mais membros do nosso Partido, já pagamos, porque o político paga a cada erro, a cada pecado, na eleição seguinte.

Por isso, trazemos a esta Casa assuntos que interessam muito ao povo catarinense, assim como ao povo brasileiro, que sofre com a situação do desemprego.

Pela terceira vez venho, nos últimos dias, a esta tribuna para defender o direito inalienável de trabalhar dos catarinenses e dos brasileiros.

Quiseram os Companheiros desta Casa que eu ocupasse a Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor. E analisando a Declaração Universal dos Direitos do Homem, dos direitos humanos, que havia lido integralmente nos bancos da universidade aqui, em Florianópolis, com a leitura do art. 23, inciso I, da Declaração dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, às condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

O acordo que o Governo Federal fez recentemente com o FMI, que nos impôs a redução do nosso crescimento, do nosso PIB de 3% a 4%, significa 3% a 4% de menos emprego, de pobreza e de sofrimento ao povo catarinense e ao povo brasileiro; significa a previsão de 16% de inflação, corroborada a desvalorização do real. Isso significa muito. É uma agressão muito profunda na qualidade de vida do brasileiro e, em especial, do catarinense, que é quem nós, Deputados, temos que defender.

Contra esse compromisso nebuloso e negro para o povo brasileiro temos que protestar, não podemos aceitar.

Nós, da Bancada do PMDB, já pela terceira vez, estamos aqui para encontrar soluções para a situação do desemprego que assola o País, principalmente Santa Catarina, para encontrar alternativas para a proteção da empresa catarinense, para a proteção do trabalho e da renda dos catarinenses.

Esses são os temas nos quais esta Casa, os Parlamentares, deve e deveria estar diariamente batendo forte, para que a dor da família catarinense, que tem o seu pai, o seu filho, ou o esposo no desemprego, diminua. Este é o sofrimento que temos no dia de hoje.

Não podemos ficar aqui remoendo o passado, que é triste, onde há erros não só do nosso Partido. Não fomos só nós que causamos problemas, e reconhecemos que foram problemas que realmente nos fizeram sofrer bastante no nosso Partido, e recebemos rechaça, repúdio dos votos dos catarinenses.

Nós, essa Bancada de dez Deputados valorosos, que passaram também pelo crivo dos catarinenses, assim como os outros 30 Deputados das diversas Bancadas, representamos a vontade e os anseios do povo catarinense.

Por isso, temos que estar aqui preocupados com esse grande problema, que é o problema do desemprego no Estado de Santa Catarina.

Sendo assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez alerto e convido a todos para que concentremos as nossas atenções para a mais real necessidade dos catarinenses e do nosso Estado neste momento.

Tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se continuarmos omissos, que a

história não reservará perdão para o pecado que estaremos cometendo.

Podemos depositar algumas esperanças na retomada da exportação dos nossos produtos com a queda do real. Mas pergunto: quantas indústrias calçadistas que viviam da exportação faliram ou estão fechadas? O que ainda resta da indústria calçadista outrora próspera em minha região? O que os bancos oficiais e o Governo do Estado ainda podem fazer para salvar as que sobreviveram?

Santa Catarina tem sido beneficiada com programas, como o Proger, e com os recursos do FAT? Quantos trabalhadores foram beneficiados? Quem são? Onde estão? O Estado está apoiando o associativismo entre trabalhadores, produtores? Isto pode ser ampliado para gerar mais oportunidades de trabalho e renda?

Nesta hora em que cada oportunidade de trabalho que possamos gerar deve ser para um catarinense desempregado, as nossas empresas estatais estão dando preferência em suas contratações a empresas catarinenses? Se isto ainda não está sendo feito, precisa ser feito.

Precisamos mobilizar a criatividade, o espírito empreendedor e a capacidade de superar dificuldades da nossa gente, tão decantados em nossas campanhas eleitorais e esquecidos nesta hora de crise.

Temos, aqui nesta Casa, Deputados oriundos de todos os setores da economia, do comércio, da indústria, dos serviços, da agricultura.

Em nome dos catarinenses que nos elegeram, faço mais uma vez um apelo: vamos usar nossos conhecimentos, vamos colocar o talento de cada um, vamos usar todo o nosso tempo disponível na discussão e busca de meios para mitigar a dor do desemprego que ameaça, que faz sofrer tantos irmãos catarinenses!

Trabalho e renda para os catarinenses, defesa da empresa catarinense, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não existem causas ou bandeiras mais nobres do que estas, nesta hora tão difícil para a nossa gente."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, desejo registrar a presença das Vereadoras Salete e Euzenir, do PSDB; do Prefeito e demais autoridades de Tangará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência registra com satisfação a presença das referidas autoridades.

A Presidência justifica a ausência dos Deputados Moacir Sopelsa, por motivos funcionais; Francisco de Assis, que está visitando os Municípios de Imaruí, Ibituba e Laguna; Paulo Bornhausen, que estará ausente nos dias 10 e 11 para participar da reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que está na pauta da Ordem do Dia de hoje a discussão e votação em turno único da Mensagem Governamental nº 3.969/98, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei nº 71/95, que isenta as associações e entidades sem fins lucrativos das taxas e emolumentos.

O projeto recebeu veto apostado do ex-Governador, Paulo Afonso, que está com o prazo para apreciação final no dia 09/03, ou seja, hoje.

Como a instalação das Comissões

Técnicas ocorreu no dia de ontem, a Presidência retira da pauta do dia de hoje para que a Comissão de Justiça possa se pronunciar sobre o veto, entrando na pauta da próxima semana.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Dionísio Cerqueira, Altair Ritter, cumprimentando todo o povo daquele Município pela passagem do 45º aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Previdência e Assistência Social; ao Senado Federal e ao Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a manutenção da estrutura orgânica do INSS, a fim de que não se extinga o serviço social no âmbito da Previdência Social.

Em discussão os dois requerimentos.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Heitor Sché, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu reputo da maior importância o requerimento que deu entrada nesta Casa, de autoria do Deputado Manoel Mota, pois ele pede para que seja mantida a estrutura da Previdência Social em nosso Estado.

Recebi o expediente da Associação dos Funcionários da Previdência Social, mas, lamentavelmente, pelo excesso de serviço no dia de hoje, não tive condições de ler todo o seu conteúdo.

Mas tomei conhecimento, através da Superintendente do INSS nesta Capital, de que o enxugamento dessa estrutura do INSS vai fazer com que as agências de Rio do Sul, de Blumenau, de Curitiba, de Lages, enfim, de todas essas regiões, passem a ser subordinadas à cidade de Joinville.

Seria um retrocesso se nós, que somos do Alto Vale do Itajaí, tivéssemos que recorrer à cidade de Joinville, não por maiores problemas, mas, sim, porque o INSS também de Joinville não teria nem condições para suportar essa carga. E todas essas pessoas que têm que se servir da Previdência teriam que se deslocar para aquela cidade.

Lamentavelmente, quando se quer enxugar o Estado, quando se quer diminuir despesas, não se faz um estudo mais acurado da situação. Toma-se medida lá em Brasília sem se saber na realidade da situação dos usuários. E se isso acontecer mais uma vez, sem dúvida alguma será o povo que vai pagar dobrado.

Por isso eu solicito - e pretendo voltar a esta tribuna para falar sobre o assunto - ao Sr. Deputado Manoel Mota para também subscrever o seu requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente, antes de discutir o requerimento em pauta, eu gostaria de dizer que também havia encaminhado um requerimento no mesmo sentido, só que dirigido ao Ministro-Chefe da Casa Civil e ao Ministro da Previdência e Assistência Social. Eu fui informado de que ele teria sido acoplado ao

requerimento do Deputado Manoel Mota. Gostaria de saber se foi ou não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Só se V.Exa. deu entrada, e vai ser para a pauta de amanhã.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Eu dei entrada hoje e fui informado pelo Departamento de que, como se tratava do mesmo assunto do requerimento do Deputado Manoel Mota, seria acoplado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Sr. Deputado, a assessoria já está verificando.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Mas, Sr. Presidente, apenas quero aproveitar para fazer um registro de um outro assunto que já aprovamos na semana passada, que foi a questão das alterações da extinção da Superintendência do INSS em Santa Catarina. Pelas notícias que eu li hoje no jornal, parece-me que está sendo revertido, que está sendo mantida a Superintendência do INSS em Santa Catarina.

Agora, outra questão é a que está sendo tratada através deste requerimento, que é uma decisão de reformas internas no INSS, de extinção do Serviço de Assistência Social do INSS em todo o Brasil, que já fez parte da Medida Provisória nº 1.729, que em dezembro já foi rejeitada pelo Congresso Nacional, pela mobilização, já ocorrida, inclusive, além dos Parlamentares da própria sociedade.

Agora, por medidas administrativas, via decretos, via portarias, o Ministro da Previdência Social está adotando essas mesmas medidas, entre elas o absurdo de extinguir um serviço que há mais de anos faz parte da instituição da Previdência Social, que é o Serviço Social. Quer dizer, fundamental inclusive para o acesso dos beneficiários da população aos próprios benefícios da Previdência Social e a tantos outros benefícios, como no caso dos idosos, das pessoas portadoras de deficiência, que todo encaminhamento operacional desses benefícios depende diretamente do Serviço Social, da Assistência Social.

Então, não se admite, não se entende como pode num órgão dessa magnitude, de um serviço eminentemente relacionado com a questão social, ser extinguido o Serviço Social, o Serviço de Assistência Social.

Por isso quero ratificar, se o meu requerimento for acoplado a este que está em discussão, o encaminhamento deste requerimento, para que possamos realmente reforçar essa proposição, como aqui nos manifestamos, no sentido de que o Governo possa rever imediatamente, com urgência, essas medidas, embora as informações que temos é que agora, nos próximos dias, estariam sendo publicadas e efetivadas essas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado Volnei Morastoni, o Requerimento nº 67/99, de sua autoria, já foi localizado e está acoplado, então, à discussão.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, Sr. Presidente. (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Sr. Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na data de ontem foi aprovado um requerimento deste Deputado com relação à questão do INSS de Santa Catarina.

A Superintendência, pelo organo-

grama feito pelo Ministério da Previdência, ficaria subordinada ao Estado do Paraná, como também algumas regionais, Blumenau, que ficaria subordinada a Joinville e Criciúma e, parece-me, a Florianópolis.

Eu tive a informação do Senador Jorge Bornhausen, no final da tarde de ontem, por telefone, confirmando que conversou com o Sr. Ministro, que disse que não iria mexer por enquanto no Estado de Santa Catarina e que iriam permanecer as Gerências e a Superintendência.

Então, já é uma boa notícia informada pelo Senador Jorge Bornhausen. Inclusive o Fórum Parlamentar Catarinense já estava discutindo o assunto também. E essa notícia já nos trouxe um pouco mais de alegria.

A intenção do Ministério da Previdência era diminuir custos, mas, na realidade, isso não estava acontecendo.

Na visita que fiz à Regional de Blumenau, conversando com a Dra. Alba, Superintendente de Santa Catarina, ela me disse, realmente, que não há diminuição de custo nessa redução. Ao contrário, só diminuiria o atendimento: as pessoas teriam que se deslocar de Santa Catarina para o Estado do Paraná ou de um Município para outro, como de Blumenau para Joinville, e vice-versa.

Então, essa informação do Senador Jorge Bornhausen nos tranquiliza muito e, com certeza, vai ficar ainda melhor, porque além de permanecer vai ser dada uma nova reestruturação; ela vai ser modernizada para agilizar o atendimento às pessoas aqui em Santa Catarina.

Então, valeu a pressão de todas as autoridades, dos políticos e dos empresários de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Eu queria apenas renovar a informação no sentido de que na semana passada foram aprovados requerimentos de autoria de diversos Parlamentares nesse mesmo sentido. Tudo isso porque estava prevista a extinção da Superintendência do INSS em Santa Catarina. E me parece que também foi o assunto que o Deputado Heitor Sché levantou na tribuna.

Agora, eu quero ratificar e pedir o mesmo empenho do seu Partido, do Senador e as mesmas gestões junto ao Ministro da Previdência Social no sentido de não se efetivar uma outra medida, que agora não é apenas para Santa Catarina mas para todo o Brasil, que é a extinção do Serviço de Assistência Social do INSS, pela importância técnica que esses profissionais representam aos próprios benefícios a serem concedidos aos que têm esse direito.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Ele comunicou quanto à permanência das Regionais e da Superintendência, mas quanto a esse assunto, Deputado Volnei Morastoni, eu não tenho nada para lhe prestar.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Esse outro assunto que chegou às nossas mãos veio através do próprio Conselho Estadual de Assistência Social e também por documento da entidade, em nível nacional, confirmando essa decisão do Governo, uma vez que a medida provisória não foi aprovada no Congresso, que está tomando as medidas internamente por portarias e decretos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Então, se esse for o conteúdo do requerimento, eu acho que vale a pena todos os Srs. Deputados abraçarem, empenharem-se nesse assunto, até porque, segundo o Deputado Volnei Morastoni, é muito importante para o Estado de Santa Catarina. E eu até me proponho a subscrevê-lo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero

cumprimentá-lo e dizer que também fiz requerimento com esse encaminhamento semana passada, quando tive conhecimento, através dos seus servidores, de que a Previdência Social de Santa Catarina estava saindo de Santa Catarina para o Paraná.

Agora, como é que nós vamos aceitar a saída dessa Superintendência, na pessoa da Dra. Alba, uma amiga de muitos anos, uma pessoa muito competente, e passarmos de uma hora para outra a depender do Paraná?! Quer dizer, é uma falta de prestígio, mais uma vez, de Santa Catarina. Já chega o Patrimônio da União que de repente desapareceu para o Paraná! Agora vai também a Previdência?!

Encaminharemos à representação de Santa Catarina no Congresso Nacional, para que nós possamos manter, ou seja, não deixar ser extinto o Serviço Social, que é importante para Santa Catarina e importante para o Brasil.

Então, estou dando entrada a um requerimento, mas já estou pedindo apoio também nessa direção, porque não é para mim, é para Santa Catarina, é para aqueles que precisam de uma atenção especial. Eu acho que essas entidades que hoje representam a Previdência, através da assistência social, têm tido um papel fundamental, e nós queremos a sua continuidade.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Eu acho que o assunto que os Deputados Volnei Morastoni e Manoel Mota trouxeram a Plenário é realmente preocupante, até porque é na área social que, neste momento, nós precisamos dar apoio, para que a nossa população possa ter acesso. Quantas pessoas não conseguem hoje um atendimento, uma consulta no INSS? Aquelas que procuram um especialista e não conseguem, e as que precisam de uma cirurgia de alta complexidade e o INSS, muitas vezes, não quer fazer!

É um assunto que o Deputado Volnei Morastoni, na Comissão de Saúde, realmente trabalhou muito seriamente na gestão passada e, com certeza, nesta também, e nós, da Bancada do PFL, vamos solicitar às nossas Lideranças, aos nossos dois Senadores para que eles se empenhem neste sentido.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Wilson Wan-Dall, agradeço pelo aparte.

Além de parabenizar os Autores do requerimento, gostaria de aproveitar para prestar algumas informações.

Trouxemos à tribuna, em Breves Comunicações, uma situação semelhante a esta discutida anteriormente, que é a provável extinção da Cohab, aquela questão toda da Caixa Econômica, de se estar contratando uma empresa do Rio Grande do Sul para fazer o acompanhamento dos contratos.

Nós colocamos que iríamos acionar a Bancada do PT, em nível federal, mantendo contato telefônico com o Deputado Carlito Merss. Na hora do telefonema, ele estava em plena reunião com o Fórum Parlamentar levantando exatamente este assunto, o qual foi debatido. Ele relatou, inclusive, que pela manhã já havia acontecido uma reunião extremamente tumultuada com o representante da Caixa Econômica Federal.

O Governador Esperidião Amin estava presente também nessa reunião. O assunto foi tratado, e como a contratação dessa empresa exigia um termo aditivo, o Governador, juntamente com o apoio do Fórum Parlamentar, na tarde de hoje, fechou a posição de que não haveria a assinatura desse termo aditivo. Portanto, a Caixa Econômica não poderá contratar essa empresa, fazendo com o que serviço continue sendo prestado pela

Cohab.

Então, eu estou prestando a informação, até porque levantamos o assunto, tomamos as providências, para que os demais Parlamentares fiquem cientes do que já foi tratado em Brasília.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Wilson Wan-Dall, agradeço pelo aparte e queria pedir à Presidência e, principalmente, aos Deputados que fizeram esses requerimentos, os dois requerimentos, para subscrevê-los.

Mas fico muito triste com o Governo Federal, que quer tirar a assistência social dos nossos catarinenses.

Digo isso, Deputado Wilson Wan-Dall, porque já fui Superintendente do Centro Brasileiro da Infância e do Adolescente, e na oportunidade tive de começar um trabalho com relação à criação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Hoje, vimos que esse trabalho cresceu, e já temos conselhos tutelares em vários Municípios do nosso Estado. Mas não está sendo feito aquele trabalho que deveria ser feito, porque o Governo Federal, infelizmente, naquela oportunidade, extinguiu um órgão importante em relação à assistência social deste País.

Então, traz-me tristeza ver novamente o Governo Federal querer tirar um benefício em relação à assistência social do nosso povo catarinense.

Por isso peço a anuência dos Deputados para que possa subscrever esses dois requerimentos. E peço a V.Exa., que é de um Partido que eu admiro, o PFL, que tem em Brasília dois Senadores representando, que leve essa nossa preocupação como Deputado Estadual, que é a de garantir assistência social ao povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Wilson Wan-Dall, gostaria de cumprimentá-lo pelo assunto abordado, pois nós temos também essa mesma preocupação.

Acompanhei no Congresso Nacional a aprovação da CPMF em 0,38. E nós, daqui a pouco, nesta Casa e em Santa Catarina, é que iremos acompanhar também a implementação da CPMF, a arrecadação do Estado de Santa Catarina com esses números, com esses dados, e queremos saber o retorno que o Estado de Santa Catarina vai ter através da Previdência, do SUS ou do próprio Estado.

Deveremos acompanhar de perto para que os nossos pleitos, aqueles de Santa Catarina que dizem respeito à população, através da Saúde e da Assistência Social, possam realmente ocorrer, pois não sabemos a distribuição da CPMF em nível de Brasil e de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas gostaria também, aproveitando estes dez minutos que me restam, de fazer uma colocação envolvendo a Saúde.

Participamos hoje de um café da manhã, onde estavam presentes quatro Srs. Deputados, coordenado pela Sra. Déa Bornhausen. Foi um trabalho gratificante, onde pessoas voluntárias deram oportunidade às pessoas mais simples que não têm nenhum plano de saúde de receber assistência de um serviço, principalmente o de oncologia, que precisa de uma série de cuidados.

Foi um trabalho gigantesco - e estavam lá presentes este Deputado, os Deputados Reno Caramori e Nelson Goetten, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente João Macagnan - com a participação da Hemosc, da assistência social, coordenado, como já disse, pela Sra. Déa Bornhausen.

Eu queria fazer este registro para mostrar a importância de um serviço gratuito e da importância das voluntárias trabalhando em prol da saúde de Santa Catarina. Talvez seja um dos trabalhos mais bonitos que vi até hoje. Essa área está toda remodelada, modernizada, e lá não olham cor, sigla partidária e nem religião, atendem as pessoas mais simples e humildes que não têm sequer um plano de saúde com dignidade, com respeito.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de pedir também aos Autores para subscrever o requerimento. Inclusive eu, como Líder do PFL, já estou encaminhando no final da tarde de hoje um telegrama aos dois Senadores do PFL, como também à nossa Bancada, para que em Brasília possam abraçar essa reivindicação dos Deputados Volnei Morastoni e Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Srs. Deputados Autores do requerimento, conforme esse entendimento, os requerimentos serão juntados em um só expediente.

Pediria aos Srs. Deputados que desejam subscrevê-los, tendo a anuência dos Autores, que se manifestassem, a fim de que a assessoria da Mesa possa colher as respectivas assinaturas.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Geral do DNER, Dr. Roberto Ribas, propondo a construção de um trevo na BR-101, Km 435, onde está localizado o Center Japonês.

Em discussão.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Queremos comunicar aos Presidentes de Comissões que hoje, às 17h, teremos uma reunião na sala vermelha, para discutirmos o horário e o dia das reuniões ordinárias das Comissões.

É muito importante, Sr. Presidente, comunicar isto, porque estou vendo o Plenário se esvaziando. Depois não venham reclamar de que este não era o horário que queriam, o dia que queriam, porque na próxima semana já vamos ter matérias para discutir nas Comissões que depois irão a Plenário.

Por tanto, através de V.Exa., eu faço este apelo para que todos os Presidentes de Comissões se dirijam à sala vermelha, às 17h, e eu sou cumpridor de horário. Quero dizer, mais uma vez, que é muito importante que os Presidentes das Comissões estejam lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini está eivado de razões e conhecemos a sua pontualidade. Só alertamos que se porventura a sessão não se encerrar às 17h, que fique convocada a reunião para após o término da presente sessão.

Com a palavra o Autor do requerimento, Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de falar sobre a construção do trevo, gostaria de convocar os Deputados Joares Ponticelli, Adelor Vieira, Francisco de Assis, Jorginho Mello para instalar a Comissão Especial que trata da BR-101 e da ponte sobre o Rio Sangão.

Acho que é importante e nós não podemos protelar mais, a fim de que possamos fazer um roteiro de trabalho e possamos ter respostas,

porque essa obra não é uma obra só de Santa Catarina, mas do Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este pedido dirigido ao Dr. Roberto Ribas é fruto de uma ação muito forte de toda a região, inclusive se encontram no meu gabinete vários Vereadores de Sombrio e o ex-Prefeito, os quais estão reivindicando esse pleito que tem trazido muita preocupação.

Lá existe um restaurante e um posto de gasolina muito grande, que recebe mais de 200 ônibus por dia e onde também ocorre muitos acidentes. Inclusive, é chamado trevo da morte.

Não temos assegurado nem o projeto de engenharia da BR-101, então vamos lutar por um trevo. Os Vereadores da Câmara Municipal de Sombrio estão presentes desde ontem, num trabalho permanente, a fim de buscar uma resposta.

É evidente que essa Comissão tem a responsabilidade de dar essa resposta, de convocar o Sr. Ministro para vir a Santa Catarina e poder assegurar a duplicação, dar continuidade ao projeto de engenharia do lado sul, para que nós tenhamos o asfalto e a duplicação do lado norte.

São obras importantes e não dá mais para segurar! São obras fundamentais, porque não são só de Santa Catarina, são também do Brasil, pois é por aqui que passam as matérias-primas do Norte para o Sul e vice-versa.

Então, não podemos mais segurar essa barra, porque muitos políticos vêm com discursos bonitos e depois, na ação, tudo desaparece. No Governo passado foi acelerada a duplicação, então, precisamos, não somente do Parlamento catarinense, do Congresso Nacional, mas também do Governo do Estado, de uma ação firme, dura para cobrar do Governo Federal, do Ministro dos Transportes, do Ministro da Fazenda, para que tenhamos recursos, respostas em defesa do Estado de Santa Catarina, do desenvolvimento de nossa região.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra ouço o Deputado Sandro Tarzan que, com certeza, trará aqui uma mensagem enriquecendo o nosso pronunciamento.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado, mais uma vez parabeno V.Exa. pela sua iniciativa em relação à constituição dessa Comissão Especial para tratar da nossa BR-101.

Agora, peço aos Deputados que representam os Partidos nesta Casa que participem dessa reunião, porque é muito preocupante essa questão da BR-101.

Eu utilizo muito essa BR e pretendo continuar utilizando-a, até porque V.Exa. sabe que eu conheço muito bem a região Sul do Estado, pois sou de lá, tenho descendência familiar. Então, gostaria de fazer parte dessa reunião e poder dar minha contribuição, por menor que seja, até porque represento um Partido Político.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte, Deputado.

Em outros momentos eu e o Deputado Adelor Vieira, que agora está presidindo esta sessão, já trabalhamos juntos em defesa da duplicação da BR-101 do lado norte, e com certeza nessa Comissão faremos um trabalho responsável, em nome não somente dessa Comissão, mas também da Comissão dos Transportes, pois queremos fazer uma fusão para que tenhamos força suficiente.

Acima de tudo, Santa Catarina e os usuários da BR-101 merecem respeito. É por esse caminho que queremos realizar um grande trabalho, um trabalho muito forte, e esperamos o apoio da representação de Santa Catarina no Congresso Nacional para que juntos possamos ter respostas positivas em defesa do nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que requer a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa para tratar das questões de cortes de verbas na Udesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Sr. Deputado João Itamar, a ser enviada ao Governo do Estado, solicitando a retomada das obras da rodovia Ayrton Senna, no Município de Fraiburgo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, a ser enviada à Sra. Secretária da Educação, solicitando a reavaliação do sistema de nucleação do ensino em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Sandro Tarzan, a ser enviada ao Sr. Governador do Estado, Esperidião Amin, solicitando a inclusão da maçã catarinense na merenda escolar da rede estadual.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Com a palavra o Autor, Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na verdade trago aqui uma preocupação muito grande em relação à maçã produzida em nosso Estado.

O que está acontecendo em Santa Catarina neste momento, infelizmente, é o seguinte: existe dois tipos de maçã, a maçã de alta qualidade, que serve para exportação e para o comércio interno do Brasil, e a maçã que por algum defeito mínimo que seja não serve mais para o comércio.

O que temos visto na nossa região, infelizmente, é que a maçã está sendo jogada fora. Esta é uma preocupação que trago aos Srs. Parlamentares, à Sra. Parlamentar, porque a maçã é de alto valor nutritivo e gostosa.

Qual criança neste Estado que não gostaria de comer uma maçã? Existem regiões que não têm acesso à fruta. Eu tive acesso quando pequeno de colher a maçã no pé, a maçã nativa do meu Município, que é São Joaquim.

Quero também me reunir com o Secretário da Agricultura, com o Governo do Estado e com a Secretária da Educação, para acharmos uma solução imediata para que essa maçã não seja jogada fora e sim aproveitada, principalmente neste momento, que é o da colheita.

Então, fica aqui o meu pedido aos Pares desta Casa para que aprovem esta indicação e que possamos, juntos, dar um encaminhamento que venha fazer com que a nossa criança tenha acesso à maçã, que tem um alto valor nutritivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, a ser enviado ao Presidente do Ipec, contendo quesitos a respeito da dívida contábil de restos a pagar na ordem de R\$66.219.712,32.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia. Passaremos a Explicação Pessoal.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o Sr. Deputado João Rosa, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inscrevi-me para responder e para me defender, mais uma vez, das acusações feitas pela Deputada Ideli Salvatti, na coluna do Diário Catarinense de hoje. Como a Deputada não se encontra em Plenário, abro mão da minha palavra e neste momento acho que o silêncio é mais valioso.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Com a manifestação do Sr. Deputado João Rosa, coloco livre a palavra a todos os Srs. Deputados em Explicação Pessoal.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, dá ciência aos Srs. Deputados da pauta para a Ordem do Dia de amanhã, 11 de março de 1999.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, sendo o primeiro ao Governador do Estado, solicitando a criação da 27ª Coordenadoria Regional de Educação, em Campos Novos, e o segundo ao Presidente da República, solicitando a criação de linha de crédito de financiamento às Prefeituras Municipais para aquisição de máquinas, equipamentos e caminhões; do Sr. Deputado Volnei Morastoni, ao Diretor-Geral do DER, solicitando sinalização, manutenção e vistoria das principais vias de acesso ao Município de Nova Trento; do Sr. Deputado Moacir Sopelsa, ao Congresso Nacional, solicitando medidas para amenizar consequências que atingem os agricultores em face da edição da Lei nº 9732/98, e do Sr. Deputado Joares Ponticelli, ao Chefe do DNER, solicitando limpeza e roçagem das margens da BR-101.

Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, ao Governador do Estado, solicitando informações acerca da conclusão das obras da SC-454-Treze Tílias a Catanduvas, região do Vale do Rio do Peixe e BR-282 Lages-São José do Serrito.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 11 DE MARÇO DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da

ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETOS DE LEI:
- de autoria do Sr. Deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública o Lar Menino Deus, de Brusque;

- de autoria do Sr. Deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Pedro, Ambasp, com sede e foro no Município de Guabiruba.

OFÍCIOS NºS:

006/99, do Sr. Deputado Jaime Mantelli, comunicando os nomes dos membros que constituem a Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa; 001/99, do Sr. Deputado Volnei Morastoni, comunicando da instalação e eleição da Comissão de Saúde e Meio Ambiente; 002/99, do Sr. Secretário da Comissão de Finanças e Tributação, comunicando os nomes dos membros que compõem esta Comissão; 139/99, do Sr. Diretor-Geral do DNER, em resposta ao Telefax nº 00076/99, de 23/02/99; 048/99, do Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina CEAS, solicitando para que intercedam junto de sua Bancada Estadual e Federal, referente às mudanças que se está fazendo na estrutura do

INSS.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o Sr. Deputado Wilson Wandall, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna no dia de hoje para falar das convenções que o PFL realizou no último final de semana.

Antes de falar sobre as convenções, eu gostaria de deixar aqui registrada a homenagem que a comunidade de Blumenau irá fazer nesta segunda-feira ao Senador Jorge Konder Bornhausen.

Jorge Konder Bornhausen sempre teve uma afinidade, uma ligação e muitos amigos na cidade de Blumenau e na região do Vale do Itajaí. Inclusive, segundo algumas informações, até trabalhou na cidade de Blumenau.

Então, a comunidade de Blumenau, através da Associação Comercial e Industrial e do CDL, farão um jantar de adesão para, também naquela noite, formar um fórum de acompanhamento dos Parlamentares de Blumenau e do Vale do Itajaí.

Sem dúvida nenhuma, Blumenau também precisa ter um político de expressão, e nada melhor que o Dr. Jorge Bornhausen representante, como sempre fez, a nossa querida Blumenau e a região do Vale do Itajaí, aproveitando essa amizade, esse estreitamento que ele tem com Blumenau e até pela falta do nosso saudoso Senador Vilson Kleinübing.

A comunidade de Blumenau fez um convite ao Senador Geraldo Althoff, do PFL, quando assumiu o lugar do Senador Vilson Kleinübing, que prontamente aceitou. Esteve em nossa comunidade, visitou a nossa universidade regional, algumas empresas e o Prefeito, colocando-se à disposição da comunidade.

Então, desejo estender este convite a todos os Srs. Deputados e, principalmente, à Bancada do PFL, para que se façam presentes na cidade de Blumenau, na segunda-feira.

Srs. Deputados, no último sábado realizamos a nossa convenção em 250 Municípios. Santa Catarina tem 293 Municípios, contudo os demais têm a sua comissão provisória, que tem um prazo até a metade do ano, praticamente, para que possam fazer a eleição de seus diretórios.

Esta foi uma eleição diferente e, sem dúvida nenhuma, uma das convenções mais empolgadas que já vi na história de Santa Catarina, pois venho participando há muito tempo da vida pública. E cito, por exemplo, o Município de Imbituba, que é um Município pequeno, onde mais de mil convencionais foram votar para disputar uma chapa, sendo muito emocionante para aquela cidade, segundo informações que esta Liderança recebeu. Foi, sem dúvida, um dia de festa, assim como nos demais Municípios, onde foram realizadas as convenções.

Agora, gostaria de falar da minha região, Deputado Onofre Santo Agostini, a região de Blumenau, do Vale do Itajaí, onde todos os Municípios fizeram as suas convenções, sendo a coisa mais linda que já se viu em termos de convenção.

Srs. Deputados, só para V.Exas. terem uma idéia, pessoas de extrema importância, que gostariam de participar do Diretório, ficaram fora, porque temos muitas lideranças em Blumenau e não conseguimos agradar a todos. Por quê?

Em convenções passadas, eu me

lembro, tinham que buscar as assinaturas em casa, de automóvel, procurando as pessoas para fazer parte do diretório. Mas desta vez foi a coisa mais linda do mundo! E tenho certeza que em todas as regiões de Santa Catarina foi assim.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - É verdade, Deputado Wilson Wandall, porque na nossa região também transcorreu normalmente. E veja V.Exa. que o PFL foi um Partido bem democrático, porque teve Município que disputou com duas chapas. Infelizmente, democracia é isso, é a vontade de todos participarem.

Teve Município, Deputado, vou até dar o exemplo de Santa Cecília, onde disputaram duas chapas e empataram, 22 a 22, e agora vão disputar pela idade. No Município de Campo Belo também não houve consenso, duas chapas disputaram com diferença de um voto, ganhando a chapa do Prefeito.

Então, veja V.Exa. que democraticamente o PFL deu uma grande lição nessa sua convenção, na qual, em alguns Municípios, houve consenso e em outros ocorreu a disputa, mas tudo dentro da democracia, sem ofensas, sem agressões. E todos estão irmanados no sentido de torná-lo o maior Partido de Santa Catarina.

Por isso, V.Exa., na qualidade de nosso Líder, receba o nosso abraço, e aproveite para dizer que o PFL, efetivamente, está crescendo.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Deputado Onofre Santo Agostini, quero aproveitar também a oportunidade para dizer que a nossa Bancada estadual teve, sem dúvida alguma, um trabalho e uma mobilização gigantesca, ajudando, assim, todos os diretórios.

Quero também, como Líder da Bancada do PFL, agradecer ao nosso Diretório regional e, principalmente, aos Deputados Federais e Estaduais da minha Bancada, que prestaram a solidariedade e o companheirismo, sendo que nenhum Deputado ficou em casa, pelo contrário, foram visitar todos os Municípios, com o objetivo de buscar novas adesões.

O PFL é um dos Partidos que mais cresceram na última eleição, porque tínhamos nesta Casa seis Deputados Estaduais e agora temos nove, quer dizer, só a Bancada estadual cresceu 50%.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Wilson Wandall, é muito oportuno o que o Deputado está falando, tendo em vista que o nosso PFL em nível de Estado deu um verdadeiro banho de democracia, demonstrando que a cada dia que passa cresce mais.

No Norte e Nordeste do Estado não foi diferente. tivemos convenções em todos os Municípios de maneira muito democrática, de maneira pacífica, demonstrando que o nosso PFL a cada dia que passa se torna maior.

Em Joinville tivemos a filiação de inúmeras pessoas de importância dentro do contexto do Município, inclusive posso citar o Delegado Gilmar Valverde, que nas últimas eleições fez mais de 2.000 votos como suplente de Vereador pelo PPB e foi filiado ao PFL no dia da convenção.

Tivemos no Município de Itapoá, Deputado Wilson Wandall, a vontade tão grande de participar do processo democrático do nosso PFL que até o Prefeito daquele Município, que é do PPB, foi participar das convenções.

Em outros Municípios a vontade de

participar desse movimento democrático também foi muito grande.

Estou prevendo, num futuro não muito longo, que o PFL estará duplicado em Santa Catarina. Isso demonstra que o trabalho das bases vem sendo desenvolvido com muita seriedade, com objetividade.

Queremos agradecer pelo trabalho do diretório estadual, que procurou mostrar as regras do jogo, a forma de se fazer as coisas, e os diretórios municipais acataram de maneira objetiva, tranqüila.

Sinto-me com a alma lavada de hoje ver o PFL cada vez maior.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Durante a semana recebi inúmeras ligações, pedindo para que o Senador Jorge Bornhausen abonasse fichas, inclusive, de lideranças importantes.

Tenho conhecimento, através da nova executiva de Blumenau, de que há mais de cem filiações voluntárias para fazer na segunda-feira.

Quero aqui dar alguns dados da situação do PFL no Estado: Deputados Federais - 5; Deputados Estaduais - 9; Prefeitos - 51; Vice-Prefeitos - 59; Vereadores - 563.

Em nível federal temos: Deputados Federais - 111 (a maior Bancada no Congresso); Senadores - 21; Prefeitos - 1.298; Vereadores - 14.734.

Realmente são dados importantes e aproveite para dizer que no dia 10 o PFL realiza sua convenção estadual. E queremos trazer todos os correligionários.

A Bancada irá fazer um trabalho para que no dia da convenção estadual aconteça aqui uma grande festa para mostrar que o PFL vem crescendo, que continua crescendo.

Além das lideranças, a preocupação do PFL é junto à mulher, à juventude. Temos que buscar a participação da juventude, e o PFL está fazendo esse trabalho.

Hoje, em Santa Catarina, quase 65% do nosso eleitor possui entre 16 a 35 anos de idade. A maioria dos Partidos não consegue colocar os 20% de candidatas, e esse trabalho o PFL vai desenvolver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente, desejo que, em nome desta Casa, seja encaminhado um requerimento de pesar à família Sabi, de Concórdia, pelo falecimento do Sr. Elvino Sabi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Liderança solicita que envie por escrito um requerimento à Mesa, no sentido de que possa ser deferido.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti por seis minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, eu retorno à tribuna no dia de hoje porque ontem não era o dia escalado para o meu pronunciamento, mas tive que fazê-lo por conta dos acontecimentos da sessão de ontem, em que o Deputado Pedro Ucazi, muito gentilmente, cedeu-me o seu horário.

Volto à tribuna para tratar do mesmo assunto, sob uma outra ótica, no dia de hoje, porque estamos encerrando, nesta quinta-feira, a semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, que iniciou na segunda-feira com uma sessão especial que trouxe um tema de relevância, que inclusive é tema do editorial do

jornal O Estado, o assunto que nós tratamos aqui, a questão da contaminação da Aids, em especial o crescimento da contaminação das mulheres.

Nessa semana, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, eu já tive a oportunidade - na própria sessão de segunda-feira - de me admirar com o espírito de poesia, de homenagem, de sensibilidade dos Parlamentares da Casa para com a atuação das mulheres, para com o papel das mulheres. Inclusive, fiz uma brincadeira ao dirigir os trabalhos, e estava guardando todas as poesias feitas na sessão especial do dia 8 de março, porque queria saber até quando iríamos ter esse clima respeitoso para com as mulheres. Isso não durou três sessões. Já no dia de ontem tivemos aqui, neste Plenário, uma demonstração inequívoca do comportamento machista da ampla maioria de diversos Parlamentares desta Casa.

Se as declarações que provocaram todas as manifestações no dia de ontem tivessem sido proferidas por um homem, por um Parlamentar, eu tenho absoluta certeza de que a discussão passaria por outro viés, passaria por outros argumentos, passaria, indiscutivelmente, por outros adjetivos. Mas como as declarações - a análise política do que está colocado com grandes perspectivas de acontecer dentro desta Assembléia Legislativa, dentro deste Poder - foram feitas por uma mulher, a linha de argumentação, a desqualificação colocada nesta tribuna, nos microfones de aparte, veio eivada, repleta de afirmações machistas na desqualificação pessoal, como um ranço de séculos e séculos de amortização, de eliminação da perspectiva, da participação e da emancipação das mulheres.

Adjetivos como malcriada, mal-educada, mal-amada e bruxa não seriam em hipótese alguma colocados para um homem! Mas para uma mulher, sim, quando uma mulher tem coragem de falar o que pensa, de enfrentar e de encarar os homens! Ai a discussão não é política, a discussão é pessoal, a discussão é desqualificar a pessoa da mulher.

Então, não poderia deixar de encerrar a semana com essas observações e o repúdio, exigindo, inclusive, como foi exigido deste microfone, providências da Mesa, sim, porque discriminação é crime! E ontem eu me senti discriminada. Não sei se a Deputada Odete do Nascimento também se sentiu. Quando uma mulher é desqualificada e é nominada com esse tipo de adjetivos, seja lá o que ela tenha feito, eu, como mulher, me sinto ofendida, sinto-me profundamente ofendida.

É importante, inclusive, ter algumas aulinhas de história quanto a determinados adjetivos, como a questão da bruxa, pois é muito importante saber por que bruxas existiram e foram queimadas durante a Inquisição. É importante, inclusive, saber historicamente por que isso aconteceu, por que a imposição da Igreja Católica se colocou de forma muito ostensiva, com o apoio do Estado, na época, para queimar mulheres que se detinham nas religiões celtas.

Basta ler o livro *Brumas de Avalon* para entender o papel que as sacerdotisas desempenhavam na sociedade a partir da cura, a partir do conhecimento das ervas, da medicina, do parto, das questões de fertilidade. E a Igreja Católica - com o apoio do Estado, da sociedade e das classes dominantes da época - só tinha um jeito de se impor e de acabar com o poder que as mulheres tinham: era considerá-las bruxas e queimá-las na fogueira, para poder ter o controle absoluto da cultura, do conhecimento e da medicina.

Então, quem não tem conhecimento de história, pode vir aqui e falar a palavra bruxa sem saber o significado e a profunda dor que isso causou, a profunda opressão que isso significou com relação às mulheres ao longo da história da

humanidade.

Então, é lamentável que a semana - em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher com flores e poesias - tenha terminado da forma machista como aconteceu na sessão do dia de ontem.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos dezessete minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como eu tinha me pronunciado nas Breves Comunicações na segunda-feira, eu vou tocar hoje em dois assuntos.

O primeiro deles já foi levantado inclusive pela Deputada Ideli Salvatti, mas eu vou abordá-lo sob uma outra tônica, pois estou extremamente preocupado com relação à Cohab.

Que isso sirva de lição para nós, Deputados, quando exercemos o poder de examinar certos projetos de lei que vêm do Govern^o. Eu me refiro à rolagem da dívida, que nós fizemos no ano retrasado e que foi sacramentada através de um convênio com o Ministério da Fazenda do Governo Federal.

Aquela rolagem da dívida nós aprovamos e o Governo do Estado, através de um contrato, deu como garantia, sem permissão desta Casa, ações das Centrais Elétricas de Santa Catarina e, com permissão desta Casa, créditos com relação à Cohab. Só que ninguém sabe quais são os passos seguintes que o Governo vai dar. O Governo Estadual sabia, mas esta Casa não sabia.

Eu, preocupado com isso, denunciei que aquela rolagem da dívida tinha sido muito mal feita porque estabelecia, em novembro do ano passado, que o Estado teria que pagar R\$ 267.000.000,00. Mas como que um Estado que rola uma dívida, através de um contrato assinado, se eu não me engano em março, oito meses depois, teria que pagar obrigatoriamente R\$ 267.000.000,00, e se não o tivesse daria como garantia ações da Celesc e créditos da Cohab?

E esta semana estourou, estourou bonito! Recebi uma carta da Cohab, preocupadíssima, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Como parte da operação de refinanciamento da dívida do Estado junto ao Governo Federal, em 10 de novembro de 1998, através de 'Instrumento Contratual de Ativos e outras avenças' que entre si firmaram o Estado de Santa Catarina e a Caixa Econômica Federal, a Companhia alienou ao Estado os ativos de sua carteira de créditos hipotecários dos recursos originários do FGTS em número de 25.661 créditos.

Os referidos créditos, por força de contrato, mesmo que temporário, continuam sob a administração da Cohab/SC, a qual é remunerada pela Caixa no valor de R\$15,00 por crédito, totalizando R\$375.000,00/mês."

Dinheiro esse, Deputados, que a Cohab utiliza para administrar! Dinheiro esse, que se for efetivado o que a Caixa quer, que a Cohab não terá mais porque passará para a iniciativa privada, já que a Caixa está negociando com a iniciativa privada esses créditos.

(Continua lendo)

"Ocorre, Sr. Deputado, que através da Caixa Econômica Federal, tomamos conhecimento hoje, extra-oficialmente, da decisão de serem terceirizados os referidos créditos e da existência, inclusive, de uma empresa gaúcha já habilitada e pronta para assinar outro contrato relativo à

administração dos créditos que estão sendo administrados pela Cohab/SC.

Faz-se necessário e urgente, portanto, destacar a importância para o Estado de Santa Catarina e para a Cohab/SC a permanência da condição acertada e contratada em 10/11/98, tendo em vista especialmente o aspecto social que a referida gestão proporciona, seja em relação aos 25.000 mutuários catarinenses que poderão sofrer problemas sérios com a referida terceirização, com a perda de seus imóveis, gerando focos de tensão em vários Municípios, bem como a receita dos créditos que são destinados ao custeio da Companhia de Habitação."

É a primeira vez que vejo - primeira, não, porque está acontecendo muita coisa estranha neste Brasil - terceirizar créditos com prejuízo à nossa Cohab, com perspectivas, inclusive, de demissão de pessoal. Esse é o absurdo da consequência que tivemos com relação à rolagem da dívida do Estado e aquele maldito e famigerado contrato que o Governo assinou com o Ministério da Fazenda sem o conhecimento desta Casa!

(Continua lendo)

"Nessa conjuntura atual de crise econômico/financeira e de dificuldades com a questão do emprego e renda, torna-se muito preocupante a informação da Caixa, de forma que apelamos a V.Exa. como um dos representantes do nosso Estado, a fim de tentar deter a consecução de atitude tão intempestiva por parte daquele órgão."

Em função disso, Srs. Deputados, estamos dando entrada em uma indicação pedindo que esses créditos continuem sendo administrados pela Cohab, porque do contrário teremos problemas seriíssimos, indicação esta que gostaríamos de ter o apoio de todos os Srs. Deputados.

Eu gostaria que essa indicação entrasse na Ordem do Dia de hoje, Sr. Presidente, para que pudéssemos discutir com a Caixa esse assunto de enorme gravidade.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Sr. Deputado, no dia de ontem tivemos oportunidade de, em Breves Comunicações, levantar a questão, a partir exatamente da carta da Associação dos Funcionários da Cohab.

Tivemos a iniciativa de contatar a nossa Bancada Federal. E o Deputado Carlito Merss, coincidentemente, estava participando da reunião do Fórum Parlamentar e teve a oportunidade de levantar o assunto. O Governador também estava presente e pôde relatar a reunião que ele havia já realizado pela manhã com representantes da Caixa Econômica.

Então, a situação, pelo que eu pude entender do que o Deputado Carlito Merss me passou, é no sentido de que a contratação da empresa para fazer as tarefas que são assumidas ainda hoje pela Cohab, de administração dos contratos, estaria subordinada a um termo aditivo, que no contrato original da rolagem da dívida isso não existia, e que esse contrato aditivo só seria assinado se houvesse a vontade política do Governador em fazê-lo. Mas ontem, no Fórum, já houve um fechamento de questão no sentido de que esse termo aditivo não seria assinado pelo Governador, portanto, isso nos garantiria a manutenção da administração dos contratos pela Cohab, a manutenção ainda deste trabalho.

Assim sendo, gostaria, tendo em vista o que ocorreu no dia de ontem, de poder me associar a V.Exa. subscrevendo a sua indicação.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu

gostaria que não só V.Exa., mas todos os Srs. Deputados subscrevessem esta indicação de extrema importância para o Estado de Santa Catarina.

Nós recebemos um relatório de toda a situação da Cohab em 31/12/98. Eu não vou abordar tudo isso hoje, mas gostaria de destacar uma coisa: ano passado os *out-doors* que o Governo do Estado colocava, inclusive, com propaganda em televisão, diziam que a Cohab tinha atendido quarenta e poucas mil unidades habitacionais. Aquilo me chamou a atenção, e se realmente isso tivesse acontecido seria uma satisfação muito grande e teríamos que parabenizar o Governo pela ação efetiva que foi feita.

Mas vou me deter um pouco mais, como notícia inicial, naqueles quarenta e poucos mil atendimentos, se eu não me engano, que foram divulgados pela televisão. Os dados que tenho aqui são os seguintes: obras iniciadas e concluídas no período de 95/98 - 8.014; obras iniciadas e em andamento - 4.900, perfazendo um total de 12.914 unidades atendidas, mas o Governo alardeou quarenta e poucos mil unidades. É um absurdo essa propaganda enganosa para a população de Santa Catarina! Nós não devemos permitir que nenhum Governo faça isso!

Então, pelo que eu li aqui de ante-mão, Srs. Deputados, isto é um absurdo, pois foi divulgado à população que foram quarenta e poucos mil atendimentos, quando, na realidade, só 8.014 unidades estão prontas, sendo que as outras estão em andamento, passando para o outro Governo, o que é normal, podemos considerá-la até do próximo Governo, isso não interessa. Mas eu me vejo obrigado de, na semana que vem, detalhar melhor esse relatório que recebemos da Cohab.

Srs. Deputados, eu estou também muito preocupado, aliás, toda a Grande Florianópolis, com o abastecimento de água. Aqui na Grande Florianópolis, praticamente, nós temos um sistema maior, que é o sistema de pilões, situado em Palhoça, que capta água de duas formas: primeiro, foi através do sistema de pilões, que capta água em torno de 1.100 litros por segundo. Esse é um sistema muito antigo, muito antigo mesmo, que vem por gravidade. E depois, como a necessidade de Florianópolis hoje é bem maior, em torno de 1.600 litros por segundo, foi construído um outro sistema de recalque, captando água agora já do Rio Cubatão. Essas duas águas, dos pilões e do Rio Cubatão, são misturadas na proporção de 1.100 para dar 500 litros por segundo, e aí são tratadas, desinfetadas, fluoretadas e fornecidas à população.

Nós também estamos tendo problemas com o sistema de adução do Rio Cubatão. Por quê? Porque, além de estarmos no período de verão, onde o consumo é muito maior, está havendo um desmatamento da área de proteção, da mata ciliar, inclusive. Está havendo um carreamento de materiais sólidos por utilização inadequada da agricultura e, além disso, nós temos um problema mais sério ainda que está aqui sacramentado, Srs. Deputados, com fotografias, mas que é também um benefício que o nosso Estado e os demais estão recebendo, que é o gasoduto que está sendo instalado. Mas esse gasoduto que percorre o Estado de Santa Catarina, basicamente aqui na nossa região, em Santo Amaro da Imperatriz e em Aguas Mornas, está fazendo com que a água do Rio Cubatão fique numa turbidez muito grande, e não se tem água para tratar.

Se nós olharmos aqui nestes dados que tenho em mãos, veremos que em dezembro de 1996 os maiores índices ocorridos desses mesmos

parâmetros foram de 140 mg/l PtCo para a cor e 26,0 JTu para a turbidez. Em 1997 - 350 e 56 e em 1998 - 150 e 68. Agora, a turbidez e a cor, em fevereiro, com esse gasoduto chegam a 615 e 1.300. Ora, o aceitável é até 70. Nós estamos com 1.300 e não tem como tratar essa água!

Essas são as ações que estão sendo feitas pela Casan na SC-GÁS, para que quando for feita a instalação desse gasoduto, seja feita de acordo com as técnicas que regem a proteção ambiental. Porque qualquer chuva que cai, se V.Exas. olharem nas fotos, o manancial fica todo contaminado, e é praticamente o único que abastece a Grande Florianópolis. E isso é referente a uma obra!

E eu me preocupo, também, com Joinville, quando construírem a usina no Cubatão! Lá também teremos problemas com turbidez de água. E naquela estação que já não dá conta mais de fornecer água para a região de Joinville, acho que também teremos problemas seriíssimos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Acho que não existe melhor pessoa para falar do assunto água que V.Exa.

Como só restam alguns minutos ao nobre Deputado, gostaria só de me solidarizar com o seu discurso. Acho que providências mais sérias devem ser tomadas, senão a nossa população, que é a mais carente, é que vai acabar pagando o pato por um desenvolvimento que é necessário, mas, antes de tudo, há que se preservar esse bem tão necessário para a nossa população, que é a água.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Fico grato pela sua colocação e quero dizer que voltaremos a discutir na próxima semana o assunto Cohab. E se continuar o problema de abastecimento de água na Grande Florianópolis, voltaremos a discutir, porque estamos nos aproximando do inverno e nos meses de maio e junho temos o problema da estiagem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - O próximo horário é destinado ao PMDB, por dezessete minutos.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu quero falar neste momento sobre o projeto de lei que faço chegar a esta Casa, que creio ser de grande valia para a população que muitas vezes não recebe o devido atendimento dos órgãos públicos.

Trata-se de uma providência simples, Srs. Deputados, que todo órgão público pode ter. Nós pretendemos com esse projeto de lei colocar à disposição da população, por parte dos órgãos públicos, um livro que se destinasse a receber as reclamações, as opiniões e as sugestões. Muitas vezes a população, quando acessa um órgão público, recebe um tratamento não condizente e quando exige o seu direito, nem sempre lhe é dada a atenção que merece.

Por isso o projeto de lei de nossa autoria faz com que o Poder Público, seja qualquer um dos órgãos, do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, as empresas públicas,

as sociedades de economia mista, possa dispor de um instrumento que possibilite ao cidadão catarinense não só colocar ali as suas reclamações, mas também apresentar sugestões, opiniões. Tenho certeza de que esse instrumento simples, de baixo custo, dará uma grande contribuição, principalmente aos administradores públicos.

Então, pelo projeto de lei os órgãos públicos da administração direta e indireta deverão dispor de um livro com um fim específico de receber reclamações, opiniões e sugestões, instalado em local visível e de fácil acesso, devidamente identificado para ser utilizado pelos usuários dos serviços e pela população como um todo.

Quero chamar aqui o testemunho do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, que é um homem de comunicação e que muitas vezes tem recebido por parte da população, principalmente dos seus ovinos, muitas reclamações em relação a atendimentos.

A própria imprensa poderá ir nesses órgãos públicos e acessar esses livros, fazendo com que a reclamação do João da Silva, do Manoel Bento e da Terezinha possam chegar à chefia desses órgãos, porque o que mais hoje carece a nossa população é de alguém que os escute, que lhes dê atenção para suas reclamações, opiniões e sugestões.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu li o seu projeto, Deputado, e posso dizer que ele vem justamente ao encontro daquilo que acontece no dia-a-dia com muita frequência.

Acho que o trabalho do Deputado é valorizado não só pelos grandes projetos, pois projetos simples, como este, também são de grande valia para a população. Nos meus programas de rádio e de televisão tenho escutando reclamações de pessoas que vão no órgão "a" ou no órgão "b" e não conseguem o devido atendimento, e quando reclamam, recebem em troca, muitas vezes, uma descortesia, um desaforo, etc.

E esse livro, acessível a essas pessoas, vai ser a única forma de elas poderem colocar ali suas reclamações e até suas reivindicações. Essa é uma forma de a imprensa poder saber, de maneira mais objetiva, o que acontece nesses órgãos. Tomara que isso funcione, porque tenho a impressão de que muita gente vai tentar esconder o livro, vai tentar colocá-lo num lugar que não tenha muito acesso.

Estou solidário com V.Exa. pela sua idéia, pois coisas como essa é que engrandecem o nosso Poder Legislativo. E tenho certeza de que o seu projeto será aprovado por unanimidade.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Creio que, depois que a lei for aprovada, V.Exa., como homem de imprensa, ajudar-nos-á, porque as pessoas mais humildes têm dificuldade de ir a um órgão de comunicação fazer a sua reclamação. E agora, ficando registrada a reclamação num livro, vamos conseguir um pouquinho mais de atendimento à nossa população, já tão sofrida.

Eu agradeço o seu aparte, as suas colocações, Deputado Nilson Gonçalves. E tenho certeza de que os demais Pares não medirão esforços no sentido de colocar mais esse instrumento a serviço da nossa comunidade e da transparência do Poder Público.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, gostaria de dizer que alguns órgãos públicos já têm o livro; no transporte coletivo in-

terestadual e intermunicipal isso já é lei. Todas as empresas têm que ter um livro, devidamente concedido pelo Deter ou pelo DNER, à disposição dos passageiros para qualquer reclamação ou opinião no sentido de melhorar o sistema.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Esta informação é interessante, Deputado Reno Caramori, e V.Exa., sendo do ramo de transportes coletivos, pode confirmar a importância desse instrumento. Agora, se o livro não é usado, não é problema de quem o colocou à disposição para reclamações.

Fizemos uma pesquisa e não encontramos essa legislação existindo com tamanha abrangência para todos os órgãos públicos, inclusive para as empresas públicas, para as sociedades de economia mista. Por esta razão, estamos estendendo a todos os órgãos públicos, inclusive às sociedades de economia mista, a abrangência deste projeto de lei.

Quero aproveitar o ensejo para também trazer a esta Casa um projeto de resolução que coloca à disposição da sociedade catarinense o Poder Legislativo através do sistema telefônico conhecido como 0800. O cidadão que acessar a Assembléia Legislativa de qualquer aparelho telefônico através do sistema 0800, terá, durante quatro minutos, por exemplo, um resumo de tudo aquilo que está acontecendo aqui naquele dia.

Consideramos este projeto de resolução como da maior importância, até porque a imprensa mais distante, do interior, também poderá ter o dia-a-dia da Assembléia Legislativa e reproduzi-lo nos seus informativos.

O programa "Conheça o Poder Legislativo", instituído através desse projeto de resolução, vai possibilitar à sociedade catarinense saber o que hoje está sendo discutido aqui, o que está acontecendo nas Comissões Permanentes, nas Comissões Temporárias da Casa, todas as ações dos Srs. Deputados, bastando tão-somente fazer uso de um aparelho telefônico, sem custo para o usuário.

Desta forma, estamos fazendo o Poder Legislativo cada vez mais transparente, e tenho certeza de que este Poder será muito mais eficiente.

Portanto, estamos fazendo chegar a esta Casa esses dois projetos: o de lei, que institui um livro destinado ao recebimento de reclamações, opiniões e sugestões nos órgãos públicos do Estado de Santa Catarina; e o de resolução, que institui o programa "Conheça o Poder Legislativo". A Mesa Diretora desta Casa irá gerenciar esse programa, cabendo a coordenação do mesmo à assessoria de imprensa deste Poder.

A população mais distante da Capital tem dificuldade de conhecer o verdadeiro teor das moções, dos projetos, das atividades desenvolvidas pelos Deputados nesta Casa, e com a instituição do programa "Conheça o Poder Legislativo", qualquer cidadão, seja do Estado de Santa Catarina ou de outro Estado, terá condições de fazer o julgamento dos trabalhos que desenvolvem os Parlamentares do Estado de Santa Catarina.

Por essa razão, solicito que os Deputados analisem este projeto quando estiver tramitando nas Comissões Técnicas da Casa. É verdade que ele não é perfeito, deverá receber uma série de emendas visando ao seu aprimoramento, de tal forma que venha a cumprir os efeitos a que se propõe.

Eram estas as considerações que eu queria trazer neste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Neodi Saretta, Ronaldo Benedet e Volnei Morastoni.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Evanísio Uliano, felicitando-o pela posse na Presidência da Federação

das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de planº

Requerimento de autoria do Deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, Sr. Esperidião Amin, apelando pela criação da 27ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede no Município de Campos Novos, que é sede da Associação dos Municípios do Planalto Catarinense (Amplasc).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Lício Silveira, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Caixa Econômica Federal, solicitando por parte desta instituição a continuidade da administração por parte da Cohab dos 'Créditos Alienados à Caixa Econômica Federal', previstos no instrumento contratual de 'Ativos e outras Avenças', de 10/11/98.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, ao Secretário Executivo da Câmara de Políticas Regionais de Conselho de Governo e ao Presidente do Banco Central, solicitando a criação de linha de crédito de financiamento, através dos bancos oficiais, às Prefeituras Municipais, com a finalidade de provê-las de recursos destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e caminhões, a serem usados nos serviços normais e em drenagem, desassoreamento e desobstrução de rios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Geral do DER/SC, solicitando a devida atenção à correspondência em anexo, recebida do Prefeito e demais autoridades do Município de Nova Trento, reivindicando serviços periódicos de limpeza, manutenção, sinalização e vistoria das principais vias de acesso aquela cidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Congresso Nacional, pedindo que, considerando a edição da Lei nº 9.732, de 11.12.98, que foi deflagrada em virtude da Medida Provisória nº 1.729/98, que altera as Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, sejam amenizadas as consequências oriundas dos dispositivos que indiretamente excluíram os agricultores do benefício do auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal, pedindo que seja providenciada a limpeza e roçagem das margens da BR-101, melhoria da sinalização horizontal e vertical, recuperação das passarelas e proteção nas laterais das pontes existentes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Sandro Tarzan, a ser enviada ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, sugerindo reparos na rodovia SC-408, que liga o Município de Biguaçu ao Município de Antônio Carlos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Deputado Jorginho Mello, a ser enviado ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, sobre quais providências estão sendo tomadas para a conclusão das obras das rodovias SC-454, Treze Tilias a Catanduvas, região do Vale do Rio do Peixe, e BR-282, Lages, São José do Cerrito e região do Planalto Serranº

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Sr. Deputado Jaime Mantelli, a quem concedemos a palavra por até trinta minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, farei uso da tribuna neste espaço, porém, seguramente, não vou usar os trinta minutos, até porque o assunto é extremamente chato e a pessoa que deveria acompanhar o que eu vou dizer disse o que quis e se retirou, nunca querendo levar até o final presente a discussão.

Mas, somente desejo dizer o seguinte: ontem fiz uma referência à Deputada Ideli Salvatti desta tribuna, e mantenho hoje inalterada a mesma posição, o mesmo pensamento, voltando aqui até para complementar o que foi falado ontem.

Eu usei uma expressão, sobre a qual a Deputada hoje veio dar uma aula de história, no que está totalmente dispensada, porque quando fiz a referência "bruxa" foi exatamente no sentido histórico. Usei porque quando ela, ou qualquer pessoa, independentemente do sexo, quer fazer um julgamento do possível comportamento moral dos outros no futuro, querendo adivinhar, está fazendo, evidentemente, aquele papel.

Eu não tenho por que retirar, pois ela

disse tacitamente ontem, desta tribuna, que a grande maioria dos exercícios de imaginação que ela havia feito no passado acabaram dando certo, e que ela se preocupava com o destino do Governador Esperidião Amin.

Então, ela veio aqui colocar exatamente a intenção daquilo que foi falado ontem. Ela procura, sim, não agir como um ser humano normal quando atribui a si o poder de fazer exercício de futurologia.

Dentro deste enfoque, ela veio hoje aqui e distorceu o assunto completamente, dando-se, por ser mulher, o direito de dizer o que quisesse e bem entendesse a respeito da moral dos outros.

Lamentavelmente, tenho a dizer que essa distorção que ela coloca é uma afronta à inteligência humana, porque não é possível, quando há um comportamento repreensível sob todos os aspectos, quando uma pessoa quer fazer julgamento de valor da moral dos outros, do que pode acontecer no futuro, e fala isso na imprensa, não pode, terminantemente, colocar-se como um bom exemplo ou como uma ótima representante do mundo feminin^o. Não é verdade! A Deputada está equivocada; ela não é, quando se comporta desta forma, um bom exemplo de mulher. Com certeza não.

Eu teria na história presente contemporâneas que são excelentes exemplos de mu-

lher. Aquelas, sim! Se forem usados adjetivos ou comparativos, como foram usados pela Deputada ontem, serão uma afronta ao mundo feminino, porque nunca se ouviu dizer que muitas mulheres estiveram envolvidas em fofocas, em intrigas, em sacanagens, na formação de brigas paroquiais. Nunca se ouviu dizer! Por isso, o nosso respeito à mulher.

Agora, ela se colocar como um exemplo vivo da mais alta moral do mundo feminino... Ai eu questiono, sim, porque, mulher que tem um comportamento de responsabilidade não fala mal da vida dos outros. Este é o ponto de partida. E coloco isso aqui do ponto de vista moral, do ponto de vista político, do ponto de vista religioso e do ponto de vista que a Deputada Ideli Salvatti quiser colocar.

E reafirmo, aqui, aquilo que disse na comemoração do Dia Internacional das Mulheres: que a mulher é, sim, a ligação do nosso mundo com Deus, porque é através dela que se perpetua a espécie humana. Eu disse alguma coisa nesse sentido e repito aqui. Agora, que tem mulher que é um mau exemplo de mulher, não resta a menor sombra dúvida! Não vamos nos iludir!

Inclusive é na semana que se comemora o Dia Internacional da Mulher que essas coisas precisam ser colocadas. Quem faz

fofoca não é, definitivamente, um bom exemplo ou alguém que mereça todas as loas porque é mulher.

A mulher, como o homem, não tem o direito de julgar a moral dos outros, e principalmente em exercício de futurologia. Isso eu quero deixar muito claro. Reafirmo o que disse ontem, e se a Deputada Ideli Salvatti quiser continuar com esse assunto, ela que dê o tom, porque eu estou disposto a enfrentar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão: Requerimento nº 71 de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita ao Governador do Estado a construção de uma ponte na localidade de Pedrinhas, em Tubarão.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 15 DE MARÇO DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - João Rosa - João Itamar - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sandro Tarzan - Volnei Morastoni .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Lício Silveira) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGEM DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO Nº: 033, encaminhando pedido de licença para o Vice-Governador Paulo Bauer ausentar-se do País no período compreendido entre os dias 21 e 30 de março do corrente ano.

OFÍCIOS NºS:

033/99, do Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, informando nova composição desta Comissão; 005/99, do Sr. Líder da Bancada do PPB, comunicando a nominata dos Deputados da Bancada que fazem parte das Comissões

Permanentes;

005/99, do Sr. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, informando a instalação desta, e com a nominata de sua Mesa Diretora;

043/99, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço D'Oeste, solicitando a tramitação do processo de emancipação do Distrito de São Roque;

059/99, do Sr. Relator do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando cópia do acórdão prolatado nos Autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 96.000174-3, de Araranguá, em que é requerente o Representante do Ministério Público; 255/99, do Sr. Primeiro Secretário desta Casa, encaminhando Relatório Preliminar do encontro ocorrido com o Chefe do 16º Distrito rodoviário Federal.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra em Breves Comunicações, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros 17 minutos são destinados ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos 17 minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos

seis minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Sr. Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o primeiro assunto que me traz a esta tribuna nesta segunda-feira diz respeito ao fato do meu nome ter sido incluído na coluna do jornal A Notícia, o que quero desmentir categoricamente, e que leva o seguinte título: "Deputado articula novo Partido em Santa Catarina."

A coluna é de autoria do jornalista Cláudio Prisco Paraiso, na qual está estampada uma foto minha como sendo integrante de um Partido novo.

Então, quero deixar muito claro que não falei com nenhum jornalista sobre este assunto e que no momento não pretendo trocar de sigla, não pretendo sair do meu Partido, o PDT.

Nós iniciamos uma série de reuniões pelo Estado. O PDT luta por condições para se redemocratizar. Então, quero fazer este registro para dizer, de forma muito clara, que não estou entre esses Deputados aqui elencados e que estariam formando um Partido novo em Santa Catarina.

Srs. Deputados, o segundo assunto que quero abordar é que no último sábado, em Iporá do Oeste, participamos do 1º Seminário Regional sobre a Produção e Comercialização de Leite daquela região.

A microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, a Ameosc, é hoje, sem dúvida, a maior bacia leiteira de todo o Estado de Santa Catarina. É formada por pequenos Municípios, num total de 24 Municípios, formando uma população de duzentos e cinco mil duzentos e oitenta e oito habitantes, dentre os quais 66% ainda constituem a população rural e apenas 33% a população urbana. Portanto,

2/3 ainda permanecem no campo.

Hoje, aqueles Municípios, aquela microrregião tem um gado leiteiro formado por mais de oitenta e quatro mil vacas e produz cento e cinquenta e três milhões de litros de leite por ano. Uma produção média de 5,7 litros de leite/vaca por dia, ainda é muito inferior.

Se fizermos um comparativo com os países do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, onde se produz mais de dez mil litros de leite de vaca por ano, e os Municípios da região da Ameosc, como Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, onde a produção média de leite, que é a mais alta, está em torno de dois mil e quinhentos litros/vaca por ano, vamos ficar muito atrás. No entanto, isso deve ser motivo para nós continuarmos a incentivar os produtores de leite, porque só assim cresceremos, melhoraremos e expandiremos a produtividade, a competitividade nesses Municípios.

Mas, Srs. Deputados, no sábado recebemos um elenco de reivindicações do setor leiteiro no Extremo Oeste Catarinense. Não vou ter mais tempo de ler todas essas reivindicações que serão remetidas às respectivas autoridades, mas, enfim, o que eles pedem, em resumo, é uma atenção do Governo do Estado para o setor leiteiro, para essa bacia de leite que está se tornando cada vez mais um fator de renda para o nosso agricultor. E além daquela região produzir aves, suínos, cereais, hoje está começando a plantar laranja e limão - a Cooperativa Aurora está instalando uma fábrica de cítricos. O leite também está representando para o pequeno agricultor dessa região, a cada dia que passa, uma renda a mais.

Numa outra oportunidade nós vamos nos ater às reivindicações, aos pedidos justos que esta comunidade, que esses Municípios estão fazendo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 13 minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - (Passa a ler)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é com satisfação que ocupo esta tribuna na data de hoje para dirigir aos membros do Parlamento e a toda sociedade catarinense pronunciamento sobre um tema que tem sido, desde o meu ingresso à vida pública, um dos principais focos da minha atuação política: a igualdade de oportunidades para o acesso à educação neste País e a estruturação de uma sistema de crédito educativo para o ensino superior sólido, justo e voltado ao cidadão.

Durante os últimos quatro anos, tempo em que exerci o mandato na Câmara dos Deputados, pude me defrontar constantemente com a realidade da educação no País e com a verdadeira inversão de valores e princípios que leva a política educacional no Brasil a privilegiar poucos e a impedir, por falta de apoio adequado, uma grande parcela de jovens talentosos a prosseguirem em seus estudos e em sua formação.

As conseqüências dessa lacuna têm sido, entre outras, no campo social, o alto nível de desemprego ou subemprego entre jovens, gerador de desilusão e desespero, e, no aspecto econômico, a enorme carência científica e tecnológica que nos faz

coadjuvantes no processo de integração mundial chamado globalização.

Em 96, na qualidade de Relator na Câmara dos Deputados da PEC 370 sobre o ensino superior, pude promover um grande debate e uma enquete nacional sobre a posição da sociedade brasileira a respeito das políticas de financiamento do ensino superior e do crédito educativo. Foi interessante notar que a esmagadora maioria da população jovem no País considera a política de financiamento superior no Brasil profundamente injusta, já que privilegia uma minoria de alunos, muitos deles já privilegiados de berço, com ensino gratuito nas instituições públicas, sobretudo nas federais, e não oferece mecanismos adequados de bolsa de estudo para os estudantes verdadeiramente carentes.

Com base nesse mesmo estudo foi possível notar que a população jovem brasileira, além de requisitar mais justiça social na configuração da política de educação superior no País, mostrou-se amplamente favorável a um sistema de crédito educativo reembolsável que serviria tanto para os alunos das instituições públicas, quanto das privadas.

De fato, o que nos ficou patente quanto ao pensamento do jovem brasileiro em relação ao tema foi sua insatisfação com a discriminação que caracteriza o atual sistema de financiamento marcado por critérios pouco objetivos, recursos insuficientes e por grandes influências políticas.

Não basta criar condições para que o estudante pague suas mensalidades. É preciso instituir um novo sistema de crédito que possibilite ao aluno acesso igualitário aos mecanismos de financiamento, garantindo também seu custeio para que possa lhe ser dado o direito de buscar a melhor instituição para a sua formação.

Falo também do custeio ao aluno, pois tenho visto que o mesmo modelo de universidade pública e gratuita, defendido por muitos como sendo um sistema amplamente democrático, é cenário de grandes discriminações, muitas vezes funcionando a serviço das elites, daqueles que podem pagar uma forte escola privada ou frequentar os chamadas cursinhos pré-vestibulares, bem como dos interesses corporativos que dele se beneficiam. Em um Estado como Santa Catarina, com uma história de luta por sua própria integração, não são raros os exemplos de jovens de capacitados valores que sacrificam seus estudos por impossibilidade de cursar uma universidade distante de sua cidade natal.

Sei que estou tratando de um tema polêmico, como é a grande parte dos assuntos ligados à educação no País. Quando defendo um tratamento igualitário para todos os alunos carentes, muitos podem ver nisso uma ameaça ao sacrossanto, porém, discutível princípio da escola superior gratuita. Aliás, muito tem sido discutido sobre o tema, com discussões superficiais e enganosas como a da chamada 'privatização das universidades', mas poucos têm tido a coragem de apontar as fragilidades desse sistema, cuja função pública e democrática se perdeu ao longo da história e dos interesses corporativos.

Alguns defensores do princípio da escola superior gratuita buscam sua base de argumentação nos aspectos formalistas da questão, arguindo sem analisar o mérito da questão ou a escassez de recursos, porque tal debate traz intrinseco um desrespeito à Constituição da República que prevê, dentre outras inúmeras promessas inviáveis, a gratuidade do ensino em todas as instituições públicas. Outros, talvez a maioria, confundem a gratuidade do ensino para o aluno com o subsídio a determinadas instituições, sem perceber a distorção alocativa dessas políticas. Por fim, há os que sonham - e sonhar

sempre é permitido - com a gratuidade de bens públicos para tudo e todos, incluindo o ensino superior, a pós-graduação e a educação permanente extensiva a todos os cidadãos de todas as idades e interesses. Oxalá tivéssemos recursos e estrutura para tanto, eu poderia também compartilhar desse sonho.

O que devemos enfrentar, sem demagogias, é o fato de que só é possível uma discussão séria sobre o assunto do financiamento do ensino superior e do crédito educativo se partirmos de dois princípios: primeiro, os recursos públicos são escassos, cabendo, portanto, ao Legislador definir suas prioridades. Não se pode legislar de forma abstrata, supondo que existam recursos ilimitados para tudo. Segundo, o enfoque da alocação dos recursos deve estar no aluno e não nas instituições.

Quanto ao primeiro princípio, não quero dizer que o País gaste percentualmente pouco com a educação, já que as despesas nas esferas federal, estadual e municipal de Governo correspondem a 5% do Produto Interno Bruto, uma média digna de qualquer país desenvolvido. Porém, entendo que o problema está no enfoque dos gastos e na desigualdade da alocação dos recursos entre o ensino básico e o de nível superior. Enquanto no ensino superior só perdemos para números registrados em países como os Estados Unidos e a Suíça, no ensino básico, investimento fundamental à formação da cidadania, nossos gastos ficam 75% abaixo da média considerada desejável.

Estamos, segundo estudos feitos sobre investimento público em educação procedido pela OCDE, em posição de vanguarda entre os países que apresentam maiores disparates entre os gastos por estudantes no ensino superior e no ensino básico. A título de comparação, no ano passado somente o Orçamento da União destinou R\$ 4,95 bilhões ao ensino superior contra R\$ 3,45 bilhões ao ensino básico.

Ainda que não possamos traçar uma comparação linear, pois os gastos da complexa estrutura universitária são proporcionalmente maiores, o fato é que a diferença é alarmante. Afinal, são trinta milhões de alunos potenciais no ensino fundamental, envolvendo um milhão e trezentos mil professores, contra apenas quatrocentos e cinquenta mil alunos e duzentos mil professores nos cursos superiores das universidades federais.

Quanto à questão dos recursos para a educação no País, devemos ter coragem e formular nossas diretrizes e prioridades com seriedade, tratando do tema com a urgência necessária a não comprometermos mais uma geração, ao invés de ficarmos criando retóricas vazias a esse respeito, baseadas em uma realidade ideal ou imaginária.

O segundo ponto que entendo crucial à discussão sobre o financiamento do ensino superior e do crédito educativo, assim como em qualquer política pública, diz respeito à necessidade de explicarmos os interesses que estamos defendendo. Minha convicção pessoal é de que o Parlamentar, embora eleito por uma parcela da população, deve representar o interesse público, defender os interesses dos cidadãos e não apenas o interesse de um grupo.

Meu Partido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sempre foi o partido do aluno, do cidadão.

Do meu ponto de vista, qualquer discussão legislativa ou de políticas públicas na área da Educação deve se basear em um questionário básico: o que ganham os alunos com

essa lei ou com essa política? Confesso que não se trata de um questionamento simples, com respostas fáceis, se quisermos nos livrar da demagogia ou do assistencialismo inconsequente. Durante os anos em que pude participar desse debate no Congresso Nacional, o que mais me chamou a atenção foi o fato de que sempre que esta pergunta foi feita, seu significado foi mascarado pelos interesses de outros grupos, como professores, sindicatos, corporações de toda ordem, ou instituições de ensino superior. A resposta a esse questionamento nunca foi representativa dos verdadeiros anseios dos alunos, pelo contrário, acobertava a defesa do pensamento corporativo. Ou defendemos os alunos e seus interesses ou defendemos as corporações, não há meio termo!

Com base nessas premissas, podemos nos debruçar um pouco mais sobre a política de financiamento do ensino superior no Brasil. Como já foi ressaltado, o problema dos recursos à educação superior está baseado, principalmente, na ineficiência dos gastos e nas deficiências gerenciais das instituições. O ensino superior público no Brasil, que abrange seiscentos mil dos dois milhões de alunos matriculados, consome cerca de R\$ 11.000.000.000,00 por ano, quase um terço de todos os recursos públicos gastos com educação. Enquanto isso, o restante dos alunos do ensino fundamental e secundário, cerca de quarenta e cinco milhões, contenta-se com os restantes 23 bilhões.

Além da carência de abertura de novas vagas nas instituições federais de ensino superior, geradora de uma demanda reprimida em Santa Catarina que faz com que apenas dezesseis mil dos cerca de cem mil alunos matriculados nos cursos de graduação em IES sejam estudantes da Universidade Federal de nosso Estado, o problema reside também no custo por aluno dessas instituições, comparável ao custo nas melhores universidades americanas e européias, além de uma relação professor/aluno das mais baixas do mundo.

Em todo esse cenário, o que me chama mais a atenção, no entanto, é a forma de financiamento adotada pelo Governo Federal e alguns Governos Estaduais. De um lado, os recursos públicos são destinados eminentemente às instituições públicas. Os alunos, independentemente de sua necessidade, recebem um ensino gratuito, embora saibamos que muitos deles - em alguns cursos os casos chegam a 70% - cursam o ensino básico e médio em escolas pagas e, portanto, pertencem aos estratos mais privilegiados da sociedade. Por outro lado, o sistema de crédito educativo federal padece de graves defeitos, já que o volume de recursos é muito limitado; o empréstimo a cada indivíduo é insuficiente; o desembolso é errático e imprevisível; o critério de alocação privilegia as instituições e não os alunos; a cobrança é relapsa, contribuindo para a desmoralização do sistema, além de existirem 200 candidatos para cada bolsa concedida.

Em Santa Catarina o sistema de crédito efetivamente não existe. Ou as bolsas são frutos de assistencialismo político, na forma de subvenções sociais, ou são letra morta de lei, já que o Crédito Educativo Estadual, criado pela Lei nº 10.641/98, não produziu qualquer efeito, tendo sido destinados, no Orçamento de 1999, recursos absolutamente insuficientes na ordem de apenas R\$ 1 milhão.

É preciso encontrar novas saídas e discutir propostas consistentes baseadas no interesse dos alunos. Sobre tudo, fugindo da armadilha fácil do assistencialismo, que cria

mais desigualdades que benefícios.

Entendo que um projeto sério para o financiamento do ensino superior envolva a criação de um mecanismo de crédito educativo eficiente e que, em meu ponto de vista, deva se basear em quatro princípios fundamentais.

Primeiro, o crédito deve ser dado para o aluno e não para a instituição. Os critérios para a sua concessão devem ser objetivos, baseados em mérito acadêmico e necessidade. Ou seja, o aluno tem que demonstrar um nível adequado de capacidade e desempenho escolar e os recursos devem ser emprestados aos mais necessitados, por ordem de carência. Além de possibilitar acesso igualitário e do caráter democrático de justiça distributiva, uma das vantagens adicionais desse sistema é criar competição entre as instituições de ensino superior. O bom aluno vai procurar a boa instituição e vice-versa.

Segundo, o crédito deve ser reembolsável. A opção pelo crédito é uma opção de médio e longo prazo que não se baseia no assistencialismo pragmático de uma bolsa a fundo perdido. Enquanto os recursos a fundo perdido são escassos e incertos, atingindo, na escala temporal, um percentual decrescente de alunos atendidos, o crédito propicia um montante sempre renovado de recursos, capaz de atender um número crescente de alunos, além de criar responsabilidade e consciência social.

Devemos observar que ensino superior é bom investimento para o aluno - os egressos de cursos superiores ganham, em média, 2,5 vezes o que ganham os egressos do ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) (Faz soar a campainha) - Esta Presidência comunica que V.Exa. dispõe de um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Obrigado, Sr. Presidente.

(Continua lendo)

"Portanto, o problema do aluno não é que o ensino superior seja um mau investimento, que o Estado precise pagar. É um excelente investimento, muito embora muitos alunos, ou suas famílias, não possuam capital disponível na hora certa. O crédito, portanto, não é dinheiro bom jogado numa causa ruim. É um excelente investimento que gera altíssimos retornos para quem tem curso superior.

Em Santa Catarina, onde mais de dois terços dos alunos matriculados nas instituições de ensino superior cursam escola pagas, o crédito é fundamental. Com a escassez de recursos públicos e a falta de justiça na distribuição assistencialista, é preciso criar um fundo de bolsas que financie o aluno carente, mas que se baseie no reembolso após a sua saída dos bancos escolares, para permitir que outro aluno se utilize da mesma oportunidade."

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pedimos a Palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - V.Exa. poderia permitir que o Sr. Deputado Paulo Bornhausen concluisse, haja vista que haverá redistribuição do tempo, e como estamos no horário dos Partidos Políticos, quem sabe V.Exa. possa conceder mais dez minutos, porque é muito importante o tema abordado pelo ilustre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência vai acatar a sugestão do PPB, no sentido de conceder mais alguns minutos ao Sr. Deputado Paulo Bornhausen, uma vez que não vai haver redistribuição de tempo, em virtude de termos invertido o horário.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Quero agradecer ao Deputado Onofre Santo Agostini, ao Líder do PPB, Deputado Ivan Ranzolin, e ao Sr. Presidente pela concessão, porque desejo terminar este meu desprezioso discurso para que possamos, já à luz da reforma constitucional que foi encaminhada a esta Casa pelo Sr. Governador - o art. 170, começar a discutir com profundidade a questão do crédito educativo.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu deixei para pedir um aparte a V.Exa. no final, porque notei que o nobre Colega estava atropelando por causa do tempo. Mas o tema é importante.

Deputado, o Governo mandou uma emenda constitucional ao art. 170, e esta Casa, através do Deputado Pedro Uczai, também apresentou uma emenda constitucional referente a esse artigo. Elas são assemelhadas, todavia a emenda de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai vem mais ao encontro do ponto de vista abordado por V.Exa., ou seja, investimento no aluno e não na faculdade.

Amanhã, Deputado, nós deveremos analisar e vamos preparar um substitutivo global às duas emendas para atender os dois pedidos, o pedido do Governo e o pedido do Deputado Pedro Uczai, ou seja, anexar os dois projetos de emenda a um só.

Portanto, amanhã deveremos dar andamento a este projeto na Comissão de Justiça, que nós entendemos de suma importância, pois comungamos com o pensamento de V.Exa.: temos que investir no aluno.

A situação é grave, e na nossa região mais de 50% das faculdades estão inadimplentes, porque o aluno não tem como pagar e por via de consequência as faculdades vão fechar se não houver uma alteração desse quadro.

Por isso o que V.Exa. coloca é da maior importância e tem o meu integral apoio, mas amanhã daremos início às duas emendas, que nós refutamos da maior importância.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Obrigado, Deputado, pelas observações.

(Continua lendo)

"O terceiro ponto é que entendo que o crédito deva ser abrangente, incluindo recursos para o pagamento das mensalidades e do custeio, da manutenção do aluno, quando necessário, sobretudo dos cursos diurnos e dos cursos de tempo integral. Caso contrário, estaríamos discriminando novamente os mais pobres, como é o caso do ensino gratuito, mas sem bolsa nas universidades federais e estaduais, onde é inviabilizado ao aluno carente, que necessite trabalhar para se sustentar, estudar no período diurno ou em tempo integral. É a gratuidade para quem não precisa dela! Para dar um dado concreto, no último semestre letivo na UFSC, dos 15.932 alunos regularmente matriculados somente 3.396 pertenciam a cursos do período noturno."

Esses dados chamam a atenção, e quero chamar a atenção também de V.Exas., pois menos de um terço dos alunos da Universidade Federal fazem seus cursos à noite. Portanto, ficam impedidos e muitos deles, sim, carentes, não podem nem permanecer nos cursos porque não têm uma bolsa, não têm um crédito que possa ajudar na manutenção.

(Continua lendo)

"Quarto, proponho que o mecanismo estadual de crédito educativo sirva como contrapartida para receber recursos do sistema federal de crédito

educativo, ou seja, o Governo deveria reforçar sistemas estaduais de crédito educativo, complementando-os com seus recursos.

Minha idéia é descentralizadora, deixando a cada Estado a formulação de sua política de crédito educativo, de acordo com as suas necessidades específicas. Com isso, multiplicaríamos os nossos recursos e faríamos uma utilização muito mais adequada dos valores disponibilizados pelo Governo Federal para financiar o ensino superior dos catarinenses. A decisão sobre onde e como usar esses recursos seria dos jovens catarinenses e não das corporações que se propõem a falar em nome deles. Vamos deixar a juventude decidir!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho consciência de que o assunto é polêmico. Participei dessa polêmica durante quatro anos no Congresso Nacional e fiz dela uma de minhas bandeiras de campanha. Sei que interesses particulares e corporativos contribuem para distorcer o sentido de propostas de políticos que, como eu, propõem-se a abrir a caixa preta do financiamento, dos custos, dos benefícios e dos beneficiários do ensino superior público neste País.

Porém, tenho a convicção de que está na hora de colocarmos as cartas na mesa e explicitar quem ganha e quem perde com as políticas públicas e de que forma estão sendo usados os recursos do povo para financiar a educação no Brasil.

Convoco, pois, esta Casa Legislativa a meditar sobre esses princípios. Vamos sair da discussão superficial e nos focar, verdadeiramente, nos interesses do jovem catarinense e na criação de oportunidades iguais à preparação do seu futuro. Vamos nos questionar sobre quem está ganhando com as políticas atuais. Qual a melhor política de crédito para atender as carências da juventude de Santa Catarina? Uma política voltada às instituições? Uma política voltada para os interesses corporativos? Uma política voltada às elites, ou uma política voltada para os alunos mais necessitados?"

A decisão está em nossas mãos, não tenho dúvida disso, mas o importante é que possamos discutir o tema com maioridade. Não podemos simplesmente achar que as questões da Educação devam ser resolvidas pelos educadores. Eles fazem parte do processo, mas não são o todo.

Nós, Deputados, nesta Casa, temos a obrigação de debater esse tema sem preconceitos e sem ideologias, procurando, sim, responder as perguntas que vêm do cidadão. Enquanto a cidadania não estiver acima da questão corporativa; enquanto a cidadania não vencer as questões de classe, nós estaremos, infelizmente, fadados a ter momentos de infelicidade neste País, com baixo grau de educação das nossas crianças e dos nossos jovens. Um jovem de dez anos, na média, no Brasil, quando chega no 1º grau, que está ainda na sala de aula, já tem um índice de 54% de repetência.

Portanto, precisamos investir no ensino fundamental deste País, na sua qualidade. A quantidade já não é mais o problema, Sr. Presidente. Nossa população já não cresce mais a índices como crescia antigamente. Dentro de alguns anos a demografia nos diz que as escolas que aí estão fecharão - e muitas delas estão sendo fechadas por falta de alunos no 1º grau. Precisamos é investir na capacitação de professores e na melhoria da condição do aluno.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui a minha posição no sentido de dar uma colaboração ao debate nesta Casa, como disse, tirando a ideologia, levando ao ponto de vista sempre na percepção do cidadão, e deixando de lado as

questículas pessoais, ou até mesmo as questões menores de grupos ou facções que se reúnem para discutir um assunto.

O Sr. Deputado Ciro Roza - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULINHO BORNHAUSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Ciro Roza - Gostaria de, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela sua preocupação, pois é um tema importante, e pela experiência que V.Exa. obteve como Deputado Federal, sendo que um dos projetos que foi aprovado naquela oportunidade dizia respeito ao crédito educativo.

Claro que neste momento a situação é bastante complicada e difícil, especialmente para os alunos que estão cursando o 3º grau.

Acho que o projeto está vindo para esta Casa num momento oportuno e temos que ser rápidos e eficientes para aprová-lo o mais rápido possível...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de abordar dois assuntos neste breve espaço destinado ao Partido dos Trabalhadores.

O primeiro deles diz respeito a um evento do qual tivemos a oportunidade de participar na semana que passou, cujo tema foi A Modernização Administrativa.

Neste seminário internacional acontecido na cidade de Salvador, tivemos a oportunidade de debater questões cruciais a respeito do Estado e, principalmente, da qualidade e da eficiência dos serviços públicos.

Este é o grande desafio dos administradores modernos, ou seja, prestar um serviço de qualidade, de eficiência que atenda de fato aos anseios dos administrados. Uma tarefa gigantesca que deve envolver uma nova mentalidade de todos os segmentos ligados a esta questão, ou seja, aqueles que fazem parte dos Governos, os servidores públicos e a população.

Esta realmente é uma meta que as administrações públicas devem perseguir, por isso julgamos de grande importância a realização desse seminário, no qual tivemos a oportunidade de representar esta Casa.

O segundo assunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, diz respeito a um tema do qual nós, por inúmeras vezes, temos debatido nesta tribuna e que, infelizmente, é o grande assunto do momento, eu diria não só em nível de Brasil, mas em nível mundial, que é o problema do desemprego.

E abordo mais uma vez este tema para dizer inclusive que o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, em reunião da Executiva, neste final de semana, decidiu elaborar programas com propostas emergenciais para a solução ou pelo menos para amenizar o grave problema do desemprego.

Dentre as propostas que serão debatidas, uma delas é o fortalecimento de iniciativas, como as do banco do povo. Uma experiência positiva já aplicada em alguns Municípios, inclusive, catarinenses, como é o caso de Blumenau, mas cujo exemplo maior vem da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Nós, em Santa Catarina, já transformamos esta proposta em lei estadual, através de uma lei de nossa autoria, aprovada por esta Casa e sancionada pelo Governador do Estado, que criou em Santa Catarina o Fundo de Crédito Popular para a geração de emprego e renda.

Por isso este tema do desemprego

deve ser uma das metas desta Casa, e será, com certeza, um dos temas mais debatidos no sentido de buscar soluções.

Tanto isso é verdade, Deputado Francisco de Assis, que V.Exa. apresentou requerimento, aprovado por esta Casa, solicitando a realização de uma atividade especial neste Plenário no próximo dia 24, quando aqui estarão representantes da CNBB, juntamente com representantes da sociedade civil, para debatermos o que talvez seja o grande mal deste final de século: o desemprego.

Como todos sabem, o desemprego tem duas causas fundamentais. A primeira, uma causa estrutural, referente à automatização, às formas de eliminação de postos de trabalho; a segunda, uma causa conjuntural, referente às questões da economia atual, das formas de gestão de uma administração pública. Estes dois fatores aliados têm provocado uma onda muito grande de desemprego.

No Brasil, temos observado índices alarmantes de desemprego nos últimos tempos (e foi agravado nos últimos dois ou três anos) em todas as regiões do Brasil. Infelizmente, não é diferente em Santa Catarina, onde inúmeros fatores têm provocado esta onda de desemprego.

Por isso a nossa preocupação em buscar algumas alternativas para implementar medidas de combate ao desemprego, o que poderá ser feito através desse debate do dia 24, neste Plenário. Fizemos isso na Legislatura passada, quando presidimos a Comissão Parlamentar Especial do Desemprego, que percorreu as principais regiões do Estado fazendo um diagnóstico da situação e apresentando alternativas.

O nosso desejo, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é poder buscar alternativas para este grave problema que assola o mundo, que assola o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 17 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Gerson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje ocupo a tribuna no horário do PMDB para apresentar a V.Exas. um projeto de lei a que iremos dar entrada nesta Casa, o qual prevê a disponibilização aos Municípios dos prédios escolares ociosos, destinando-os ao desenvolvimento de projetos agrícolas.

Este projeto de lei diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 1º - Os estabelecimentos escolares da rede pública estadual localizados na zona rural do Estado que se encontram desocupados serão disponibilizados aos Municípios de forma gratuita pelo prazo de até dez anos, prorrogável por igual período.

Parágrafo único - Os prédios a que se refere esta lei destinam-se, sob a responsabilidade dos Municípios, ao desenvolvimento de projetos vinculados à agricultura em nosso Estado.

Art. 2º - O Município poderá firmar convênio com entidades visando atingir a finalidade da cessão.

§ 1º - A Secretaria da Agricultura do Município e a Secretaria de Estado ou órgão por ela indicado, fiscalizarão o desenvolvimento das ações implantadas.

§ 2º - O desvio de finalidade ou o descumprimento das disposições desta lei resultarão na imediata retomada do imóvel.

Art. 3º - As benfeitorias edificadas passam a integrar o patrimônio do Estado e em seu nome deverão ser averbadas no

registro de imóveis competente.

§ 1º - Os custos com as eventuais benfeitorias exigidas para alcançar os objetivos da cessão correrão por conta do Município ou entidade conveniada.

§ 2º - A conservação, zelo e segurança do imóvel disponibilizado constituem obrigação permanente do Município.

Art. 4º - O Estado será representado no ato de cessão pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem estiver legalmente constituído.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei a partir de 90 dias de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário."

Srs. Deputados e membros da Comissão de Agricultura, apresentamos este projeto para que o Estado repasse, através de cessão ou de convênio, os prédios escolares situados no interior do Município que estejam desocupados. E o convênio com a Associação dos Agricultores ou com um grupo de agricultores é para que venham industrializar a sua produção agrícola.

Esta é uma ferramenta que queremos oferecer aos Municípios, a fim de gerar mais empregos. Até gostaria de citar a minha cidade, que tem oito escolas isoladas no interior, e bem sabemos que a maioria dessas escolas são municipais.

Esse projeto irá motivar, incentivar as autoridades municipais no sentido da cessão de um prédio escolar que não tem mais utilidade para uma pequena indústria artesanal, seja de resfriamento de leite, seja uma queijaria ou uma empresa de embutidos de carne. E na região de hortifrutigranjeiros, que esse local seja utilizado para embalagens.

Nós vemos que existem muitas feiras municipais, e o que é produzido vem sendo fiscalizado por médicos veterinários da Cidasc, com acompanhamento de funcionários da Epagri, de funcionários da Secretaria Municipal da Agricultura, juntamente com a fiscalização municipal, a fim de que se possa produzir um produto de qualidade.

Queremos levar feiras livres aos Municípios, inclusive futuramente, através de um sistema cooperativista, e para isso talvez possamos oferecer esses prédios escolares ociosos do interior do Estado de Santa Catarina, para formar pequenas indústrias e gerar mais empregos.

Deputado Afonso Spaniol, V.Exa. citou no seu pronunciamento que muitas pessoas no interior estão discutindo a desvalorização do real. Não houve repasse do aumento do produto ao produtor, como, por exemplo, ao de leite. E nós, através de projetos, podemos melhorar a qualidade de vida e o rendimento do nosso produtor rural.

Precisamos viabilizar um crédito educativo com retorno para o cidadão catarinense. E faço uma pergunta: se nós não tivermos uma ferramenta, qual o agricultor que terá condições de dar estudo para o seu filho, de pagar uma mensalidade escolar?

Hoje, no Oeste de Santa Catarina, com a chegada de uma nova estiagem, haverá perda, novamente, do feijão. E se já estamos em dificuldades, elas serão ainda maiores!

As jovens do interior do Estado estão indo para a cidade procurar um local de trabalho, para poderem frequentar um banco escolar. E os jovens também não querem ficar, porque não estão tendo no seu meio a sua companheira, aquela com quem fazia seus encontros no final de semana. A continuar

dessa forma...

Sabemos sobre o sistema da globalização, sabemos que será difícil frear o êxodo rural. E as autoridades, tanto em nível estadual quanto federal, falam tanto, defendem tanto, mas na prática não aplicam aquilo que dizem.

Fala-se em financiamento para o setor agrícola, mas tenho observado as muitas vezes em que as casas bancárias repassam uma parcela do financiamento agrícola e deixam a outra parcela na instituição, para a aplicação desses recursos. E há um formulário, depois, dizendo que os recursos foram aplicados na agricultura! Na verdade, não é aplicado aquilo que dizem, ou seja, 50%, porque 50% ficam na instituição financeira, para a liberação dos recursos.

Então, este projeto visa a que o agricultor permaneça no campo com a cedência pelo Estado desses prédios escolares desocupados. E através de uma discussão nos Municípios com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com os produtores e com as entidades representativas, poderemos gerar empregos, rendas e fixar o homem no campo.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Gelson Sorgato, meus cumprimentos pela excelente idéia. Sabemos que, com a municipalização da educação, muitos dos prédios estão abandonados e sendo depredados, e V.Exa. apresenta esse projeto importante para que esses prédios possam ser utilizados por uma classe que vem sofrendo nos últimos anos, quem sabe, a sua pior crise.

Quem contribuiu, e muito, para a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso (e até o ano passado pensávamos, ou pelo menos imaginávamos, que o País iria ter um outro caminho) foi a classe agricultora.

E não tenho dúvidas de que o seu projeto vem ao encontro do trabalho que vem sendo feito pela Epagri, pela Cidasc, pela Secretaria Estadual da Agricultura e pelas Secretarias Municipais da Agricultura com as famílias dos agricultores, no sentido de preparar a esposa do agricultor, os seus familiares e o próprio agricultor, a fim de que ele possa produzir com melhores condições, com mais higiene e ter mais competitividade.

Escutamos aqui os pronunciamentos dos Deputados Paulo Bornhausen e Neodi Saretta, um sobre a educação e outro sobre o emprego, e não tenho dúvidas de que a maior fonte de emprego que o País tem hoje está na agricultura; basta que sejamos responsáveis e que os Governos acreditem que a agricultura pode tirar o País do caos. Quanto à educação, sabemos quantos filhos da nossa terra vêm diariamente nos procurar em busca de algum recurso para que possam pagar a mensalidade escolar.

Faço coro a esse seu pedido, e tenho certeza que os demais Deputados haverão de aprová-lo, porque vem ao encontro da classe menos favorecida.

O SR. DEPUTADO GERSON SORGATO - Agradeço sua intervenção, Deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GERSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Gelson Sorgato, eu subscrevi este seu projeto, até porque tenho sentido muito de perto todas as colocações que V.Exa. acabou de fazer.

Anteriormente, tínhamos no interior a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries ministradas numa única sala de aula, com um só professor; e com a polarização da educação, estamos melhorando a qualidade do ensino para os estudantes do interior dos Municípios catarinenses.

Nós vimos, de um momento para outro, muitos prédios com excelentes condições deixarem de ser utilizados. Inclusive, percorrendo o Alto Vale neste último fim-de-semana, tive a oportunidade de visitar mais de dez Municípios, também os Municípios do interior, onde vi diversos desses prédios que hoje não estão mais sendo usados depredados, perdendo até a sua utilidade.

Portanto, Deputado, o seu projeto, além de permitir uma melhor utilização junto a um Clube de Mães, para treinamento, profissionalização das mulheres do interior dos Municípios, vai, sem dúvida nenhuma, valorizar esses prédios, inclusive não permitindo que sejam depredados.

Meus parabéns, Deputado Gelson Sorgato, e é com muita honra e muito orgulho que subscrevo este seu projeto.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Rogério Mendonça.

Gostaria de aproveitar para colocar que o Deputado Rogério Mendonça também participou da comitiva que visitou as pequenas indústrias artesanais no interior do Distrito Federal. E como incentivo à agricultura, poderíamos utilizar esses prédios ociosos para a pequena indústria artesanal no interior do nosso Estado.

A Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina tem o Fundo de Desenvolvimento Rural, que tem recursos para emprestar e financiar, através do Município, inclusive com retenção do ICMS, como garantia, grupos de pequenos produtores, a fim de que desenvolvam suas atividades na agricultura, gerando, com isso, riquezas, alimentos de qualidade para a população catarinense.

Por isso que os recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural, Deputado Ciro Roza, são financiados com 3% de juros ao ano, sem correção, com um ano de carência, ou seis meses, e três anos, quem sabe, para a sua amortização.

Essa é uma ferramenta que podemos oferecer a grupos de produtores. Com isso, nem os produtores, nem o Clube de Mães, nem a Prefeitura vão depender de recursos para a construção da parte física, e poderão, sim, implementar a orientação técnica, a fiscalização, inclusive com financiamentos através da Prefeitura e do Estado de Santa Catarina, e com a participação do próprio grupo de produtores, apoiando, ajudando a comercialização da sua produção.

Encerro agradecendo a atenção de V.Exas., e gostaria de contar com o apoio de todos a este projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dez minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiramente, quero registrar a minha alegria por ocupar pela primeira vez esta tribuna. E refletindo sobre o pronunciamento do Deputado Clésio Salvaro, quando falava do colchão de palha, recordei-me da minha infância também.

Sou originário do Alto Vale do Itajaí,

região do Deputado Rogério Mendonça, mais especificamente do Município de Pouso Redondo. Meus pais são pequenos agricultores, que padecem também por toda essa falta de apoio, de incentivo ao pequeno agricultor em Santa Catarina e no País.

Há onze anos desloquei-me para o Município de Tubarão para cursar Engenharia Química, motivado pelo elevado conceito da então Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, hoje Universidade do Sul de Santa Catarina. Na fase de conclusão desse curso, transferi minha faculdade para o curso de Matemática, e hoje ainda continuo naquela universidade, cursando Direito.

Fui tão bem acolhido em Tubarão, principalmente no meio do Magistério Público Estadual, classe a que pertencio, que acabei permanecendo naquela cidade, constituindo lá a minha família em 1996.

Mas acabei ingressando na vida pública, e disputei o meu primeiro mandato quando candidatei-me a Vereador pela cidade de Tubarão, uma candidatura difícil, uma vez que a ira, não de um adversário político, mas de alguém que fez política com muito ódio, acabou por impugnar a minha candidatura. Mas no TSE, há apenas seis dias das eleições, consegui o direito de disputar o pleito, e quando poucos acreditavam que eu teria a chance de conquistar uma cadeira no Legislativo municipal, Deputado Milton Sander - V.Exa., que já conhece os trâmites de uma impugnação -, tive a felicidade de conquistar 1.265 votos e chegar à Câmara Municipal de Tubarão.

Nos meus quase dois anos de mandato, assumi a liderança da Bancada do meu Partido e presidi o diretório microrregional do PPB, na Amurel. Os meus companheiros dos deztoitos Municípios da região entenderam que era hora de o Partido renovar, de o Partido apostar numa nova liderança, e o diretório do meu Partido resolveu então apostar na minha candidatura como Deputado da região, sendo que conquistei, apenas na nossa microrregião, na Amurel, 21.503 votos, o que me garantiu a eleição já na microrregião.

Mas tive, ainda, a felicidade de receber votos em mais 180 Municípios de Santa Catarina, chegando a 24.557 votos. Hoje aqui estou, comprometido não apenas com a minha microrregião política, não apenas com a minha microrregião de nascimento, mas com todo o Estado de Santa Catarina, com toda a população catarinense.

E nesta Casa, estou mantendo contatos com lideranças do nosso Partido, com lideranças comunitárias, com lideranças da nossa coligação, no sentido de que possa bem representar e trazer para este Parlamento as reivindicações da Amurel, do grande Sul do Estado de Santa Catarina.

Na última sexta-feira, tive o privilégio de presenciar na nossa região, Deputado Gelson Sorgato, uma preocupação muito forte do Governo Federal e do Governo Estadual principalmente com a pequena propriedade rural, com a família do pequeno agricultor. Estive no Município de Gravatal, juntamente com o Governador Esperidião Amin, com os Senadores e Deputados Federais catarinenses, com vários Colegas desta Casa, acompanhando a visita do Ministro da Agricultura, Francisco Turra, que veio prestigiar o ato de lançamento do projeto-piloto da agroindústria em Santa Catarina.

Esse projeto, Deputado Jorginho Mello - V.Exa., que também lá esteve -, certamente fará com que aquelas 211 famílias beneficiadas nesse primeiro momento possam conquistar aquilo que foi o nosso discurso de

campanha, o discurso da nossa coligação: a preocupação com o pequeno, com o homem do campo, com a sua família na agricultura.

E na minha opinião, Deputado Moacir Sopelsa, esse é o emprego mais barato que nós poderemos gerar, e vai minimizar o problema enfrentado pela cidade hoje, pela falta de perspectiva da família do pequeno agricultor catarinense.

Sentimos que esse projeto-piloto vai consolidar uma proposta que vai se estender por toda Santa Catarina e por todo o País, porque sentimos, acima de tudo, a felicidade, a esperança daqueles agricultores beneficiados de ter qualidade de vida e poder manter a sua família na atividade rural.

Então, foi um momento de renovação da esperança para a agricultura catarinense, principalmente para essas 211 famílias dos quatro Municípios do Sul do Estado, quais sejam: Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

Aproveito para registrar aqui a presença de lideranças do Município de Rio Fortuna, dos nossos Vereadores Sílvio Heidemann e Zeno Wigger, bem como do ex-Prefeito Isaú Vieira e de outras lideranças do Município, que lá estiveram testemunhando a felicidade daquelas famílias e a perspectiva que se gerou para os Municípios contemplados com esse projeto-piloto.

Srs. Deputados, um outro registro que trago a esta Casa na tarde de hoje diz respeito à reunião que se realizou na última sexta-feira na Secretaria da Educação - e não vejo aqui a Deputada Ideli Salvatti, que também participou dessa reunião. A Secretaria atendeu a uma comissão de representantes das merendeiras, das serventes, dos funcionários das APPs das escolas públicas estaduais, que foram reivindicar o pagamento, a divulgação de um cronograma sobre o salário de dezembro, o 13º salário e o 1/3 de férias relativos ao ano de 1998, que não tinham sido resgatados até essa oportunidade.

Na oportunidade, a Secretária da Educação, de pronto, fez um contato com o Secretário da Fazenda, e nos garantiu que até o final desta semana nos entregaria oficialmente uma proposta de pagamento dos salários relativos a dezembro e do 13º salário, atrasados.

No entanto, acabamos de receber a seguinte confirmação da Secretária: que no final do mês de março, juntamente com o pagamento do salário, serão repassados os recursos relativos ao salário de dezembro de 98; e em abril, também juntamente com o salário, será quitado o 13º salário, dívidas do Governo anterior. Com relação ao 1/3 das férias do mês de janeiro, este será pago juntamente com o salário de dezembro.

Portanto, até o final de abril serão quitados todos os compromissos herdados da administração anterior para com as serventes e merendeiras. Com relação ao exercício de 1999, os salários estão sendo pagos rigorosamente em dia.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Gilmar Knaesel) - A Presidência, neste momento, apresenta aos caros Colegas a nossa Miss Santa Catarina, que irá representar o Estado no próximo dia 25, no Concurso Miss Brasil.

Solicito que a Srta. Michelli Gonçalves de Souza venha até a Mesa.

Nossa Miss Santa Catarina cursa a última fase do curso de Fisioterapia, na Udesc. Ela está acompanhada da Miss Santa Catarina de 1998, que foi a segunda colocada no Concurso Miss Brasil de 1998, e do cronista

social Moacir Bevenuto.

Com a palavra a Srta. Michelli Gonçalves de Souza, que deseja deixar uma mensagem, para que possamos conhecê-la melhor.

A SRTA. MICHELLI GONÇALVES DE SOUZA - Srs. Deputados, no dia 22 partirei para uma nova luta, que é o Concurso Miss Brasil, e estou honrada em poder levar o nome de Santa Catarina para todo o País.

Estou na última fase do curso de Fisioterapia. É uma profissão muito gratificante, mas pouco recompensada, e é um sonho meu poder fazer uma campanha em prol dos deficientes físicos. Estou trabalhando na Fundação Catarinense de Educação Especial e sei das dificuldades que eles passam.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência, em nome dos catarinenses, aqui representados pelos 40 Deputados, torce para que você represente muito bem o nosso Estado e busque, se possível, mais uma vez, o título de Miss Brasil para Santa Catarina. E se você for vencedora, sabemos que o Brasil estará muito bem representado no concurso mundial.

Boa sorte! E, sempre que possível, passe na Assembléia Legislativa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Altair Guidi, João Rosa, Valmir Comin, Wilson Wandall e Ronaldo Benedet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando as providências cabíveis para a viabilização do projeto técnico e construção de uma ponte na localidade de Pedrinhas, Município de Tubarão, ligando as duas margens do Rio Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Sr. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do Ibama/SC, ao Diretor-Geral da Fatma, ao Comandante da Polícia Ambiental de Santa Catarina, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina, solicitando que envidem os esforços necessários e determinem providências cabíveis no sentido de fiscalizar as obras de implantação do Gasoduto Brasil-Bolívia, exigindo dos agressores a imediata adequação de suas atividades, bem como a recuperação da degradação ambiental ocasionada ao longo das bacias hidrográficas dos Rios Cubatão e Bugre.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos trazendo este requerimento à discussão e conseqüente votação em função do problema criado pela construção desse gasoduto Brasil/Bolívia, que está passando pela Grande Florianópolis.

Todos sabemos que é uma obra da maior importância para a economia catarinense, porque sem o gás da Bolívia as

nossas empresas enfrentarão muita dificuldade para tocar as suas máquinas.

Devo dizer, também, que foi uma luta muito grande do Brasil e dos empresários catarinenses para que o gás chegasse até as empresas que se cadastraram para recebê-lo, eis que representa uma economia de cerca de 30%, comparando-se com os combustíveis utilizados normalmente. Contudo, com a vinda desse gasoduto, foram abertas verdadeiras crateras na Serra do Mar, o que vêm prejudicando de uma maneira preocupante os mananciais da Grande Florianópolis.

A Casan elaborou um relatório completo, que estamos encaminhando junto com este requerimento, posto que, por falta de cuidado da empresa que está construindo o gasoduto, os rios que servem o sistema de captação de água para Florianópolis estão sofrendo um assoreamento de natureza grave. E o relatório faz uma demonstração completa, inclusive com documento fotográfico, realizado no dia 05/03/99, da flagrante agressão promovida ao meio ambiente pela abertura da faixa de passagem do gasoduto.

Portanto, como o gasoduto não está sendo executado de acordo com as regras de proteção e de preservação ambiental, tomamos a iniciativa de encaminhar este requerimento, porque providências devem ser tomadas.

Segundo o relatório, foram abertos 45 quilômetros de valas, como se fosse uma verdadeira estrada, uma Transamazônica, provocando erosão e assoreamento de todos os rios da região. E pelas normas do Ibama e pelo contrato realizado, a empresa deveria, imediatamente à abertura das valas, proceder ao replantio de árvores, para evitar o que está acontecendo.

Esta Assembléia Legislativa vai hoje decidir e tomar uma posição em defesa do meio ambiente de Santa Catarina, em defesa, acima de tudo, dos cerca de quinhentos mil consumidores que a Casan abastece na Grande Florianópolis, os quais estão ameaçados (e todos nós também estamos ameaçados) de ficar sem água, dada a gravidade da situação. E V.Exas. poderão examinar isso neste amplo relatório feito pela empresa.

Então, Srs. Deputados, estamos apresentando este requerimento para que as autoridades tomem uma iniciativa imediata no sentido de coibir esses abusos praticados pela empresa, que deixou de cumprir os termos contratuais, trazendo, assim, sérios problemas e risco ao abastecimento de água na Grande Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Ivo Konell, a ser enviada ao Governador do Estado, sugerindo parcelamento das atuais dívidas decorrentes do IPVA e multas de trânsito.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado

Luiz Herbst, a ser enviada ao Governador do Estado, sugerindo estudos de viabilidade de expansão da rede de canalização de gás natural através do Projeto Brasil/Bolívia, para os Municípios do Planalto Norte catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, sugerindo adoção de medidas urgentes para a viabilização do acesso asfáltico da SC-425, no trecho que liga a BR-470 ao Município de Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Saúde, sugerindo a criação de um Pronto Atendimento ou Unidade Sanitária Mista para o Município de Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando medidas urgentes que viabilizem a reforma da ponte sobre o Ribeirão Barra da Paleta, na SC-425.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, sugerindo a construção de um ginásio de esportes junto ao Colégio Estadual Custódio de Campos, no Município de Xaxim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, sugerindo providências para a reabertura do Posto da Exatoria Estadual, no Município de Xaxim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, sugerindo o recascalhamento e posterior pavimentação asfáltica da estrada estadual que liga o Município de Xaxim ao de Lageado Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, sugerindo a construção de um ginásio de esportes e a conclusão do prédio do Colégio Estadual Gomes Carneiro, no Município de Xaxim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Por solicitação do Deputado Jaime Mantelli ficam convocados os membros da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa para uma reunião, hoje, na sala das Comissões, logo após a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Sr. Deputado Heitor Sché, a quem concedemos a palavra por até trinta minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não era minha intenção ocupar a tribuna no dia de hoje, mas devido a uma série de comentários que vêm se desenrolando há muito tempo, não poderia deixar de colocar aqui a minha posição perante este Plenário e, principalmente, dar uma satisfação aos meus eleitores, àqueles que confiaram e trouxeram-me para esta Casa.

Há poucos dias, usei esta tribuna para dizer da minha posição junto ao Governo do Estado, com relação à Secretaria da Segurança Pública, que era, sem dúvida, uma aspiração minha, e como dizia, mais por ideal.

Posteriormente, tomei conhecimento, por intermédio de terceiros, que o meu nome vinha sendo indicado, pelo meu Partido, para ocupar outra Secretaria de Estado. Quero esclarecer que jamais alguém conversou comigo neste sentido, e se conversassem, eu não teria mais interesse algum de participar como Secretário no Governo de Esperidião Amin. Por isso, fica fora de cogitação o meu nome para qualquer Secretaria de Estado.

A segunda posição, esta, mais grave, prendeu-se ao fato de eu ter sido indicado ou o meu nome comentado como um possível Deputado que iria para outro Partido. Mas quero deixar clara a minha posição partidária.

Pertenco aos quadros do PFL, sou membro da Executiva Estadual do PFL, acabo de ser eleito Delegado à Convenção Estadual pelo PFL de minha terra natal, Rio do Sul, e jamais me passou pela mente a troca de Partido. Estou no PFL por convicção. Quero fazer política dentro do PFL e se por acaso algo tiver que discutir, farei internamente, dentro do meu Partido.

Portanto, desautorizo qualquer pes-

soa, seja quem for, a usar o meu nome e fazer alusões sobre troca de Partido. Pretendo, inclusive, nos próximos dias percorrer novamente o Estado de Santa Catarina e levarei à frente a bandeira do meu Partido, o PFL. Por isso, fiz questão de vir a esta tribuna para esclarecer essas dúvidas.

Quanto ao meu posicionamento em torno do Governo Esperidião Amin nesta Casa, eu já disse e reitero a minha posição: votarei nos projetos do Governo, sem dúvida alguma, desde que sejam do interesse de Santa Catarina e dos meus eleitores.

Agradeço, Srs. Deputados e Sr. Presidente, pela atenção, pois não poderia deixar de vir a esta tribuna deixar claro o meu posicionamento.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o Deputado Jorginho Mello, por até 30 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de continuar dando valor e atenção àquilo que os Deputados Gelson Sorgato e Joares Ponticelli se pronunciaram.

Nesta última sexta-feira estive no Sul do Estado, no Município de Gravatal, e tive a companhia de vários Deputados, quando lá estava o Ministro da Agricultura, Francisco Turra, fazendo o lançamento de um programa do Pronaf, que abrange quatro Municípios, que através de 53 empresas estão gerando seiscentos e tantos empregos, tendo a participação de linhas de crédito do Pronaf, no valor de aproximadamente R\$ 1.200.000,00, e com a participação dos agricultores em R\$ 500.000,00. Portanto, é um projeto que vai mexer em um valor de R\$ 1.700.000,00.

Isso é sem dúvida um alento para os pequenos produtores, Deputado Pedro Uczai, eis que a indústria artesanal poderá agregar ganhos reais na situação de cada família de Santa Catarina.

É um projeto lançado em nível nacional, e é preciso que todos os Deputados divulguem o que lá ocorreu. Inclusive, o Deputado João Itamar estava presente e pode testemunhar a grandeza do que será esse projeto.

Acho uma idéia interessante o projeto de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato em disponibilizar as escolas que sofreram aquele processo de nucleação, porque este projeto não ficará somente no Sul de Santa Catarina - entre Santa Rosa, Gravatal, Anitápolis e Rio Fortuna -, e poder-se-á utilizar essas escolas dando suporte aos agricultores.

Estou falando, Deputado Gelson Sorgato, que estive no Sul do Estado, no lançamento do Pronaf. Portanto, cumprimento V.Exa. pela idéia de utilizar essas escolas em cada região de Santa Catarina, o que poderá ser um apoio a esses agricultores que farão a indústria caseira. São 53 empresas que estão criando 622 empregos, com um volume de recursos na ordem de R\$ 1.700.000,00.

Quero, portanto, fazer o registro da presença do Sr. Ministro, além da presença do Sr. Governador, do Sr. Secretário da Agricultura, de Deputados Federais e Estaduais.

Desejo dizer também que essa proposição terá o apoio deste Deputado, porque poderão ser utilizados esses bens públicos, que são da Educação, os quais servirão a essas pequenas empresas que serão criadas em Santa Catarina, a fim de que o nosso agricultor tenha mais um alento e uma possibilidade de continuar na terra, produzindo, não vindo para a cidade dificultar

ainda mais a situação que estamos vivendo.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Agradeço pela concessão do aparte por V.Exa.

Nobre Deputado, com o lançamento desse Pronaf para pequenas indústrias, ou na geração de empregos e manutenção do agricultor e da sua renda no campo, gostaria de dizer que poderá se fazer um levantamento junto à Secretaria da Agricultura do Estado sobre quantos prédios escolares temos, quantas unidades poderão ser de imediato montadas, através de um sistema de produção padronizada com selo de garantia desta produção, com fiscalização, orientação, via empresas vinculadas à Secretaria da Agricultura.

O mais importante disso, Deputado Jorginho Mello, são os recursos que poderemos, através do Governo Federal e do Ministério da Agricultura, alocar para Santa Catarina, via Fundo do Desenvolvimento Rural, repassando isso com uma carência de quem sabe três ou cinco anos de prazo, no sentido de alavancar o desenvolvimento e geração de emprego.

Parabenizo V.Exa. pela defesa deste projeto.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Deputado Gelson Sorgato, não tenho dúvida de que esse projeto é um alento ao nosso pequeno e microagricultor que precisa não somente do apoio de discurso político mas, sobretudo, de recursos para que sobreviva e fique na sua região. E agora, com o outro projeto dos recursos do banco da terra, o filho do pequeno agricultor pode comprar um pedaço de terra na sua região para constituir a sua família e ter condições de ter não só um pedaço de terra como, também, a sua própria moradia, os seus equipamentos, enfim, condições de produzir, ficando lá e aliviando essa dificuldade de emprego, que é uma chaga dos últimos anos, não só no Brasil como em todo o mundo.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Nobre Deputado, nós que já tivemos, como chefe de gabinete do Ministério da Agricultura, oportunidade de participar do Pronaf para o pequeno agricultor - e não tivemos a oportunidade de estar no lançamento do Pronaf, pois nos encontrávamos em Brasília, na nossa convenção nacional -, temos certeza absoluta que é um projeto belíssimo esse que está sendo feito no Sul do Estado, através do Governo Federal.

Assim como V.Exa. e outros Deputados desta Casa, também temos a preocupação de não só o Pronaf ter o seu recurso assegurado como também que haja uma desburocratização dos bancos e uma maior facilidade para que o nosso agricultor tenha condições de pegar e usar esse dinheiro condignamente na sua renda, no sentido de que tenha uma produção melhor, com juros mais baratos.

Fica aqui a nossa preocupação, Deputado, com relação aos bancos, eis que tivemos a oportunidade de participar, em São Joaquim, da inclusão da batata/consumo no Pronaf, mas, infelizmente, dos cento e poucos projetos que foram pedidos no banco, que tinham as garantias necessárias, não foram liberados nem dois ou três.

Então, fica a nossa preocupação que, tenho certeza, também é a preocupação

de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Agradeço pelo aparte de V.Exa., nobre Deputado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, eu só quero dizer que lá também estavam os Deputados João Itamar, Valmir Comin e Manoel Mota, os quais puderam acompanhar o evento. Certamente V.Exa. também foi muito aborçado por aquele grande número de agricultores que lá estavam.

Além dos programas do Pronaf, os programas que pretende o nosso Secretário Odacir Zonta foram lançados oficialmente na última quinta-feira, em uma movimentada reunião no CIC. Portanto, estão oficialmente lançados os onze programas do Governo para a agricultura catarinense, que certamente contribuirão para a fixação e para uma maior motivação do homem no campo.

É preciso que haja, também, uma preocupação nossa no sentido de que a Telesc possa, através da sua concessionária, fazer com que os projetos de telefonia rural que não estão em andamento neste momento - estão todos os projetos paralisados em virtude da privatização da empresa, da concessão do serviço - cheguem rapidamente também à propriedade rural, porque estamos falando de qualidade de vida.

Estamos adentrando ao século XXI, e a família do agricultor precisa também ter acesso à comunicação, ao telefone, uma vez que esses projetos não estão tendo a merecida atenção por parte da concessionária.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Agradeço a V.Exa., Deputado.

Temos certeza de que o nosso pequeno agricultor não terá milagre, ninguém fará milagre, mas acredito que todos nós possamos, Deputado Moacir Sopelsa, ajudar o pequeno agricultor, de verdade, fazendo com que ele continue trabalhando, continue mantendo a sua família, o emprego, a dignidade, acima de tudo, aproveitando para ganhar um dinheirinho. Agora, com a desvalorização do real, ele perde de um lado, mas ganha de outro, e vai ganhar quem ajudou a bancar muitos planos até hoje, ou seja, a agricultura no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Ideli Salvatti, por até 30 minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sra. Deputada, eu tive a oportunidade de, na manhã de ontem, representar a nossa Bancada em Blumenau.

Estava presente, também, o Deputado Wilson Wan-Dall, como Deputado da região, na inauguração do Terminal Fortaleza, que é a primeira etapa do projeto integrado de transporte urbano no Município de Blumenau, iniciativa da nossa administração, do Prefeito Décio Lima, que a partir de um projeto audacioso está revolucionando todo o transporte urbano no Município de Blumenau.

Por esse projeto, inclusive, no ano passado, ele teve a oportunidade de receber na Espanha uma comenda de reconhecimento desse trabalho pioneiro que vem sendo desenvolvido no Município, que envolve a renovação significativa da frota, a alteração das linhas, a criação de inúmeras linhas, inclusive, a implantação de transporte nos morros, a exemplo do que a administração da Frente Popular já reali-

zou aqui, em Florianópolis, e a implementação da tarifa única para deslocamento entre diversos bairros da cidade, em uma visível melhoria da qualidade do transporte, em benefício da população, principalmente da população mais carente, da população trabalhadora do Município de Blumenau.

Então, eu tive muito prazer de estar presente na inauguração extremamente festiva, com o comparecimento em massa da região do bairro Fortaleza, em Blumenau.

Além de fazer este registro auspicioso de uma medida extremamente simpática, extremamente democrática e transparente, da administração do nosso Prefeito Décio Lima, aproveitei o ensejo para reiterar, eis que desta tribuna já me manifestei outras vezes, sobre os episódios lamentáveis ocorridos aqui, na Capital, nos últimos dias, relacionados ao transporte coletivo.

Nos últimos dias tivemos mais uma notícia extremamente desagradável, que foi a medida tomada pelo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, que exonerou os assessores comissionados dos gabinetes dos Vereadores da Frente Popular, alegando que eles estavam envolvidos nos episódios ocorridos na Câmara.

Esses assessores estavam presentes, porque é da sua obrigação acompanharem a sessão da Câmara - como os nossos assessores também precisam fazê-lo -, e pelo fato de estarem na sessão, na qual ocorreram os incidentes com a Polícia Militar, participaram, inclusive, das atividades no sentido de acalmar os ânimos, de tentar frear as violências, eliminar os focos de atritos ocorridos entre os populares e a Polícia Militar, mas acabaram sendo punidos e exonerados, arbitrariamente; sem qualquer direito de defesa, sem qualquer debate; foram exonerados os assessores do Vereador Lázaro Daniel, do Vereador Mauro Passos e da Vereadora Lia Klein.

Se esta moda pegar, se isto acabar virando uma regra, poderemos ter em qualquer situação assemelhada - e aqui na Assembléia Legislativa em inúmeras vezes temos a participação massiva de movimentos de trabalhadores - qualquer um dos nossos assessores ser exonerado pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Não é, Deputado Reno Caramori?

Então, como estamos lamentando essa atitude do Presidente da Câmara, gostaríamos de voltar à carga, até porque eu tinha ficado em débito com o Deputado João da Bega - eu costumei chamá-lo assim, porque este é o nome através do qual todos o conhecemos. Antes, porém, aproveitei a oportunidade para registrar a questão da evolução, da democracia e da transparência em Blumenau, com relação ao transporte.

Pois bem, Srs. Deputados, não é só a violência que está por trás de todos esses episódios, posto que tivemos um Vereador do PT que ficou com lesão em uma vista, o qual, inclusive, deverá sofrer uma cirurgia para buscar o resgate da sua visão; temos agora a exoneração dos assessores, e o que está por trás disso é exatamente o projeto de lei enviado pela Prefeita Ângela Amin à Câmara, que prorrogou por dez anos, podendo prorrogar por mais dez, a concessão do transporte coletivo em Florianópolis, sem haver licitação.

Isso é ilegal, é inconstitucional e obviamente traduz-se em um grande benefício, em um grande apadrinhamento de empresas que detêm o controle do transporte coletivo na nossa Capital.

Como eu havia prometido rebater as colocações feitas pelo Deputado João da Bega, no sentido de comparativos a respeito do transporte coletivo, trago aqui os dados, que posso inclusive fornecer, porque os dados da administração

sempre foram feitos pelo Núcleo de Transporte Coletivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, sendo que na atual gestão o Núcleo deixou de fazê-los. Mas pudemos dar continuidade às avaliações e temos os comparativos.

Então, eu gostaria de aproveitar o ensejo para passar que enquanto no período da administração da Frente Popular os salários dos motoristas e dos cobradores subiram 28% acima da tarifa do transporte coletivo (sem contar a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e 5% de produtividade), na atual administração a situação se inverteu, e os motoristas e os cobradores tiveram 13,31% a menos no seu salário em relação ao crescimento da tarifa. Ou seja, enquanto na administração da Frente Popular os aumentos tarifários significavam, também, uma melhoria nas condições salariais dos motoristas e dos cobradores, na atual gestão aconteceu exatamente o inverso.

No período 93/96, portanto, na gestão da Frente Popular, o salário mínimo teve um aumento de 47,60% acima da tarifa dos ônibus, e na atual administração a situação é exatamente o inverso: a tarifa subiu 13,83% acima do salário mínimo.

Se compararmos com os índices inflacionários - e tenho dois índices a apresentar -, no período da Frente Popular, relacionado com o índice do Dieese, a inflação esteve 37% acima da tarifa, enquanto que na gestão atual a tarifa está 17% acima do índice inflacionário medido pelo Dieese.

Se utilizarmos o IPC, essa situação fica de 9% a tarifa acima do IPC, na gestão da Frente Popular, e de 22% acima do índice do IPC na administração da Prefeita Ângela Amin.

Então, estou disponibilizando esses dados, com planilhas, para o Deputado e ex-Vereador João da Bega, para comprovar que a situação do transporte coletivo na gestão da Frente Popular teve benefício aos motoristas, aos cobradores, à população, e que a tarifa, indiscutivelmente, sob qualquer ótica, sob a relação do salário mínimo ou sob a relação do índice do ICV/Dieese ou do IPC, esteve significativamente menor, os reajustes foram significativamente menores dos que os implementados pela atual gestão, pela gestão da Sra. Ângela Amin.

O Sr. Deputado João Itamar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado João Itamar - Nobre Deputada, só que V.Exa não desmentiu que o maior índice de aumento foi na gestão da Frente Popular. Eu posso dizer isso a V.Exa. até porque, se V.Exa. fizer um apanhado do modo de agir deste Deputado (hoje Deputado) como político, anteriormente na Câmara Municipal, comprovará que sou um político que vota em tudo aquilo que é bom, tanto para a cidade como para o nosso Estado.

Falei isso aqui e falarei quantas vezes for possível e preciso, porque, na verdade, eu também, sendo de um outro Partido à época, quando na Câmara chegavam projetos que eram em benefício da cidade, sempre os acompanhava favoravelmente.

V.Exa. se referiu que o projeto foi votado sem ter sido feita uma licitação, mas na verdade o Prefeito, que fazia parte de seu Partido, também criou várias linhas de ônibus em determinados lugares e nunca abriu uma licitação para que algumas empresas se manifestassem como adquirentes daquelas linhas.

Quantas linhas foram criadas em Florianópolis, além daquelas que já existiam, sem qualquer licitação para que isso acontecesse?!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Agradeço pelo aparte de V.Exa.

Nobre Deputado, gostaria que V.Exa. trouxesse essa informação da mesma forma como eu fiz, através de números, porque apenas dizer que na gestão da administração da Frente Popular tivemos os maiores índices de reajuste de tarifas não diz a verdade; porque se a inflação é de 60% ao ano e o reajuste é de 40%, V.Exa. tem um índice, que em uma outra situação, na qual a inflação é de 20%, V.Exa dá 30% de reajuste, não é a mesma coisa.

Quando se faz análise de índice, tem-se que relacionar com a inflação, com o salário mínimo, ou seja, tem que ser sempre relacionado a algo, porque, senão, o índice sozinho não dá indicativo se foi o reajuste além daquilo que a população tem condição de pagar ou se foi aquém.

Por isso, trouxe dados relativos a aumentos de tarifas relacionados ao salário mínimo, aumentos de tarifas relacionados ao salário dos funcionários das empresas, motoristas e cobradores, aumentos de tarifas relacionados aos índices que medem a inflação.

Portanto, V.Exa. continuar dizendo que teve os maiores índices, sem comparar isso com a realidade inflacionária do período, não é demonstração de melhor administração do transporte coletivo. E só para a sua correção: o Prefeito da Frente Popular não pertence ao PT, é do PPS, e V.Exa. sabe muito bem. Havia uma coligação, mas o Prefeito não era do PT.

O Sr. Deputado Milton Sander - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Milton Sander - Sr. Presidente, Sra. Deputada, eu vejo que há uma nítida e compreensível colocação, com ênfase, à questão das administrações populares, que também está experimentando o exercício do Executivo em Chapecó.

Eu queria fazer do raciocínio do Deputado João Itamar também o meu raciocínio, porque se levamos em conta a inflação de 97 e a inflação de 98, que juntas não chegaram a 15%, a administração popular de Chapecó, em dois anos seguidos, 97 e 98, deu um reajuste de 10% em cada ano acima do reajuste da inflação.

Então, parece-me que o Deputado João Itamar tem razão de que é moda a administração popular privilegiar esse setor de empresários.

Eu tive o privilégio, pela terceira vez, de disputar o pleito para Prefeito de Chapecó, mas não tive sucesso, sendo que o meu adversário, José Fritsch, foi o eleito. Inclusive, entre as suas promessas de campanha, uma delas era no sentido de implantar, em 90 dias, por concorrência pública, o estudo, que já estava concluído, sobre o transporte integrado - de uma empresa especializada de Curitiba - denominado Transporte Circular. Quer dizer, nesse tipo de transporte o mesmo bilhete do usuário pode ser usado em todo o trajeto, até o seu destino. Mas já vamos para o terceiro ano e até agora não foi implantado, inclusive, nem se fala mais no transporte integrado que, pelo que V.Exa. se referiu, foi a primeira parte inaugurada em Blumenau, que tem também a administração popular.

Então, quero fazer este registro e vou colher dados mais consistentes sobre esse assunto, sobre a administração popular na questão do transporte coletivo na maior cidade do Oeste, que é Chapecó, para poder, em um próximo debate, em uma próxima

intervenção, munido de dados - como V.Exa. está e trouxe-nos hoje -, fazer um comparativo.

Por quê? Porque na minha avaliação o destinatário do nosso debate é o usuário, é a população, e quanto mais debatermos, mais cobrarmos das autoridades, que têm o dever e o compromisso de resolver situações deste porte, melhor será para toda a população.

O SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Agradeço ao Deputado Milton Sander.

Quero dizer que da mesma forma como fui buscar os dados a respeito da questão do transporte, do custo das passagens e os comparativos na questão de Florianópolis, vou fazer o mesmo com relação a Chapecó, e terei o maior prazer em fazer o debate com V.Exa.

Continuo a dizer que trouxe os números comparativos, e até o Deputado João Itamar trazer os números - como eu trouxe - comparativos de reajustes concedidos, em comparação aos índices de inflação do período, com relação a salários de motoristas e cobradores, com relação ao salário mínimo, ele não pode continuar afirmando que a Frente Popular deu os maiores índices de reajuste, porque os dados que aqui foram apresentados desmentem isto que ele está dizendo, porque comparativamente com a inflação do período, na época da Frente Popular e no período que está agora a Prefeita Ângela Amin, os números são exatamente o inverso.

Enquanto na administração da Frente Popular esses números foram inferiores ao do salário mínimo, foram inferiores ao do reajuste dos motoristas e cobradores e foram inferiores aos índices inflacionários, tudo isso se inverte na administração da Prefeita Ângela Amin.

Então, como essa questão do benefício ao usuário se dá exatamente pelo atendimento em nível de qualidade, de oferta de linha, de oferta de serviço e, principalmente, no preço da passagem, é fundamental continuarmos o debate.

Quero dizer de forma clara que vou buscar informações; inclusive, o Deputado Pedro Uczai é de Chapecó, poderá vir a ser o nosso candidato a Prefeito, se não houver reeleição, e também tem o maior interesse em nos ajudar nesta busca de informações. E teremos o maior prazer, não é, Deputado Pedro Uczai, de debater com o Deputado Milton Sander?! Mas quero voltar a reafirmar que no caso de Florianópolis, até o preto no branco, escrito e demonstrado, as afirmações do Deputado João Itamar não se confirmaram.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Quero solicitar a V.Exa. que faça a convocação dos Deputados-membros da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa - Deputados Valmir Comin, Clésio Salvaro, Narcizo Parisotto, Gelson Sorgato, Altair Guidi e a Deputada Ideli Salvatti - para a reunião que está programada para o final desta sessão, na sala de nº 26 - sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Então, fica o registro da reunião da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, após o encerramento desta sessão.

O Sr. Deputado Milton Sander - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Milton Sander.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Assembléia o aniversário do Município de Dionísio Cerqueira, que ocorreu no último final de semana, onde estivemos na condição de Deputado, proferindo uma palestra, a convite da Associação Comercial da Prefeitura local e da Associação dos Municípios do Extremo Oeste, Ameosc.

Essa nossa palestra coincidiu, na última sexta-feira, com as festividades do 45º aniversário daquele Município, que é a nossa porta de entrada.

Eu sempre considero Dionísio Cerqueira como o primeiro Município, como toda aquela região fronteiriça, que nos liga com os demais países que compõem o Mercosul.

Gostaria também, Sr. Presidente, de deixar registrado que estive autorizado pelo Sr. Governador a dar três notícias:

Primeiro, o empenho do Governo Estadual, através de importantes ações para aquela região, ações da Secretaria do Oeste, na conclusão e na operacionalização definitiva do Porto Seco de Dionísio Cerqueira;

Segundo, o empenho do Governo do Estado na melhoria e instalação de equipamentos no aeroporto daquela localidade, que é um aeroporto de fronteira, com pistas asfaltadas, com condições topográficas e geográficas da melhor qualidade técnica, mas que se recente de um rádiofarol e de um equipamento de balizamento noturno, para o seu uso nas vinte e quatro horas do dia. E o Sr. Governador nos autorizou que fôssemos buscar essas tratativas junto ao Departamento Aeroviário, que é uma diretoria vinculada à Secretaria dos Transportes - o que faremos amanhã;

Terceiro, que em conjunto com a Universidade do Oeste já está em estudo, e para isso o Governo do Estado vai dar todo o apoio, a implantação do primeiro curso universitário na fronteira, que hoje está vinculado ao campus de São Miguel d'Oeste. Inclusive, está sendo feito um levantamento perante a comunidade não só de Dionísio Cerqueira como também a de Barracão, no Paraná, e também na província da Argentina, no sentido de se apurar qual o curso superior que vai se adequar melhor à vocação daquela região.

Então, quero fazer este registro, Sr. Presidente, para que fique em nome de todos os Srs. Deputados - e eu estive representando a Assembléia Legislativa - os nossos cumprimentos efusivos pelo aniversário de Dionísio Cerqueira, um Município que tem muito futuro, que precisa muito das ações do Governo do Estado, das ações que serão implementadas através da Secretaria do Oeste, segundo determinação do Governador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua livre a palavra em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência dá conhecimento da pauta da Ordem do Dia da próxima sessão, dia 16 de março de 1999: requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Neodi Saretta, Francisco de Assis, Jaime Mantelli, Ideli Salvatti; pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 434/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92,

NOMEAR, **MARIA DA G. BRASIL DOS SANTOS**, matrícula nº 2360, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Coordenador de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (Coordenadoria das Comissões).
Palácio Barriga-Verde, em 11/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

(Republicada por incorreção)

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 526/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0332, de 17/04/98, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a **ANTONIO CARLOS MORRO**, matrícula nº 1359, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 18/03/99 (Comissão de Finanças e Tributação).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 527/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1095, de 11/08/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a **JORGE CLENIO DA SILVA**, matrícula nº 1421, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 18/03/99 (Comissão Especial e de Inquérito).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 528/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Resolução nº 475, de 11/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 529/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95,

NOMEAR **JOSÉ CARLOS FERNANDES LEITE**, matrícula nº 2984, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 530/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, **MATEUS ANTONIO TURCATO**, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/99 (Deputado Herneus de Nadal).

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 531/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cedência recíproca de servidores,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, **ANNE LEONOR VIEIRA**, matrícula nº 1497, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS/10-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 532/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: Na Resolução nº 258, de 09/02/99, onde se lê VALDECIR DA CRUZ, leia-se VALDESIR JOÃO DA CRUZ.

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

Às doze horas do dia nove de março de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os senhores Deputados Reno Luiz Caramori, Ideli Salvatti, Clésio Salvaro, Rogério Mendonça, Luiz Roberto Herbst, Ivan César Ranzolin e Nelson Goetten de Lima. Consoante dispõe o Regimento Interno desta Casa Legislativa, a reunião foi presidida pelo Senhor Deputado Ivan César Ranzolin. A reunião teve como finalidade específica eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão. Conforme acordo firmado pelas Lideranças foi eleito por unanimidade dos votos para Presidente Deputado Reno Luiz Caramori e Vice-Presidente Deputada Ideli Salvatti. O Presidente Deputado Ivan César Ranzolin deu posse ao novo Presidente e Vice-Presidente, e passou a palavra para o presidente eleito Deputado Reno Luiz Caramori, que agradeceu ser escolhido pelos demais Deputados para presidir esta Comissão, e informou que a data das reuniões ordinárias será marcada após contato com os demais membros. Não havendo mais assuntos a serem tratados o Senhor Presidente encerrou a reunião. Eu Pedro Michels Neto, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo o Senhor Presidente e os demais Membros.

Sala das Reuniões, 09 de março de 1999

Deputado Reno Luiz Caramori - Presidente
Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente
Deputado Ivan César Ranzolin - Membro
Deputado Clésio Salvaro - Membro
Deputado Luiz Roberto Herbst - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro
Deputado Nelson Goetten de Lima - Membro

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do Art. 40, inciso IV, alíneas "b" e "c" e art. 70 da Constituição do Estado, e art. 115, inciso IX do Regimento Interno e eu, Deputado Gilmar Knaesel, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.120, de 1999

Autoriza licença ao Vice-Governador do Estado para ausentar-se do País.

Art. 1º Fica autorizada licença ao Senhor Vice-Governador para que possa ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 21 e 30 de março do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de extrema relevância para o incremento de investimentos em nosso Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 17 de março de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

EDITAL

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO DE SC

EDITAL 02

A Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC, convoca seus Associados para uma Assembléia Geral Ordinária, no dia 08/04/99 (quinta-feira), com a primeira chamada às 14:00, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, tendo como pautas a apresentação da Prestação de Contas da atual Diretoria, e a chamada para eleição da próxima Gestão na AFIPOLESC.

Florianópolis 17 de março de 1999.

Atenciosamente.

Lezir Maria Carpes
Presidente da AFIPOLESC

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 010/99
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 11 de Março de 1999.

Ofício nº 1214/99

SJR/Div. de Cartório - DJ.
Excelentíssimo Senhor
DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
NESTA

Senhor Presidente,
Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, cópia do acórdão exarado nos autos da **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 98.015409-0**, da Capital.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada consideração.

Des. Eder Graf
RELATOR

Lido no Expediente
Sessão de 17/03/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 011/99

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA - SDA
DIRETORIA DE RECURSOS NATURAIS
Carta Circ. Nº 009/99

Florianópolis, 02 de março de 1999.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual Gilmar Knaesel
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Prezado Senhor,
Cumprimentando-o cordialmente, e reportando-nos a nossa solicitação feita através do Ofício Circular nº 011/99/GABS, solicitamos a V.Sa., dentro do menor tempo possível, nos enviar os nomes dos representantes que irão fazer parte do Conselho Estadual do PRONAF/SC (Titular e Suplente). Anexo, estamos encaminhando a memória da 17ª Reunião do Conselho Estadual do Pronaf/SC.

Contando com a compreensão de V.Sa. ao exposto, subscrevemo-nos Cordialmente

Adroaldo Pagani da Silva
Secretário Executivo do Pronaf/SC
Lido no Expediente
Sessão de 16/03/99

*** X X X ***

Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo

Florianópolis, 9 de março de 1999.

Ofício nº 004/99

Exmo. Sr.
GILMAR KNAESEL
DD. Presidente da Assembléia Legislativa

NESTA CASA
Senhor Presidente,

Cumpre-me, pelo presente, comunicar-lhe, que, a partir desta data, assumi a Presidência da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, que terá como Vice-Presidente o senhor Deputado Manoel Mota.

Colocando-me ao seu dispor, uso do ensejo para cumprimentá-lo, subscrevendo-me,

Respeitosamente
Deputado Ciro Roza
Presidente da Comissão
Lido no Expediente
Sessão de 17/03/99

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 030/99

Altera dispositivo de lei, visando corrigir imperfeição redacional.

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de janeiro de 1998, mantendo-se inalterados os demais dispositivos, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica denominado Gregório Brighenti, o trecho da rodovia SC-446, que abrange o perímetro urbano do município de Orleans.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1999.

Deputado GILMAR KNAESEL

Lido no Expediente
Sessão de 17/03/99

JUSTIFICATIVA

Tem o presente projeto o objetivo de corrigir equívoco ocorrido na edição de lei que denominou trecho de rodovia estadual no perímetro urbano do município de Orleans, homenageando honrado cidadão catarinense, Senhor Gregório Brighenti. Na redação do artigo 1º da Lei nº 10.714/98, agora corrigida, constou como rodovia a ser nominada a SC-466, a qual todavia, localiza-se na região oeste de nosso estado quando, na verdade, o correto seria rodovia SC-446. Em outras palavras, o Projeto de Lei aqui apresentado tem por escopo corrigir erro redacional, através da alteração do artigo 1º, da Lei nº 10.714/98, inquinado de defeituoso.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 031/99

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos da Vila Georgia Paula.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA GEORGIA PAULA, com sede na cidade de Garuva e foro na Comarca de Joinville.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de Março de 1999.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

4º Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 17/03/99

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Georgia Paula, fundada em 13 de novembro de 1991, com sede na cidade de Garuva, sito a Rua Deodoro de Carvalho, s/n - Vila Georgia Paula, na cidade de Garuva, é uma entidade civil sem fins lucrativos.

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Georgia Paula, é uma entidade que tem por objetivo cultivar a mais ampla e perfeita cordialidade entre os associados; promover atividades sociais, culturais e desportivas; promoção e assistência as pessoas carentes; além de atividades do interesse do bairro.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 032/99

Dispõe sobre a transferência das contribuições previdenciárias dos servidores lotados nas unidades hospitalares do Estado para pagamento das dívidas do IPESC para com as respectivas instituições e dá outras providências.

Art. 1º Os valores devidos ao IPESC resultantes da folha dos servidores que compõem o quadro lotacional das unidades hospitalares de SC, serão destinados ao pagamento das dívidas do Instituto para com as respectivas instituições.

§ 1º Para os efeitos da presente Lei, consideram-se dívidas os valores decorrentes da prestação de serviços aos segurados do IPESC constantes de faturas que, regularmente emitidas e aceitas, não tenham sido quitadas no prazo.

§ 2º Para efeito do disposto no **caput** deste artigo, os valores devidos ao IPESC são os resultantes das contribuições previdenciárias, incluídas a parcela referente à rubrica consignações e a parcela devida pelo órgão empregador.

§ 3º A transferência dos recursos será realizada até o limite de 90% (noventa por cento) do montante da dívida.

Art. 2º Realizados os lançamentos contábeis pertinentes a operação pelo IPESC, hospital ou órgão responsável pelo recolhimento do seguro previdenciário, a entidade emitirá comprovante de despesa do montante compensado.

Art. 3º Os saldos remanescentes que não forem liquidados de forma convencional até a competência subsequente integrarão outra etapa de compensação que será repetida até a solução das pendências.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Sessão,

Deputado AFONSO SPANIOL

Lido no Expediente
Sessão de 18/03/98

JUSTIFICATIVA

A proposição que estamos submetendo ao soberano Plenário deste Parlamento, que preconiza a transferência de recursos do IPESC às instituições hospitalares credoras, constitui caminho que pode suscitar solução de grave problema enfrentado pelos segurados do Instituto que, ao longo dos últimos anos, tem sofrido as conseqüências práticas dessa falta de pagamento.

Sabemos que todos os hospitais tem enfrentado dificuldades financeiras na razão direta da carência de recursos públicos que mantém o sistema.

No que tange ao IPESC, afora dificuldades ensejadas pelas tabelas de remuneração dos serviços prestados, enfrenta-se sistemática inadimplência, o que dificulta a administração e até mesmo a operacionalização dos serviços que devem ser prestados aos segurados do Instituto.

Assim, nosso Projeto determina que as unidades responsáveis pelo recolhimento de contribuições ao IPESC sejam repassadas diretamente aos hospitais credores, o que poderá representar lenitivo às dificuldades enfrentadas.

*** X X X ***